

ALEXSANDRA MACHADO MAFFEI



A situação socioeconómica e a escolha profissional: sujeitos de diferentes estratos sociais e suas perspectivas profissionais.

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2008

ALEXSANDRA MACHADO MAFFEI



A situação socioeconómica e a escolha profissional: sujeitos de diferentes estratos sociais e suas perspectivas profissionais.

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2008

ALEXSANDRA MACHADO MAFFEI

A situação socioeconómica e a escolha profissional: sujeitos de diferentes estratos sociais e suas perspectivas profissionais.

Orientador: Prof. Dr. Victor Pereira da Rosa

Parecer do Orientador:

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e das Organizações.

RESUMO

O presente estudo procurou averiguar a influência do meio socioeconómico nas escolhas dos sujeitos. A pesquisa foi realizada na cidade de Santa Maria/Rio Grande do Sul/Brasil, com estudantes que frequentam dois tipos de cursos pré-vestibulares, um particular e outro popular. A amostra ficou composta por adolescentes e adultos jovens, uma vez que não restringimos a idade dos participantes. Para colectarmos as informações necessárias aplicámos um questionário, elaborado pela pesquisadora, o qual forneceu informações a respeito da situação financeira, da escolaridade, dos projectos e realizações e, ainda, sobre o processo de escolha dos indivíduos. Os participantes foram divididos em dois grupos distintos, de um lado estava o **G1**, o qual representou os indivíduos pertencentes à classe popular, e de outro estava o **G2** composto por indivíduos oriundos de classe abastada. Após definirmos e caracterizarmos os diferentes grupos analisamos o quanto as diferentes situações socioeconómicas influenciam nas escolhas dos sujeitos. Em seguida à colecta de dados, passamos à análise quantitativa, descritiva e multivariada das variáveis fornecidas pelo instrumento. Os testes utilizados para fazer a análise multivariada foram Qui-Quadrado, *Spearman* e *Pearson*, para todos foi adoptado o índice de significância $<,05$. Os dados, primeiramente, foram apresentados de forma descritiva e em seguida realizamos uma análise multivariada, uma vez que procuramos averiguar quais variáveis possuíam maior influência no processo de escolha. Os indivíduos oriundos de classe popular, em função das restrições económicas, precisavam trabalhar e estudar, pois as actividades dos pais não eram suficientes para cobrir todas as despesas familiares, e com isso tiveram suas escolhas restritas às vagas oferecidas à noite, nas instituições públicas de ensino superior. Os indivíduos pertencentes à classe abastada, em função do *status* profissional, já conquistado pelos pais, tiveram suas escolhas norteadas pelo mercado de trabalho.

Entendemos que ao delatarmos esta realidade, estamos contribuindo para que a sociedade em geral reflecta sobre as barreiras existentes, para que possam transcendê-las, pois ignorá-las não significa que elas não existam.

ABSTRACT

In this study, an attempt was made to find out how the economic background influenced the educational choices of pre-university students. The research was conducted in Santa Maria, Rio Grande do Sul State, Brazil. It involved students attending two types of “pre-vestibular” courses: one private and other public. The sample was made up of teenagers and young adults. In order to collect the necessary data the researcher prepared a questionnaire. It was used to provide information regarding the financial situation, projects and achievements, as well as the individual process of choice. Participants were split in two separate groups. On the one hand G1, which represented individuals belonging to the popular classes, and on the other hand G2 composed of individuals from the privileged classes. After characterizing and defining the groups, an analysis was made of how the different socioeconomic situations influenced the choice of subjects. After collecting the data, we went on with the quantitative analysis – both descriptive and multivariate variables provided by the instrument. The tests used for the multivariate analysis were Chi-square, Spearman and Pearson. It was adopted for the significance index $<, 05$. First, the data were presented on a descriptive basis and then as a multivariate analysis, trying to ascertain which variables have more influence on the process of choice. Individuals from popular classes, due to economic restrictions, needed to work at the same time as they attended courses, because the parents could not cover the expenses and, in that manner, their choices were restricted to courses offered in the evening, in public institutions. Individuals belonging to the wealthy classes were guided by the labor market.

We believe that by presenting this situation, we are contributing to a greater awareness of the existing barriers so that they can be overcome.

RÉSUMÉ

Cette étude visait à étudier l'influence de la situation socio-économique sur les choix des sujets. Cette recherche a été faite avec des étudiants inscrits dans deux types de cours « pré-vestibulaires » (un privé et l'autre public) à Santa Maria, une ville de l'état de Rio Grande do Sul (Brésil). L'échantillon était composé d'adolescents et de jeunes adultes. Pour la collection des données on appliqua un questionnaire préparé par le chercheur et qui a fourni des informations concernant la situation financière de la scolarisation, les projets et réalisations, ainsi que le processus de choix individuel. Les participants ont été divisés en deux groupes : d'une part, le G1, qui représentait des individus appartenant aux classes populaires, et, de l'autre, le G2 composé d'individus des classes riches. Après avoir caractérisé et défini les différents groupes d'analyse, on a vu comment les situations socio-économiques marquent le choix des sujets. La collecte des données faite, on a passé à l'analyse quantitative – descriptive et multi-variée des variables de l'instrument. Les tests utilisés pour cette analyse ont été Khi carré, Spearman et Pearson, qui a été adopté pour l'ensemble de l'indice de signification $<, 05$. Les données ont été présentées de façon descriptive, puis nous avons fait une analyse multi-variée afin de déterminer les variables qui ont le plus influencé les choix effectués. Les répondants issus des classes populaires, à cause de leur situation économique et du besoin de travailler, étaient restreints aux postes disponibles en soirée dans des établissements d'enseignement public. Ceux qui appartenaient aux classes riches ont été guidés par le marché du travail. En dénonçant cette réalité, nous espérons avoir contribué à une meilleure connaissance de ce problème.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos participantes da pesquisa e a todos aqueles sujeitos que batalham por condições mais igualitárias de vida, e que não se sujeitam às imposições do meio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a duas pessoas, sem as quais este mestrado não teria ocorrido: Dorvilio Maffei, meu tio e apoiador fundamental de um projecto audacioso e Maria Elizabet dos Santos Pereira, que teve a ideia “maluca” de fazer um mestrado a milhares de quilómetros de nosso país.

Este trabalho não teria acontecido se não fosse a presença em minha vida de algumas pessoas, as quais gostaria de agradecer muito:

Aos meus pais e irmãos que foram meus pilares de sustentação desde a ideia inicial, até a conclusão desta pesquisa, passando pelo tempo, distância e saudade.

Ao meu companheiro, amigo e hoje marido, por todo apoio e paciência nas horas mais difíceis, nos momentos de maior lamentação, ele esteve sempre presente.

Ao Dr. Victor Pereira da Rosa, meu orientador e principal motivador, pois quando tudo parecia sem sentido, ele me apoiou, mesmo à distância.

À Dra. Melanie Edwards Estrela que sempre respondeu às minhas dúvidas com muita simpatia, atenção e dedicação.

À Dra. Ondina Pinto, que sempre tratou com carinho e compreensão a minha condição enquanto residente no estrangeiro.

Aos familiares da Elizabet (tios, tias, primos, primas e sobrinhos) que me trataram como se eu pertencesse a família, e fizeram com que a distância de casa fosse mais curta.

Aos funcionários da Residência Estudantil da Universidade Fernando Pessoa, em especial ao Sr. Orlando Sá, pelo carinho, respeito e amizade durante minha morada naquele lugar maravilhoso.

Aos funcionários da Casa de Juventude de Águeda, a Sra. Madalena e ao Sr. Carlos pelo apoio e compreensão naqueles momentos que precisamos fazer pesquisas e encurtar a distância entre Brasil e Portugal.

Aos coordenadores dos cursinhos pré-vestibulares por cederem espaço à minha pesquisa, e em especial às professoras Tatiane Gomes e Maria Angélica por cederem suas aulas para aplicação dos questionários.

Às amigas e amigos que fiz em Portugal e que jamais os esquecerei: Andréia, Flávia, Roberta, Simone, Paulo, André, Marlene, Patrícia, Laetitia, Charlene, Juliana.

Aos amigos que estavam no Brasil, enquanto eu estava em Portugal, e que mantiveram contacto sistemático, me apoiando e incentivando: Diogo, Tatiane, Carina, Sérgio, Tais, Helen, Tiago, Luizinho, Andrisia e Andrea.

Aos amigos que foram me receber no aeroporto Ana Claudia, Luciane, Daniel e Clenir.

ÍNDICE:

RESUMO	v
SUMMARY	vi
SOMMAIRE	vii
DEDICATÓRIA	viii
AGRADECIMENTOS	ix
LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE QUADROS	xv
LISTA DE GRÁFICOS	xvi
LISTA DE ANEXOS	xvii
INTRODUÇÃO	01
I. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO, O SUJEITO E A ESCOLHA	04
1.1. O Sujeito – Adolescente, o Contexto e a Escolha.....	13
1.2. O Sujeito – Adulto, o Contexto e a Escolha	20
II. ESCOLHA PROFISSIONAL: UM PROBLEMA SOCIAL	27
2.1. Factores associados à escolha profissional	29
2.2. O Sistema Educacional Brasileiro e a (falta de) Escolha.....	39
2.2.1. Vestibular: uma corrida de muitos com chegada de poucos.....	43
2.2.2. Renda X Oportunidade de Acesso à Educação.....	46

III. METODOLOGIA	55
3.1. Sujeitos:	55
3.2. Local	60
3.3. Instrumento	60
3.4. Procedimentos:.....	64
3.5. Tratamento dos Dados:	67
IV. RESULTADOS	69
4.1. Compondo as diferentes realidades	69
4.2. Analisando as diferentes realidades	84
V. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	86
5.1. Analisando as diferentes realidades	87
5.2. Discutindo a análise das diferentes realidades.....	104
VI. CONCLUSÃO	109
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
VIII. ANEXOS	121

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Relação de oferta e procura de vagas nas principais instituições públicas e gratuitas do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil e do maior concurso do Brasil realizado pela FUVEST	44
Tabela 2. Cursos oferecidos nas principais instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Sul/2006	53
Tabela 3. Renda Familiar dos diferentes estratos socioeconômicos (G1 e G2).....	56
Tabela 4. Média da renda familiar dos participantes do G1	56
Tabela 5. Média da renda familiar dos participantes do G2	57
Tabela 6: Caracterização dos participantes em relação ao sexo	57
Tabela 7: Caracterização dos participantes do G1 em função da idade.....	57
Tabela 7A: Caracterização da Variável Idade do G1.....	58
Tabela 8: Caracterização dos participantes do G2 em relação à faixa etária.....	58
Tabela 8A: Caracterização da Variável Idade do G2.....	58
Tabela 9: Comparativo de idades dos grupos G1 e G2.....	60
Tabela 10: Estado Civil dos participantes no G1 e G2	61
Tabela 11 – Escolaridade Materna no G1 e G2	70
Tabela 12 – Escolaridade Paterna no G1 e G2	70
Tabela 13: Tipo de escola (Particular ou Pública) frequentada durante ensino fundamental e médio pelos sujeitos que compõem os grupos G1 e G2	73

Tabela 14: Ocupações dos sujeitos pertencentes aos grupos G1 e G2, no ano da pesquisa.....	73
Tabela 15: Planos do ano anterior à pesquisa, para o próximo ano.....	74
Tabela 16: Planos para o ano posterior à pesquisa	75
Tabela 17: Tipo de Instituição de Ensino Superior.....	78
Tabela 18: Opções de cursos listados pelos sujeitos do G1.....	79
Tabela 19: Opções de cursos listados pelos sujeitos do G2.....	80
Tabela 20: Critérios assinalados pelos sujeitos do G1.....	81
Tabela 21: Critérios assinalados pelos sujeitos do G2.....	82
Tabela 22: Factores assinalados pelos sujeitos do G1	83
Tabela 23: Factores assinalados pelos sujeitos do G2	84

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1: Quadro comparativo de valores cobrados nas mensalidades de cursinhos pré-vestibulares na cidade de Santa Maria/RS/Brasil, ano de 2007.....	66
Quadro 2: Ocupações dos pais dos sujeitos pertencentes ao G1	71
Quadro 3: Ocupações dos pais dos sujeitos pertencentes ao G2.....	72
Quadro 4: Categorias de respostas que justificam a razão pela qual o sujeito, pertencente ao G1, não realizou suas projecções.....	76
Quadro 5: Categorias de respostas que justificam a razão pela qual o sujeito, pertencente ao G2, não realizou suas projecções.....	77

LISTA DE GRÁFICOS:

- Gráfico 1:** Taxa de escolarização de pessoas de 7 e 24 anos de idade (%) por quinto de rendimento mensal familiar - Brasil, 2002 41
- Gráfico 2:** Distribuição dos estudantes do ensino superior frequentadores da rede pública de ensino e quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil, 2002 47
- Gráfico 3:** Distribuição dos estudantes do ensino superior frequentadores da rede privada de ensino e quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil, 2002 49
- Gráfico 4:** Comparativo da quantidade (%) de estudantes aprovados no Vestibular/2005 da Universidade Federal e no Vestibular/2007 da Universidade Particular – Santa Maria/RS/Brasil, por renda familiar (SMN) 50
- Gráfico 5:** Comparativo entre médias do ENEM/2006 de 12 escolas (6 estaduais e 6 privadas) da cidade de Santa Maria/RS/Brasil 63

LISTA DE ANEXOS:

Anexo 1: Comparativa Universidade Pública (2005) e Universidade Particular (2007), a partir do questionário socioeconômico preenchido pelos aprovados nos respectivos vestibulares ...	123
Anexo 2: Ponto de corte e prestígio – UFSM/2005.....	125
Anexo 3: Questionário elaborado pela autora da pesquisa.....	127
Anexo 4: Desempenho das escolas públicas e privadas de Santa Maria/RS/Brasil, no exame nacional de ensino médio (ENEM/2007)	130
Anexo 5: <i>Status</i> dos cursos citados pelos sujeitos da pesquisa	134

INTRODUÇÃO

O propósito desta pesquisa consiste em averiguar e discutir a respeito do meio que envolve o processo de escolha, independente da idade do sujeito.

Antes de abordarmos a questão da escolha, optamos por, primeiramente, contextualizar como é ser adolescente e como é ser adulto na sociedade actual. Procuramos evitar a tendência de conceituar fases da vida, como se elas fossem válidas para todas as pessoas, independente da raça, cultura, situação económica e social.

Ressaltamos a respeito, da relação dialéctica entre Homem e sociedade, considerando que o indivíduo recebe influência do meio ao qual está inserido, ao mesmo tempo em que influencia seu meio.

Discorreremos de forma a abordar como é ser adolescente e adulto jovem hoje, ambas fases permeadas pelas condições socioeconómicas as quais estes sujeitos se inserem.

Primeiramente abordaremos sobre a designação e contextualização a respeito da adolescência, conceito que nem sempre foi o mesmo, pois de acordo Àries (1981) esta fase do desenvolvimento humano foi definida a partir do período industrial.

A adolescência é um processo complexo, pois ocorre uma grande alteração biológica a qual ocasiona alterações significativas no corpo do sujeito, porém optamos por abordar a dinâmica psicossocial desta fase, uma vez que a nosso entender esta abordagem tem mais ligação com o processo de escolha profissional.

Utilizamos, para embasar teoricamente, a contextualização desta fase, pesquisadores que a enfocam como uma fase inserida num contexto, e não como um recorte no tempo explicado e entendido como um fenómeno, unicamente, biológico com início e fim automaticamente determinado.

Ao enfocarmos sobre como é ser adulto hoje, percebemos que esta fase também sofre influência da época que está inserida. Se até pouco tempo ser adulto era sinónimo de estabilidade, tanto emocional quanto financeira, hoje já não podemos afirmar isto de forma generalizada.

Após discorrermos sobre como é ser um adolescente ou um adulto hoje, abordamos a escolha profissional, nos diferentes estratos sociais.

Optou-se por considerar alguns factores macroestruturais, tais como a educação brasileira e as condições de acesso à mesma. Abordamos, também, as disparidades económicas e a influência destas nas escolhas individuais.

Enfocou-se, também, a dificuldade do sujeito de classe popular conseguir especializar-se para o mercado de trabalho competitivo vigente, o qual exclui aqueles menos aptos.

No segundo capítulo abordamos a escolha profissional enquanto um problema social, em função da dificuldade que sujeitos carentes têm de ingressar e manter-se numa faculdade. Elencamos, também, sobre os factores que interferem nas escolhas dos indivíduos.

Reservamos um subitem neste capítulo para discorrermos a respeito do sistema educacional brasileiro, sua forma de inclusão e de exclusão, sendo que a renda tem norteado ou não a entrada do sujeito no ensino superior. A partir de dados fornecidos tanto pelo governo quanto por algumas universidades, veremos quem tem maior chance de ingressar numa instituição pública ou privada.

O terceiro capítulo refere-se à metodologia utilizada, onde descrevemos sobre os sujeitos participantes da pesquisa, os quais foram agrupados, conforme a situação socioeconómica.

O **G1**, foi o grupo composto pelos estudantes de cursinho pré-vestibular popular, nele havia 40 indivíduos, com idade média de 23 anos, a renda familiar da maioria deles não chegava a cinco salários mínimos nacionais.

O **G2** foi composto por 47 sujeitos, com idade média de 19 anos, e com renda familiar, na sua maioria, superior a cinco salários mínimos nacionais. Estes sujeitos pertenciam ao curso pré-vestibular particular.

O local para aplicação do questionário foi nos cursinhos contactados, em horário de aula, uma vez que a coordenação e professores dos mesmos, cederam gentilmente este espaço.

O questionário utilizado para colectar os dados foi elaborado pela pesquisadora, o qual foi previamente testado e ajustado aos objectivos que se queria alcançar, bem como para evitar dificuldades de compreensão por parte dos voluntários.

Em seguida à colecta de dados, passamos para a análise dos mesmos. Utilizou-se análise quantitativa, descritiva e multivariada das variáveis fornecidas pelo instrumento. Os testes utilizados para fazer a análise multivariada foram Qui-Quadrado, Spearman e Pearson, para todos foi adoptado o índice de significância $<,05$.

Os próximos dois capítulos referem-se a descrição e discussão dos resultados obtidos com esta pesquisa, demonstrando o quanto a situação socioeconómica interfere nas escolhas dos indivíduos, seja ele de baixa renda ou de classe abastada.

No último capítulo apresentamos a conclusão deste trabalho, onde ressaltamos sobre a importância de considerarmos as peculiaridades sociais, históricas ou económicas, que permeiam a escolha profissional do indivíduo, pois, ao contrário, daremos margem para que a exclusão social, cultural e educacional continue fazendo vítimas.

I. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO, O SUJEITO E A ESCOLHA

O que é ser um adolescente ou ser um adulto hoje? Quando termina uma fase e começa a outra? Se existe uma limitação clara, ela é válida para todo e qualquer indivíduo? A passagem da adolescência para a idade adulta é a mesma para uma pessoa nascida no oriente ou no ocidente? Poderíamos afirmar que num mesmo país, ou até mesmo num mesmo grupo as pessoas amadurecem com a mesma idade?

Responder tais questões, ou pelo menos pensar nelas, é indicativo da complexidade que envolve conceituar ou padronizar comportamentos típicos, de um adolescente ou de um adulto. Este não é o intuito dessa pesquisa, pois ela almeja constatar as vivências dos indivíduos enquanto seres únicos, porém dialecticamente estruturados e estruturantes do meio socioeconómico, cultural e histórico, do qual fazem parte.

Nossa preocupação está em discutir o meio que envolve o processo de escolha, tanto para jovens quanto para adultos, pois conceituar uma fase ou outra é uma tarefa árdua. Entendemos que não há um conceito universal de adolescência, nem mesmo de adulto, que abarque a complexidade das características e vivências típicas destas fases do desenvolvimento humano. O mesmo ocorre com o conceito de escolha profissional, pois este não é o mesmo desde os primórdios da existência humana até os dias actuais.

De acordo com Bock (2001, p. 3)

A questão da escolha de uma profissão ou ocupação não se constitui um problema universal da espécie humana. Isto é, nem sempre, historicamente, houve preocupação neste sentido. Os ancestrais da humanidade viviam para sobreviver ou sobreviviam para viver, isto é, seu trabalho organizava-se como actividade de colecta e mais tarde de caça e não havia muita diferenciação de funções a não ser aquelas determinadas pelo sexo (...).

Àries (1981) ressalva que a Revolução Industrial, reestruturou a organização da sociedade, e conseqüentemente da família, seus valores e educação em função do

modelo capitalista. Se até então as famílias tinham seus proventos de suas actividades (artesãos, sapateiros, entre outros) e viviam de forma comunitária, a partir dela passou a preponderar a divisão das tarefas e a imposição de uma jornada de trabalho, e desta forma os costumes, também, precisaram modelar-se a um sistema que passou a preponderar.

A divisão das tarefas e a rigidez no cumprimento de horários fez com que a escolha profissional fosse mais difundida. “É neste momento que a questão da selecção, e por consequência a escolha profissional, passa a ter importância, uma vez que passa a prevalecer a ideia do homem certo no lugar certo, visando uma maior produtividade.” (Bock, 2001, p. 7)

Com o fim do feudalismo, a escolha profissional, que até então era sinónimo de vocação, no sentido de que se tratava de “um chamado de Deus”, deu espaço, de acordo com Bock (2001), à vocação biológica. Os testes vocacionais descobririam vocações, que nem mesmos os indivíduos sabiam que possuíam.

Ao contextualizarmos historicamente a escolha profissional, verificamos que esta recebeu várias designações (vocação, escolha profissional, projecto profissional), e consequentemente a forma de compreendê-la, também foi diferente em cada momento.

Com os conceitos que definiam um adolescente ou um adulto há dez anos ou mais, aconteceu o mesmo, pois àquelas designações já não os definem mais hoje. Actualmente, o adolescente e o adulto oriundos de hemisférios diferentes (norte/sul ou oriente/ocidente), de classes económicas diferentes, são particularmente influenciados por tais factores.

Segundo Arpini (2001, p. 46)

Estudos têm evidenciado as transformações desses conceitos, ao longo dos tempos, nas diferentes sociedades. É consensual, hoje, considerarmos que a infância, a adolescência e a famílias são conceitos definidos e construídos historicamente, de modo que as visões mais conservadoras, que naturalizavam e idealizavam a família e a maternidade, ruíram com o passar

dos tempos, dando lugar a essa compreensão histórico social desses conceitos.

Além da contextualização das fases é importante compreendermos, também que cada indivíduo constrói a sua subjectividade e o seu estar no mundo. De posse da ideia de que somos sujeitos de nossas histórias e mesmo quando nos abstermos estamos construindo a realidade da nossa sociedade, interessa-nos averiguar como é ser adolescente ou adulto jovem hoje e ainda ter que optar por uma profissão. Lembrando que o estar no mundo hoje está estreitamente vinculado ao passado e ao futuro tanto pessoal, quanto social.

É importante percebermos criticamente a forma pela qual a sociedade se estrutura, porque a medida que a representamos¹, de acordo com Arpini (2001), podemos modificá-la, reconstruí-la e reordená-la, caso contrário tenderemos, sempre, a aceitar que o indivíduo é biologicamente programado e que a sociedade é naturalmente estruturada, desconsiderando sempre os sujeitos que por ela são constituídos, mas que também a constituem.

“As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produtos da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele (...).” (Bourdieu, 2005:141)

Para compreendermos como é ser um sujeito que escolhe hoje, sendo ele um adolescente ou um adulto é preciso que façamos uma viagem no tempo, para que possamos visualizar criticamente a actual organização social. Afinal, se hoje o adolescente tem determinado comportamento e se sua família reage de uma forma e não de outra, isto ocorre em função da forma como a sociedade foi se organizando ao longo dos anos.

¹ Esse termo está vinculado ao conceito de representação social, o qual tem por finalidade a compreensão do funcionamento da realidade e a forma como damos significados ao social.

Segundo Ariès (1981), antes do período industrial, provavelmente, a fase adolescência não existia, pois logo que a criança atingia certo desenvolvimento físico, o qual ocorria por volta dos sete anos de idade, ela já ingressava “no mundo adulto”, no sentido de ajudar nos afazeres domésticos e até mesmo na lida no campo, ou no auxílio nas actividades desenvolvidas pelos pais.

De acordo com o mesmo autor, a partir da Revolução Industrial, a sociedade se reestruturou, e passou a organizar a família, os seus valores e a educação em função do modelo capitalista. Se até então as famílias obtinham seus proventos de suas actividades (artesãos, sapateiros, entre outros) e viviam de forma comunitária, a partir dela e da divisão das tarefas e imposição de uma jornada de trabalho, os costumes precisaram modelar-se a um sistema que passou a preponderar.

Neste momento surge a classe burguesa, pois até então havia apenas a nobreza e o povo, e de acordo com Ariès (1981), o aprendizado que até então se dava a partir do convívio do adulto com a criança, no final do século XVII passa a ser feito pela escola.

No final do século XVIII tem início a separação das crianças por idade, a qual é acompanhada por um fenómeno que viria marcar fortemente o processo de separação entre ricos e pobres (...) a instituição escolar passou, aí, a ser um divisor entre o que seria a educação popular, destinada aos pobres, e a educação para as famílias burguesas, fenómeno que, se mantém ainda bastante presente no sistema de ensino actual. (Arpini: 2001: 24)

Segundo essa mesma autora, neste período houve uma remodelação da organização social e por consequência, uma reorganização familiar alterando seus hábitos e disciplinas.

A necessidade de reordenar os espaços sociais e de controlar a vida pública marcou, sobretudo, em meados do século XVIII e XIX, a entrada da educação como forma de moralizar hábitos e de disciplinar as crianças, os jovens e suas famílias. O controlo de determinadas doenças conduz a modificação de hábitos, antes tolerados e comuns, e produz uma atitude de reprovação a determinadas condutas e práticas, provocando uma

intensificação da vida privada, a qual passa a ser indicativo de saúde. (Arpini, 2001: 24)

A referida autora vai mais além, no que se refere a tais mudanças

Sabemos que essas mudanças, estavam relacionadas aos ideais capitalistas, tendo surgido em função das necessidades da nova sociedade que se industrializava e da qual a nova moral dominante fazia parte. É esse o projecto social que, a partir de então, começa a determinar a vida privada e social e ao qual era preciso se adequar. (Arpini, 2001: 25)

Miranda (1984) ressalva que a contextualização histórica pode revelar um entendimento mais amplo a respeito da visão sobre a infância. “As considerações desses fatos históricos nos permitem compreender como a ideia moderna de infância foi determinada socialmente pela organização social capitalista, definida pelos interesses de uma classe ascendente: a burguesia”. (Miranda, 1984, p.127)

Se a forma de convívio com as crianças e até mesmo a forma de viver em sociedade recebeu fortes influências da revolução industrial, podemos inferir que com a adolescência e com o adulto jovem, provavelmente, não foi diferente. De acordo com o que se observou anteriormente, a criança dotada de certa maturidade física já ingressava, quase que naturalmente, no mundo adulto. Porém, no século XVIII, a escola passou a exercer a função de educar e transmitir os valores de uma época.

É importante salientar que esta época foi um período de transição de valores, de costumes, de hábitos, onde muitos desapareceram e outros foram criados, pois até então a sociedade organizava-se e produzia a partir das necessidades pessoais. Com o desenvolvimento industrial, a ordem se inverteu – a produção passou a ser em massa, e para tanto, foi necessário desenvolver a necessidade de consumo, até mesmo dos bens mais supérfluos.

Nas sociedades pré-industriais, o trabalho era realizado nos arredores das casas, nas propriedades rurais ou na execução de trabalhos artesanais, onde a família participava de forma integrada. Neste contexto, a família se constituía como unidade económica por excelência. Todos os membros

entregavam-se às tarefas produtivas com o intuito de garantir a sobrevivência da família. Os bens eram produzidos em quantidade suficiente para atender às necessidades emergentes do grupo familiar, sem o intuito de produzir excedentes significativos para serem comercializados. (Martins, 2006, p. 46)

Autores mais críticos consideram que a educação não ficou imune a esse processo e sucumbiu aos “desejos” e interesses das classes dominantes. Desta forma tem funcionado como um aparelho ideológico, o qual apenas reproduz as exclusões que ocorrem na sociedade, formando pessoas alienadas, individualistas e despreparadas para o mercado de trabalho, agindo como se fosse uma fábrica de mão-de-obra ordinária.

“A escola certamente não é neutra. Ela actua como um instrumento de dominação, funcionando como reprodutora das classes sociais, através dos processos de selecção e exclusão dos mais pobres, e ao mesmo tempo, da dissimulação desses processos”. (Miranda, 1984:132)

Além da autora referida acima, outros pesquisadores compartilham deste pensamento a respeito da escola funcionar em prol da classe dominante em detrimento da classe popular, mantendo o *status quo* vigente.

“Como nesta sociedade-cultura poucos podem ser considerados incluídos, nos preocupa o fato de que o saber tão necessário para o sujeito participar activamente nesta sociedade da informação, transforme-se em forte indicador de exclusão.” (Siqueira e Pereira, s.d., p.4)

Enfoca-se a educação porque ela em conjunto com a família forma nossas crianças, adolescentes e adultos, são elas (escola e família) que transmitem e perpetuam os valores, a cultura e as convenções sociais. “No convívio com a família, a criança internaliza padrões de comportamento, normas e valores de sua realidade social decorrente de sua condição de classe”. (Miranda, 1984:133)

Contextualizando a relação entre homem e trabalho, é possível acompanhar a trajectória e até mesmo o surgimento da escolha profissional, pois ao contrário do que

se imagina esta escolha nem sempre foi possível, nos moldes que conhecemos hoje, enfim, o processo de escolha tem acompanhado a evolução da sociedade.

A Revolução Industrial foi o marco da expansão do número de profissões, enquanto a Revolução Informática, decorrente da primeira, representada pela automação e informatização, tem promovido a aceleração das mudanças, no que tange ao surgimento e desaparecimento de ocupações.

Para Schaff (1995) haveria duas revoluções industriais – uma que ocorreu no final do século XVIII e início do século XIX e a outra está acontecendo nos dias de hoje. A primeira revolução teve como “grande feito” a substituição do esforço físico do homem pela energia das máquinas (vapor, electricidade...) e a revolução actual está substituindo as capacidades intelectuais do homem por autómatos.

Se o trabalho em si mudou seu sistema, a relação do homem com o mesmo também alterou, pois de início, o indivíduo – masculino – recebia do seu pai, assim como o sobrenome, a profissão exercida pelo mesmo, neste período, havia um número limitado de profissões.

De acordo com Coelho (1999) encontram-se nos registos da época imperial brasileira, que as primeiras profissões registadas, foram as de médico e boticário, porém esse último não passava por nenhum método formal de aprendizado ao mesmo tempo em que movimentava boa parte da económica brasileira da época.

Bridges (1995) ilustra, metaforicamente, através dos meios de transportes as mudanças ocorridas nas relações de trabalho ao longo dos últimos dois séculos, ele atem-se a estes dois, porque até então não havia ocorrido transformações significativas. Somente a partir do século XVIII é que um maior número de transformações passou a acontecer, não só em quantidade, mas também em velocidade.

Segundo o referido autor, até a Revolução Industrial o meio de transporte que representava o mundo do trabalho era o **barco a vela**, pois não havia cargos, os trabalhadores gozavam de autonomia em seus afazeres e não precisavam respeitar horários rígidos, portanto trabalhavam arduamente até concluir sua “missão” para em seguida gozar do descanso.

Em seguida ao barco, veio o **trem** e assim como na indústria as actividades foram fragmentadas ao máximo, os prazos e os horários também tornaram-se mais rígidos, esse momento também foi marcado por poucas relações interpessoais e pela subordinação. “Políticas e tabelas de horários eram estabelecidas, não por alguém a bordo, mas por alguém do ‘quartel general’, alguém que ocupava um nível de comando mais elevado”. (Bridges, 1995, p. 55). Neste período, as funções eram rigidamente estabelecidas e cada um desempenhava a sua.

Actualmente, podemos inferir que vivemos num período que Bridges (1995) ilustrou com o **avião**, pois seu princípio de funcionamento, apesar da existência, ainda, dos cargos, é marcado pela interacção entre seus ocupantes, o espírito de equipa está presente e/ou treinado para ser desenvolvido. No trabalho em equipa não há espaço para chefe (aquele que manda e inspecciona) e sim para líder (aquele que serve de exemplo, motiva e apoia).

A última metáfora representada pela **tripulação de voo da NASA**, já está presente na organização de algumas empresas privadas e no terceiro sector, porém ainda não é realidade para grande parte dos ambientes de trabalho. O espírito de time está presente, pois o jogador/trabalhador é valorizado pelas suas competências e habilidades. “Na maior parte do tempo, operam juntos como uma unidade com treinamento cruzado, altamente entrelaçada, colectivamente responsáveis pelo sucesso da missão”. (Bridges, 1995, p. 57)

Bridges (1995) retratou de forma muito criativa as mudanças ocorridas nas relações de trabalho e outras tantas que estão por vir, de posse disso é possível presumir que a forma como ocorre a escolha profissional também sofrera alterações ao longo destes anos.

Além das mudanças ilustradas pelo autor, referido acima, actualmente vivemos sob o medo do desemprego, pois todas estas mudanças trouxeram exigências as quais nem todos os indivíduos estão aptos a responder, portanto, estes tornam-se vítimas em potencial à exclusão.

“Com todas estas mudanças, tem crescido também a insegurança no trabalho, uma vez que a diminuição de postos de trabalho faz com que a qualidade destes empregos se afaste dos padrões desejáveis, fazendo crescer também o trabalho precário (...)”. (Lima, 2001, p. 59)

Nesta pesquisa, enfocaremos a escolha profissional enquanto fato dinâmico, permeado pela realidade social, económica e histórica, afinal não há como desconsiderar toda evolução e involução que o mercado de trabalho tem sofrido nestes últimos tempos. A quantidade de pessoas excluídas de funções, que hoje são realizadas por máquinas, a dificuldade de manter um emprego, a necessidade de aquisição de conhecimento constantemente, tudo isto interfere na escolha daquele indivíduo que está prestes a preparar-se para o mercado de trabalho.

“Como os indivíduos das classes menos favorecidas, que têm o trabalho como base da identidade psicológica, estão construindo suas identidades em meio a vivências de desemprego, precarização, desestabilização, etc.?” (Lima, 2001, p. 60)

As inquietações citadas acima são também, nossas indagações, portanto abordaremos como a escolha acontece entre os sujeitos de diferentes contextos, independente da idade dos mesmos. Não nos deteremos apenas no adolescente, pois ao circular pelos cursinhos pré-vestibulares, principalmente, nos populares, local inundado por sujeitos em busca do ingresso ao ensino superior, é possível se deparar com a faixa etária mais variada possível.

Os sujeitos dessa pesquisa são indivíduos com idades entre 16 e 44 anos, pertencentes a realidades socioeconómicas diferentes, os quais almejam ingressar no ensino superior.

Segue uma breve conceituação sobre adolescência e idade adulta, com base em teorias psicológicas, sociais e antropológicas, sem o intuito de esgotar sobre o tema, mas apenas visualizar estas fases do desenvolvimento humano, de forma contextualizada.

1.1. O Sujeito – Adolescente, o Contexto e a Escolha

Discorreremos agora sobre a parte significativa dos sujeitos, que compõem esta pesquisa – os adolescentes. Esta fase predominou entre os sujeitos da pesquisa, porque é justamente neste período que a escolha profissional “deve” ser feita.

A amostra foi dividida em dois grupos, de igual número de participantes, para que pudéssemos observar que a escolha não depende somente do sujeito, mas também do meio ao qual ele está inserido. Sendo assim os sujeitos ficaram distribuídos em função da classe económica, aqueles pertencentes à classe popular denominaram-se **G1** enquanto, aqueles pertencentes a uma situação mais favorável foram denominados de **G2**.

O pertencimento a uma classe económica ou outra foi definido a partir, primeiramente, da matrícula e frequência no curso pré-vestibular, aqueles que pagavam pelo cursinho foram considerados como pertencentes a uma situação económica mais favorável; aqueles que estavam frequentando o curso pré-vestibular gratuito foram considerados como pertencentes a uma situação menos favorável. A partir dos questionários aplicados, no qual constava a renda dos participantes é que foi possível comprovar a renda familiar e ai reforçar tal classificação.

Dos quarenta participantes no grupo de classe popular (**G1**), 42,5% eram adolescentes, enquanto no grupo de classe mais abastada (**G2**) eles representaram a grande maioria – 72,3%.

Esta fase tem sido objecto de várias pesquisas, e de acordo com Rosa e Lapointe (2004, p. 31) “sem dúvida, trata-se da etapa da vida mais estudada pelos antropólogos.”

Procuramos contextualizar, de forma dialéctica, as influências que os sujeitos sofrem e causam ao meio ao qual estão inseridos O adolescente, hoje, está inserido num meio, que ora parece justo e cheio de oportunidades, ora excludente e sem perspectivas de ascensão social. São nestas condições que estes jovens precisam fazer escolhas entre uma profissão ou outra, isso quando não são escolhidos por elas.

“A crise adolescente é, portanto a expressão do questionamento da ordem social estabelecida, tornando-se um espaço de reflexão sobre os conflitos da cultura da qual faz parte”. (Lemos, 2001, p. 26)

O sofrimento é muito grande nesse período, pois o jovem é bombardeado por um turbilhão de sentimentos antagônicos (alegria X raiva, onnipotência X impotência, encanto x desencanto) e, concomitante a isso tudo, está toda alteração biológica, a qual não se desconsiderou de forma alguma, porém nesta pesquisa enfocará, unicamente, o funcionamento psicossocial.

Em função destas alterações muitos autores descrevem a adolescência como período de crise e de luto, pois o jovem passa a ver o mundo a partir da sua óptica, deixando de enxergar com os olhos dos adultos, que os cercam. Muitas vezes o que ele vê não lhe agrada, pois ele se dá conta da existência de um grande paradoxo, os adultos que até então eram idealizados, são os grandes mantenedores das desigualdades e dos preconceitos.

O fenómeno chamado adolescência é complexo, o qual só pode ser compreendido através do estudo dos aspectos biológicos, psicológicos, sociais, históricos e culturais associados, ocorrendo simultaneamente num mesmo indivíduo.

Nas últimas décadas, contudo a adolescência vem sendo considerada o momento crucial do desenvolvimento do indivíduo, aquele que marca não só a aquisição da imagem corporal definitiva como também a estruturação final da personalidade. É uma idade não só com características biológicas próprias, mas com uma psicologia e até uma sociologia peculiar. (Osório, 1992, p. 10-11)

A complexidade do tema exige, portanto, que este trabalho detenha-se a alguns dos aspectos que interferem na dinâmica e constituição da adolescência e na escolha profissional destes indivíduos. Com isso não se desvaloriza aqueles aspectos que não foram contemplados, pois abarcá-los na sua totalidade seria um tanto imprudente, uma vez que a complexidade do tema prolongaria demasiadamente os conceitos sobre esta fase, ocasionando uma fuga do tema proposto.

Abordar-se-á apenas os factores psicossociais, que envolvem a constituição do adolescente, pois ele está num processo de construção de sua identidade num meio que possibilita ou não o desenvolvimento de suas características.

Ao considerarmos a influência do meio na constituição do indivíduo, não estamos inferindo que ele é totalmente subordinado às determinações sociais, entendemos que tanto os factores internos (biológicos, cognitivos e emocionais) têm tanto peso quanto os factores ambientais (histórico, social, económico, cultural, etc.).

Alguns autores e pesquisadores, em função de sua abordagem teórica priorizam uns factores em detrimento de outros, ao abordarem o período da adolescência.

Rappaport et al (1982, p. 12) ressalva os aspectos culturais imbricados na concepção e manejo da adolescência.

Nos grupos tribais, ou historicamente diferenciados da cultura ocidental, não ocorre longo período que separa as actividades infantis da plena integração do sujeito ao grupo produtivo e reprodutor. A criança é tida como tal até que as maturações e alterações biológicas iniciem a puberdade e caracterizem sua passagem para o grupo adulto. Normalmente nestes grupos há um ritual de passagem, às vezes antecedido por um período de recolhimento, que caracterizará a entrada nas relações adultas.

Becker (1985) considera os aspectos históricos e sociais e, compara a adolescência à passagem de uma atitude de mero espectador à de actor/director, ou seja, o indivíduo que até há pouco tempo apenas adequava seus comportamentos às regras estabelecidas, agora passa a questioná-las, criticá-las e reivindicar transformações.

Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. (...) Da mesma forma, a importância enorme que se dá à adolescência hoje em dia surgiu em um passado bem recente. Até a poucos anos, ser jovem era uma coisa a ser vivida apressadamente em direcção ao ser adulto, como podem testemunhar nossos pais e avós. (Becker, 1985, p. 58)

Hoje, a adolescência começa cada vez mais cedo e termina cada vez mais tarde e, o indivíduo dificilmente passa imune, sem conflitos nesta fase. Erikson (1972) desenvolveu estudos sobre a formação da identidade, e definiu a crise normativa da adolescência como um período no qual o indivíduo busca a organização e a estruturação.

De acordo com o referido autor, a crise é proveniente de um processo que busca integrar e ao mesmo tempo separar. Nesse período, o adolescente tenta unir as peças de um quebra-cabeças, ou seja, fragmentos de conceitos, de modelos e de posturas no intuito de tornar-se uma unidade pessoal, distinta e separada dos modelos adultos.

O adolescente é um estranho, porém conhecido, no ninho. Ele viveu até ontem naquela família, naquela escola, naquele bairro, porém, “num piscar de olhos”, ele retira um filtro e vê, as pessoas, os objectos, as relações de dominação, e isso gera desconforto, tristeza, e até mesmo revolta.

(...) a construção das identidades se processa através de diferentes atravessamentos, o que implica dizer que as identidades são históricas, fluidas e não fixas. Dessa forma, diferentes sentidos são produzidos em diferentes momentos e contextos, e podem ser entendidos como formas de resistência e/ou tentativas de transformação de práticas hegemônicas. (Guareschi, Oliveira, Giannechini, Comunello, Nardini e Pacheco, 2003, p. 48)

O senso crítico e “impertinente” do adolescente, denominado rebeldia pelos adultos, nessas horas, precisa ser aprisionado ou desviado, nesse momento, entra o poder da mídia e do mau uso do conhecimento das ciências, que passam a explicar esse fenômeno como “crise normal da adolescência”.

(...) o novo, o questionamento e o conflito que muitas vezes explodem no adolescente são muito perigosos então, nada melhor que enclausurar todas essas ameaças em um período da vida do indivíduo, aplicar-lhes um rótulo de ‘crise normal’ e definir a adaptação, às regras vigentes como ‘cura’ ou ‘resolução’ da crise. (Becker, 1985, p. 9)

A designação “normal” prepara os adultos para um período, que todos já sabem que será difícil, porém passageiro, justificando e até mesmo eximindo-os de suas responsabilidades em relação ao sofrimento dos adolescentes. Se a crise é normal, e é desencadeada por aspectos individuais (biológicos e emocionais), não há o que fazer a não ser esperar, ou ocupar os “anormais” com actividades extras, ou então encaminhá-los aos consultórios (médicos, psicológicos ou psiquiátricos), para que se ajustem ao mundo adulto.

O conflito adolescente é o instrumento pelo qual o indivíduo aprende a diferença complexa, subtil e preciosa entre ele mesmo e seu ambiente. Se não houver oportunidade de conflito, não há adolescência, e o sentido da individualidade não pode se desenvolver. (Becker, 1985, p. 64)

Neste contexto é possível entender a crise da adolescência como normal, da forma como o autor quis abordar, sem princípios ideológicos, a qual está fundamentada em princípios dicotómicos, porém necessários, pois somente a partir dos modelos e valores dos quais o adolescente concorda ou discorda, poderá tornar-se sujeito de suas acções.

“Enquanto lida com seus conflitos interiores e mudanças corporais, o adolescente se encontra em uma sociedade contraditória e cuja complexidade gera muita confusão na sua cabeça”. (Becker, 1985, p.12)

Actualmente, há uma dificuldade de saber quais são os parâmetros à seguir, pois de acordo com Lemos (2001, p. 29) há uma oferta massiva de “modelos frágeis e descartáveis, os quais influenciam o processo de aquisição da identidade como um todo e profissional em particular”.

Vivemos numa sociedade que carece de valores, ou melhor, carece de bons valores, portanto, não podemos esperar que o adolescente passe por ela imune, afinal ele está inserido num meio que deveria ser facilitador do desenvolvimento, mas que não cumpre com esse papel.

O problema é a escassez de exemplos que possa valer a pena copiar, seguir, implantar, desejar ou mesmo almejar. A que preço, por que e para que, são perguntas pouco empregadas no imaginário do dia-a-dia atribulado a que

somos submetidos. A facilidade com que se busca algo contrasta com a facilidade com que o objecto conquistado seja facilmente trocado por outro, sem que nesse meio tempo qualquer análise reflexiva da real necessidade da busca tenha sido feita. (Nora, 2007, p.17)

É nessa realidade, que o jovem recebe a tarefa de construir sua identidade, portanto não há como desconsiderá-la. “Chega a surpreender que, em meio a uma crise tão intensa, o adolescente consiga realizar tarefas tão importantes como as que têm que concluir: definir-se ideológica, religiosa e eticamente, definir sua identidade sexual e sua identidade ocupacional”. (Bohoslavsky, 2007, p. 29)

A escolha profissional, assim como as inúmeras escolhas que fazemos ao longo de nossas vidas, não tem idade para ocorrer, entretanto em função de convenções sociais esta escolha ocorre, comumente, na adolescência.

No Brasil, hoje, escolher uma profissão é um acontecimento que coincide com a conclusão do ensino médio e, geralmente, está associada à escolha de um curso no ensino superior. “O jovem passa os três anos do ensino médio voltado exclusivamente para o Vestibular”. (Soares: 2002, p. 67).

Osório (1992) compartilha da mesma percepção, alertando que os jovens, ao terminarem o ensino médio, são direccionados a ingressar numa universidade, mas ele salienta que esta possibilidade não é igual para todos.

Os jovens e seus familiares nem se dão conta que esta escolha já está direccionada e que parte dela já foi feita, ao colocar como opção o Vestibular, sem cogitar um curso técnico, tecnológico ou profissionalizante, por exemplo.

O vestibular é antes de tudo um rito de iniciação, ou seja, um ritual de passagem à condição adulta e com este propósito é ele inconscientemente mantido, apesar de todas as vozes que se levantam contra sua crueldade e inoperância como critério selectivo para o ingresso dos mais aptos ao exercício das profissões a que se destinam. (Osório, 199, p. 76)

De acordo com o referido autor, para alguns esse período luxuoso de preparação para a vida adulta, não é vivenciado da mesma maneira, boa parte dos adolescentes estão empenhados na encarniçada luta por sua subsistência, estando confinados pela geografia da fome e da miséria.

Portanto, quando nos referimos à crise da identidade do adolescente contemporâneo estamos na verdade considerando os processos de transformação psicológicos que experimentam aqueles jovens que pertencem aos estratos socioeconômicos mais diferenciados, que têm o que comer, o que vestir e podem, então, usufruir as demais prerrogativas da condição humana quando satisfeitas as necessidades mais elementares. (Osório, 199, p.21)

As alterações físicas, psíquicas e relacionais na adolescência são vivenciadas simultaneamente com as expectativas de profissões que, muitas vezes, não correspondem às possibilidades socioeconômicas do nosso país, o que transforma o ingresso ao ensino superior num verdadeiro funil.

O mercado restrito reserva aos jovens de classe abastada, um prolongamento do tempo de dependência de seus familiares, enquanto os jovens de classe popular, muitas vezes, são levados a desistir de suas aspirações profissionais para ingressar, ou tentar ingressar, no mercado, em busca de seu sustento e até mesmo para seus familiares.

Em relação às classes mais desfavorecidas, é importante perceber que a escola, como instituição fundamental da sociedade, não faz mais do que reproduzir a posição social dos indivíduos. A história da mobilidade social – o filho de operários que chega a industrial ou senador – é uma linda ilusão, muito bem produzida, aliás. Pesquisas demonstram que filhos de operários serão quase sempre operários, filhos de burgueses e patrões quase sempre burgueses e patrões. (Becker, 1985, p.5)

É justamente na adolescência, período em que o sujeito irá consolidar sua identidade, que ele faz grandes reformulações, compara passado e presente, vislumbrando um futuro. Compara relações e percepções estabelecidas até aquele

momento, com os adultos que serviram de modelo, e a partir daí, contesta ou acata tais princípios.

As dificuldades que um adolescente apresenta na elaboração da sua identidade pessoal, quer no campo sexual, quer no cognitivo, social ou afectivo, reflectem-se na elaboração de sua identidade vocacional-ocupacional. É muito importante compreender o processo como um todo, analisando cada um de seus aspectos. (Neiva, 2007, p. 39)

As escolhas são constantes em nossas vidas, porém umas sobressaem-se sobre as outras em função grau de importância, a elas atribuídos, devido ao seu contexto, período e consequências. A escolha por uma profissão tem sido uma das decisões mais difíceis a ser tomada, até mesmo porque ocorre numa fase do desenvolvimento humano, que por si só já é turbulento, em função tanto dos harmónios quanto dos aspectos emocionais, histórico-culturais e psicossociais, chamado adolescência.

Em seguida descreveremos, brevemente, como é ser um adulto hoje, quais influências ele sofre, para depois abordarmos como ocorre a escolha, ou a re-escolha profissional para os adolescentes e para os adultos.

1.2. O Sujeito – Adulto, o Contexto e a Escolha

Descrever o que é ser adulto parece uma tarefa simples em função da estabilidade que envolveria tal período, uma vez que as teorias do desenvolvimento humano apregoam, que o indivíduo é considerado adulto quando se torna responsável por si, independente financeiramente e constitui família.

“Na primeira fase da vida adulta, cada um de nós assume seu lugar na sociedade. Para quase todos nós, isso significa aquisição, aprendizagem e desempenho de três papéis fundamentais para a vida adulta: profissão, conjugal e parental.” (Bee, 1997, p. 413)

É importante frisarmos a ressalva que a autora fez a respeito das aquisições – elas são iguais “para quase todos”, daí podemos depreender que o contexto no qual o sujeito está inserido, pode facilitar ou dificultar tais conquistas, como ela mesma complementa.

Os detalhes do momento certo e do conteúdo desses papéis diferem, obviamente, de cultura para cultura e de grupo social para grupo social. Nas culturas rurais de subsistência, trabalho e casamento chegam muito mais cedo do que na maioria das culturas industrializadas.(Bee, 1997, p. 413)

De acordo com Rosa e Lapointe (2004), independente da cultura, a chegada à idade adulta tem sido marcada pelo casamento. “Raras são as sociedades que oferecem papéis de adultos não implicando a fundação de uma família”. (Rosa e Lapointe, 2004, p. 32)

Conforme a bibliografia consultada ser adulto, hoje, já não é mais um período estável e linear, com uma sequência pré-estabelecida. Antes, havia a impressão de que em seguida à turbulência da adolescência, o sujeito ingressaria numa fase de tranquilidade – o indivíduo estabelecer-se-ia profissionalmente, casaria e teria filhos.

Soares (2002) questiona a respeito dessa linearidade tão bem estruturada e aparentemente livre de conflitos, medos e anseios. “A vida familiar e o trabalho trazem todo esse equilíbrio que deveríamos ter para sermos considerados adultos?” (Soares, 2002, p. 33)

O questionamento da referida autora reforça sobre a importância de contextualizarmos o que é ser adulto, pois percebemos que as exigências e as restrições sociais têm modificado substancialmente a caracterização desta fase, afinal o indivíduo encontra cada vez mais dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho, e a consequência disto é a dependência prolongada.

A mesma autora, citada acima, descreve, brevemente, sobre a forma como a idade adulta é subdividida em fases, sendo que a primeira fase corresponderia ao “**adulto jovem**”, período em que o indivíduo teria entre 20 e 35/40 anos de idade e estaria consolidando uma profissão e estabelecendo um relacionamento afetivo. A segunda fase seria a do “**adulto médio**”, com idade entre 35/40 e 60/65 anos, período marcado

pela responsabilidade, pois estaria envolvido com a educação dos filhos. A terceira fase, com início por volta dos 65 anos, o indivíduo é considerado **idoso** e está associado com perdas, tanto físicas e biológicas, quanto sociais (aposentadoria, morte de amigos e do cônjuge).

Ser adulto ou ser adolescente têm suas definições permeadas a partir do contexto, da época e das ideologias presentes e mantidas durante um período, até que uns paradigmas sejam quebrados e outros construídos.

A cientificização do desenvolvimento humano, ao longo da vida, é acompanhada de um estatuto para cada uma das diferentes etapas que o compõem, o qual define normas, comportamentos e expectativas em relação a cada etapa, em consonância com os valores da sociedade, dos grupos sociais e das relações inter-grupais. (Almeida e Cunha, 2003, p. 148)

De acordo com Pimenta (2007) as pesquisas no Brasil, a respeito da passagem da adolescência para a fase adulta, ainda são, de certa forma, incipientes principalmente no que tange a contextualização de como é ser um adulto hoje, uma vez que os factores socioeconómicos citados anteriormente têm prolongado uma fase e encurtando outra.

No Brasil, o tema da transição para a vida adulta não tem sido objecto privilegiado de investigação. Há poucos estudos específicos sobre o tema, geralmente baseados em estatísticas nacionais e não em pesquisas efetuadas com o objetivo particular de observar mudanças e fenómenos sociais associados a esse processo. (Pimenta, 2007, p. 26)

Além de observar as mudanças e fenómenos sociais a respeito da transição para a vida adulta, acreditamos que seria importante, também, observar as mudanças emocionais, pois além de uma independência económica, o sujeito precisa de certa maturidade para resolver os problemas que surgem.

“Deixar a casa dos pais é mais do que simplesmente iniciar uma vida independente. Envolve também um processo de emancipação psicológica (...) o jovem se distancia, emocionalmente, dos pais, no mínimo em certo grau.” (Bee, 1997, p. 413)

É perceptível, a partir dessa breve descrição, que essa linearidade não pode ou não poderia ser adoptada, indiscriminadamente, por toda e qualquer classe social, cultura e/ou género, pois as particularidades que envolvem cada realidade modificam, substancialmente, a passagem por uma fase ou outra; entretanto, é possível incorrer nesse erro, pois vivemos sob uma ideologia que tende a padronizar comportamentos.

“Nessa perspectiva, a ciência é compreendida como uma instituição especializada, que tem a ambição de intensificar o papel de explicadora da realidade, definindo regras, através de seus modelos teóricos, que acabam, também, por especificar e prescrever as acções humanas.” (Almeida e Cunha, 2003, p. 147)

Por outro lado, existem pesquisadores que se preocupam e procuram modificar tais tendências ao observar e delatar essa espécie de transe hipnótico ao qual estamos inseridos e de certa forma reforçando. O exemplo que segue demonstra a complexidade do que é ser adulto ou adolescente hoje e o quanto precisamos rever nossos entendimentos, caso contrário cairemos numa postura de meros reprodutores de comportamentos e perpetuadores de preconceitos contra aqueles que agem diferente.

O contraste entre a experiência da Ana Carolina, uma jovem de classe média que foi mãe aos 17 anos, e Márcia, uma adolescente moradora de uma favela no Recife que teve o primeiro filho aos 13 anos, é considerável. Hoje aos 27 anos, Ana Carolina procura recuperar ‘os anos perdidos da adolescência e aproveitar a vida’. Para Márcia, entretanto, engravidar era um projecto de vida; sinónimo de maturidade e libertação. Ao ser mãe, ganhou o respeito da comunidade e passou a ser considerada uma mulher adulta. Embora ainda seja sustentada pelos pais, agora ela pode ir a festas e não precisa mais dar satisfações a ninguém. (Pimenta, 2007, p. 22)

Quando consideramos o factor socioeconómico observamos as discrepâncias nas percepções e nas vivências de um mesmo período, num mesmo espaço temporal.

O exemplo citado pela autora para ilustrar o quanto os conceitos mudam de uma realidade para outra, também serve como um alerta para que possamos reflectir sobre a tendência de submetermo-nos a algumas regras – será que é necessário engravidar aos

13 anos para obter respeito? Será que os adultos são respeitados em sua totalidade? Não deveríamos ser respeitados, enquanto sujeitos, independentemente, da idade que temos? O que entendemos por respeito?

Responder tais questões, não é nosso objectivo, porém ao reflectirmos sobre elas, percebemos a tendência de valorizar a idade adulta como sendo um ponto de equilíbrio de todo o desenvolvimento humano, pois a criança é totalmente dependente dos cuidados do adulto, o adolescente vive em crise e o idoso é sinónimo de perdas.

“Supomos que existem tendências em subestimar o desenvolvimento da criança e do idoso e em compreender a vida adulta como o ‘período óptimo’ do desenvolvimento humano, visto que esta última fase corresponde às expectativas socialmente valorizadas.” (Almeida e Cunha, 2003, p.149)

Ser adulto como sinónimo de um período de equilíbrio subentende-se, por exemplo, que um homem com 35 anos de idade não deveria estar desempregado ou pensando em fazer uma faculdade, pois ele já deveria ter ingressado no mercado de trabalho, ter sua casa, sua esposa e seus filhos.

Se ele não atingiu este ideal, entretanto, o demérito é dele – ele foi “preguiçoso”, “não quis estudar”. É a individualidade/subjectividade submetida ao ideal social, mesmo que este último não tenha facilitado, outrora, o desenvolvimento pleno e livre destes indivíduos.

A representação da vida adulta como a fase referência do devir humano implica em uma desconsideração das especificidades dos sujeitos em cada fase da vida, substituindo-as por características valorizadas pela sociedade, as quais visam, sobretudo, as condições necessárias para a produção: trabalho, responsabilidade, maturidade e estabilidade. (Almeida e Cunha, 2003, p.155)

É preciso levar em consideração as circunstâncias que envolvem a realidade desse sujeito, pois se ele pertence a uma classe popular, pode ter perdido o pai cedo, se é que chegou a conhecê-lo, precisou cuidar dos irmãos mais novos, trabalhou desde os 14 anos e encontrou um sistema educacional excludente, que não lhe preparou

suficientemente para passar num vestibular. E mesmo que ele passasse teria que se submeter a um curso nocturno do qual não tem interesse, pois as universidades federais oferecem a maioria dos cursos durante o dia.

Diante desse exemplo podemos nos questionar se é possível, realmente, que o ingresso na idade adulta, envolta com um ideal de estabilidade financeira, seria possível de ser atingido por todas as classes sociais.

No âmbito pedagógico, as ações desenvolvidas junto aos sujeitos, nas diferentes etapas de suas vidas, ligam-se muito mais à formação para o trabalho e para a produção do que à realização plena do sujeito, de acordo com suas possibilidades, em cada fase da vida. (Almeida e Cunha, 2003, p.154)

Imaginemos o sofrimento daquele adulto que deveria estar desfrutando de toda essa estabilidade, servindo de exemplo ou atuando como protetor de um ser mais novo, todavia ele está desempregado ou com dificuldades de escolher um curso universitário, em busca de uma melhora de vida.

A situação socioeconómica pode ter influência no ingresso à vida adulta, se a passagem para ela estiver associada à aquisição de estabilidade financeira ou ingresso no mercado de trabalho.

Essas diferenças de perspectiva sobre o que significa ‘ser adolescente’ e ‘ser adulto(a)’ são indicadoras do quanto as concepções sobre as diversas fases da vida podem variar no interior de uma mesma sociedade e, mais importante ainda, modificam-se ao longo do tempo. (Pimenta, 2007, p. 23)

Nosso estudo revela que há um número significativo de adultos executando uma actividade que seria de um adolescente – a escolha profissional.

Quando a escolha profissional ocorre na fase adulta, outros factores interferem no processo, alguns actuando como facilitadores – como é o caso da maturidade, a qual diminui as chances de uma escolha impulsiva. Por outro lado, é geradora de sofrimento, pois ter que optar por uma profissão neste momento implica em ter que abrir mão de

outra que já estava sendo exercida, ou no caso de quem estava numa faculdade, significa ter de parar, voltar atrás e abandonar um caminho que já havia começado a ser trilhado.

E, não são raros os casos de desistência, pois só na UFSM em 2005, de acordo com Meneghel (2007), ocorreram 2.769; no ano de 2006 o número subiu para 2.813 e nesse ano até o final do primeiro semestre, foram 928 desistências. Estes dados comprovam que a escolha, mesmo que seja optar por deixar de fazer algo, está mais presente na vida dos indivíduos do que se pode imaginar.

De sujeito ativo e participante de nosso devir, tornamo-nos objetos das normas e regras sociais, materializadas nas ações pedagógicas. Assim, se o curso de nosso desenvolvimento corresponde a uma gradual sequência de aquisições previamente instituídas, visando um futuro produtivo na sociedade, corremos o risco de padecermos de nossa história, ao invés de construí-la. (Almeida e Cunha, 2003, p.155)

É importante dar-mos conta dessas ideologias para que possamos nos apropriar da nossa história, caso contrário, corremos o risco de respondermos automática e unicamente às exigências do meio. Precisamos desenvolver cada vez mais nosso senso crítico ao invés dos julgamentos preconceituosos.

2. ESCOLHA PROFISSIONAL: UM PROBLEMA SOCIAL

Ao abordarmos a escolha profissional de adolescentes e de adultos, entendemos que não basta seccionar um momento – a conclusão do ensino médio - e deixar de lado o contexto ao qual o sujeito está inserido.

Imaginemos as seguintes situações ilustradas a seguir, onde dois jovens com idades por volta dos 16 ou 17 anos, que se vêm diante da escolha de uma profissão, dentre 203 carreiras². Na primeira situação temos um sujeito que estaria em dúvida ou desinteressado pelas profissões que a família, os colegas e/ou os professores esperam que ele escolha, desta forma ele se vê direccionado a um caminho que não quer seguir.

“Se o jovem nasceu numa classe média ou alta e nunca passou por dificuldades financeiras na vida, pode não desejar estudar na universidade e, ao contrário, pode querer fazer outra coisa, muitas vezes ele mesmo não sabe o que é.” (Soares, 2002, p. 52)

Na segunda situação estaria o sujeito que se sente motivado, reconhece em si as habilidades para ingressar numa faculdade, a qual ele não poderá cursar, seja em função da concorrência ou em função do custo para manutenção no curso, como é o caso, por exemplo, do curso de Arquitectura e Urbanismo, que requer a compra de materiais onerosos, indispensáveis para frequentar as aulas.

Ambas as situações citadas acima, meramente ilustrativas, são mais comuns do que imaginamos, com isso não temos a pretensão de subjugar alguns factores implicados no processo de (in) decisão profissional em detrimento de outros, pois entendemos que a mesma é multifatorial.

² Número divulgado no Guia Abril do Estudante/2008: trata-se de uma compilação das Universidades e cursos oferecidos no país, tanto em nível técnico, quanto superior, o qual os jovens utilizam para pesquisar sobre mercado de trabalho, campo de atuação, onde cursar entre outras informações.

Se, de um lado temos um jovem com condições socioeconómicas favoráveis, que lhe permite escolher o curso, a faculdade e a cidade onde estudar, no entanto ele não reconhece esse desejo como sendo seu. De outro lado, temos um jovem seguro de sua escolha, porém com restrições económicas para ingressar numa faculdade, percebemos que nestas situações o teste vocacional não dá conta da complexidade dos fatos, pois está em jogo questões de *status* social e de restrição económica.

Concordamos com Schwartz (2000, p. 14) quando ele refere-se sobre a importância da acessibilidade ao conhecimento – “(...) quanto melhores forem as condições de acesso ao conhecimento, mais gente terá acesso às oportunidades da nova economia do conhecimento, centrada na inovação, na expansão de redes e na ampliação da cidadania.”

Ao considerar tais fatos, não estamos diminuindo a autonomia do indivíduo, pelo contrário, entendemos que, apenas aquele indivíduo consciente dos factores, que facilitam e/ou entram o processo de escolha, poderá ser de fato sujeito de suas escolhas, caso contrário, poderá ser escolhido pelo mercado de trabalho.

A escolha consciente por parte dos jovens de sua futura profissão pode ser um dos caminhos para se alcançar uma maior relação da escola com a realidade. À medida que um maior número de pessoas ingressar na universidade, conscientes do seu compromisso social, poderá reivindicar mudanças, alterações curriculares e estruturais da universidade, tentando aproximá-la mais da realidade. (Soares, 2002, p. 58-59)

Uma escolha consciente, reforçando a expressão da autora, prevê um trabalho que leve em consideração o maior número de factores que possam interferir na mesma. A seguir abordaremos estes factores, eles estarão elencados separadamente, para fins unicamente didácticos, pois entendemos que eles actuam concomitantemente.

Neiva (2007, p. 49) ao mesmo tempo em que resume abarca os factores presentes na escolha profissional. De acordo com ela, “dois tipos de conhecimentos são importantes: o que se refere aos aspectos internos (quem sou eu), e o que se refere aos aspectos externos a quem escolhe (como é a realidade educativa e socioprofissional)”.

Entendemos, também, que não há um factor mais importante do que outro, que exerça maior ou menor influência na escolha profissional, entretanto esta pesquisa aprofundou apenas alguns deles.

2.1. Factores associados à escolha profissional

Este item aborda os vários factores que interferem nas escolhas profissionais dos indivíduos, pois entendemos que é, somente, via a conscientização da existência de tais factores, que os sujeitos conseguirão apropriarem-se dos seus projectos profissionais, caso contrário apenas aceitarão e reproduzirão a ideologia dominador/dominado.

Não temos a pretensão de aprofundar todos os factores, até mesmo porque esta pesquisa não foi estruturada para tanto, porém faz-se necessária uma ressalva a respeito dos aspectos sociais, uma vez que estes muitas vezes são confundidos com os aspectos económicos. A confusão entre estes conceitos existe, porque vivemos numa sociedade dividida em classes “sociais” estruturada da seguinte maneira: quem tem mais dinheiro tem mais poder, no extremo oposto está aquele que menos tem e, portanto, “obedece” mais.

Teóricos sociais questionam e criticam esta linearidade e desvinculam o conceito de classe social da variável renda pessoal ou familiar. De acordo com estes teóricos, esta forma de entender e explicar a dinâmica da sociedade, nada mais é do que uma maneira ideológica de manter o *status quo* de exploração e dominação.

De acordo com Guareschi (1990) existem algumas teorias que definem classe social, a primeira delas afirma que esta é deliberada a partir da renda pessoal. A segunda teoria, similar a primeira, apregoa que uma classe social é composta por pessoas que usufruem das mesmas ideias, padrões de vida, que consomem os mesmos produtos, e têm, portanto, o mesmo padrão de vida.

A terceira teoria, de acordo com o mesmo autor, é aquela que está para além de uma descrição de como são compostas as classes sociais e busca uma compreensão de como a ordem é estabelecida, o que origina tais disparidades.

Quando se quer realmente compreender porque uma coisa é assim, devem-se ver as causas desse fenómeno (...). Então a pergunta que se coloca é a seguinte: o que faz com que haja gente ganhando muito e outros ganhando pouco? Será mesmo a educação? Ou uma boa profissão? (Guareschi, 1990, p. 51)

A partir destes questionamentos críticos, o referido autor faz-nos reflectir a respeito de como os ideais são mantidos e perpetuados conforme os interesses de alguns (minoria) em detrimento de muitos. “E então, só é possível mudar de classe se a sociedade mudar, se mudar o sistema”. (Guareschi, 1990, p. 53)

A ressalva feita pelo autor acima é válida para que possamos reflectir a respeito da utilização de determinados conceitos, sem investigarmos o que eles realmente querem dizer, e o que querem perpetuar. Este esclarecimento foi feito, porque ao longo do texto fazemos referência a respeito da influência da situação socioeconómica ou da classe social nas escolhas profissionais dos indivíduos, porém estas designações foram usadas, no intuito de caracterizar os diferentes estratos sociais, e alertar sobre as influências destas disparidades nas opções dos sujeitos.

Bock (2002) dissemina a visão sócio-histórica da escolha profissional, partindo da vivência do indivíduo, de acordo com ele, o indivíduo constrói sua identidade e tece suas escolhas a partir do que ele internaliza da relação que estabelece com o meio.

Soares (2002) elenca e discrimina alguns factores que interferem na escolha profissional de jovens e de adultos, são eles os factores familiares, psicológicos, sociais, económicos, políticos e educacionais. A seguir descreveremos, brevemente, estes factores, pois concordamos com a visão holística proposta pela referida autora.

Os **factores familiares** são os reflexos da ideologia de uma época, fomentada pelas dinâmicas sociais, políticas e económicas, que perpassam da família ao indivíduo e, se a família não filtrar essas influências, agirá como mero aparelho reprodutor de tais ideologias, e conseqüentemente o sujeito terá seus interesses pessoais subjugados aos interesses familiares, que por sua vez estão atrelados à ideologia dominante.

Chiappin (1974) compartilha desta visão a respeito da influência familiar nas decisões do indivíduo, segundo ele a família pode possibilitar, mas também impedir que o jovem descubra suas aptidões e, conseqüentemente as desenvolva.

Neiva (2007, p. 72) acrescenta ainda, que

O jovem pode incorporar o positivo ou o negativo dos modelos profissionais existentes na família; pode desejar seguir a carreira do pai, ter o prestígio do tio ou o dinamismo da mãe, como pode também rejeitar os modelos profissionais familiares, seguindo um caminho oposto.

Os **factores psicológicos**, ainda conforme Soares (2002) estão associados ao indivíduo, aos seus interesses, habilidades e motivações (conscientes ou inconscientes), porém se o sujeito estiver alienado ao meio, sem dar-se conta dos demais determinantes, poderá desperdiçar um talento em detrimento de uma falsa expectativa de realização profissional, caso faça sua escolha baseada apenas no mercado de trabalho, por exemplo.

Chiappin (1974) há alguns anos elencou os factores, que em sua opinião, estavam inerentes ao processo de escolha, são eles a personalidade, a família, os meios de comunicação e o mercado de trabalho. Para este autor a personalidade do orientando seria o factor principal para a escolha de uma profissão, porém o indivíduo precisa passar por um processo de auto-conhecimento.

Os factores psicológicos actuam decisivamente no processo de tomada de decisão profissional, e não é por menos que existem inúmeros pesquisadores debruçados sobre este assunto, para citar alguns trabalhos exitosos no Brasil, temos as pesquisas e actuações desenvolvidas por Filho (2006), o qual investigou a influência dos aspectos inconscientes na escolha profissional.

Filho (2006) reconhece a influência dos factores externos ao indivíduo (*status* social da profissão e situação socioeconómica), porém o que lhe despertou maior interesse foi a questão da escolha enquanto “reparação dos objectos danificados em fantasia” (Filho, 2006, p. 47).

Este mesmo autor conclui seu trabalho salientando, que para o sujeito actuar em prol de uma mudança social, é preciso que ele torne manifesto aqueles conteúdos que estão latentes. Em outras palavras, para que o ser humano deixe de ser um alienado social é necessário, que ele deixe de ser alienado de si mesmo.

Outra pesquisa que faz referencia aos aspectos psicológicos da escolha, foi realizada por Levenfus (2002), sua investigação abordou situações especiais, que contribuem para a indecisão profissional.

A referida autora investigou a dificuldade de escolha entre adolescentes filhos de pais separados, jovens que precisam lidar com o luto pela perda parental e, adolescentes que possuem uma relação de dependência simbiótica com os pais.

No primeiro caso, a autora constatou que a transição de membros familiares ressoa na escolha profissional, pois os processos identificatórios estão na base da referida escolha.

Os jovens enlutados necessitam, segundo a autora, solucionar a perda para que, num segundo momento consigam dispor de energia, suficiente para resolver o dilema da escolha profissional.

No caso dos adolescentes com dependência simbiótica, a autora entende que para estes é necessário que o processo de separação-individação se complete, pois este é um elemento básico para a construção da identidade do sujeito, para que em seguida possa escolher uma profissão.

Outro autor que aborda a psicodinâmica da escolha e é referência na América Latina é Bohoslavsky, suas obras têm embasado o trabalho da maioria dos pesquisadores brasileiros, até mesmo porque ele considera a influência do meio na construção da identidade ocupacional dos indivíduos.

O referido autor defende que

A identidade ocupacional se desenvolve como um aspecto da identidade pessoal. Suas raízes genéticas assentam-se, basicamente, sobre o esquema

corporal e estão sujeitas, desde o nascimento, às influências do meio humano. Por isso, a identidade ocupacional, assim como a identidade pessoal, devem ser entendidas como a contínua interação entre factores internos e externos à pessoa. (Bohoslavsky, 2007, p. 31)

A partir das palavras do autor citado acima, a ideia da influência social na escolha profissional é reforçada mais uma vez, inclusive nos estudos de Levenfus (2002).

A referida autora ressaltou que aqueles casos estudados por ela (adolescentes enlutados, simbióticos ou filhos de pais separados) necessitariam de um acompanhamento psicológico, antes de ingressar na questão da escolha profissional. Salientamos, que a nosso entender, tais problemas (luto, separação e dependência) não escolhem a quem acometer, e podem estar presentes entre adolescentes ricos e pobres, negros ou brancos.

Em qualquer caso o mais indicado seria a passagem por uma psicoterapia, individual ou familiar, como a própria autora salientou, porém um adolescente oriundo de classe popular, ainda tem muita dificuldade de acesso aos tratamentos psicoterapêuticos pagos, pois o custo dos mesmos chega a oitenta por cento do salário mínimo nacional³.

A partir deste prisma, mesmo se tratando de problemas individuais, e não há como ignorá-los, é preciso inseri-los numa problemática social, pois nem todos têm condições igualitárias para acessar os serviços necessários para melhorar sua saúde física, mental ou para escolher uma profissão. Os serviços públicos de psicoterapia, no Brasil, têm em média, uma fila de espera de um ano.

Os **factores sociais**, ainda de acordo com Soares (2002), são imposições inerentes às sociedades divididas em classes, criando oportunidades diferenciadas de acordo com o poder aquisitivo do indivíduo.

³ O valor mínimo de uma consulta psicológica, no Brasil, é de R\$ 81,62, a partir da tabela de honorários fixada para os psicólogos, pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP, 2007), multiplicando este valor por quatro (uma sessão por semana) chegaríamos ao valor de R\$326,48. O salário mínimo nacional, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2007) está fixado em R\$ 380,00.

Para aqueles sujeitos de menor poder aquisitivo, por exemplo, o ensino superior pode representar a chave de acesso ao mercado de trabalho. Para os indivíduos de classe abastada haveria a preocupação de manter o *status* da família, por isso muitos deles deixariam de escolher cursos considerados de menos *status* (licenciaturas e artes, por exemplo) para optar por profissões que manteriam o padrão familiar.

Os **factores económicos**, também conforme Soares (2002), estão atrelados ao sistema capitalista e ditam as regras do mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo e exigente. Hoje não basta ter um diploma de ensino superior, é necessário especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além disso, é preciso ter conhecimento de informática e de idiomas.

Para quem tem condições de custear estes estudos, não há problemas, mas e para aqueles que precisam trabalhar e estudar? E aqueles que conseguem frequentar uma faculdade, mas pagar por um curso de idiomas é uma missão quase que impossível? Como competir de forma igualitária?

Sem verbas suficientes, volta a contradição: o indivíduo desempregado com pouca ou nenhuma poupança precisa gastar dinheiro (se tiver algum de sobra) para tentar se requalificar. E o que é pior: não basta o governo gastar em programas de requalificação se a política económica impede o crescimento da economia, bloqueia ou dificulta o desenvolvimento de tecnologia nacional e impede a criação de novos postos de trabalho. (Schwartz, 2000, p. 26)

Os factores económicos estão muito mais presentes do que imaginamos na hora da escolha profissional, pois os jovens ao fazer suas escolhas têm utilizado como critério de decisão o mercado de trabalho, se uma profissão está gerando emprego hoje, automaticamente o jovem inclina-se a ela. Neste momento faz-se necessário um trabalho mais crítico, que incentive o jovem a perceber que ele levará, no mínimo, cinco anos para ingressar no mercado de trabalho e que não há garantias de que até lá encontrará a mesma situação favorável.

Chiappin (1974, p. 59) salienta que os meios económicos “ampliam as oportunidades e privilégios ou limitam e cerceiam as possibilidades de classes, níveis e grupos. É base da ascensão profissional ou bloqueio (...)”.

Os **factores políticos**, ainda de acordo com Soares (2002), são acções voltadas à educação propostas pelo governo, que prevê o fomento de cursos profissionalizantes em nível de ensino médio e pós-médio. Um exemplo de propostas desse cunho é o ProUni (Programa Universidade para Todos), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Este programa, de acordo com o MEC (2007), prevê a concessão de bolsas de estudos, integrais e parciais, a estudantes de baixa renda para cursos de graduação em instituições privadas.

O ProUni tem como meta a criação de 400 mil novas bolsas de estudos em quatro anos, porém o que vemos hoje, dois anos após sua criação, é a oferta de um pouco mais de dez por cento do previsto. Para o estado do Rio Grande do Sul, em 2007, foram oferecidas 7.323 bolsas integrais e 2.715 bolsas parciais. À cidade de Santa Maria/RS foram disponibilizadas 297 bolsas (255 integrais e 42 parciais), sendo que neste mesmo ano 18.764 candidatos às vagas da Universidade Pública e Gratuita, desta cidade, ficaram de fora da mesma. A ideia é válida, mas, hoje, ela ainda não consegue atingir uma quantidade significativa de beneficiários.

Em outras palavras Chiappin (1974) refere-se a estes factores políticos como “legislações e regimentos sociais”, os quais são decisivos para que o indivíduo encontre um meio que lhe permita desenvolver seus objectivos.

Os **factores educacionais**, também de acordo com Soares (2002), fortemente atrelados aos factores citados acima, estão pontualmente ligados ao sistema de educação brasileiro, constituído de defasagens tanto físicas (instalações inadequadas, depredações, falta de recursos físicos essenciais) quanto pessoais (professores mal remunerados), com isso há uma gama de profissionais sendo lançado ao mercado, porém não preparados às exigências do mesmo.

“(…) as empresas só se queixam de falta de mão-de-obra especializada. Ou seja, há nas empresas uma procura por trabalhadores que as escolas estão sendo incapazes de oferecer”. (Schwartz, 2000, p.13)

Percebemos que as exigências são muitas, o indivíduo precisa ter conhecimentos, especializar-se, ser multifuncional, entender e falar mais de um idioma, ter equilíbrio emocional, enfim, a lista de requisitos que recai sobre o ele é infinita, porém a sociedade pouco, ou quase nada, lhe oferece em troca.

Neiva (2007) ressalta que o papel da instituição educativa, não deveria restringir-se apenas ao depósito de conhecimentos, mas fomentar no indivíduo a aplicabilidade daquilo que ele está aprendendo.

Entendemos que o cidadão brasileiro, ou de qualquer nacionalidade, precisa estar ciente destas exigências, bem como das restrições, e apoderar-se de seu papel enquanto sujeito e reivindicar pelos seus direitos, pois ele é actor activo do contexto ao qual está inserido.

Outro factor, que gostaríamos de acrescentar aos cinco citados por Soares (2002), que interfere nas escolhas profissionais e na formação de opiniões da sociedade em geral é a **media**. A media tem actuado como peça fundamental de uma engrenagem, que existe para manter os indivíduos como espectadores, tanto da programação da televisão, quanto de suas próprias vidas, gerando nas pessoas a falsa ideia de que as coisas são como são, e que pouco ou quase nada pode ser feito para mudar o cenário vigente.

Os veículos de comunicação, em especial a televisão, são talvez os melhores meios de manipular as pessoas, fazê-las pensar e agir de modo ‘conveniente’. A televisão nos coloca num transe hipnótico, e valores e ideias nos ‘penetram’ sem que a gente perceba. Consumismo, aceitação da violência, individualismo, machismo, preconceitos sociais e comodismo nos são vendidos diariamente, junto com bebidas, roupas e carros. (Becker, 1985, p.70)

O referido autor segue seu alerta a respeito da manipulação à qual estamos à mercê, do qual precisamos nos dar conta, para que possamos tornamo-nos sujeitos de

nossas acções e de nossas escolhas, evitando comportamentos padronizados e carentes de uma assimilação crítica.

Um anúncio não vende apenas um produto, mas um estilo de vida. A ponto de pagarmos caro por roupas estampadas com nome de cigarro, pois isso nos transporta ao mundo do esporte e do sucesso (e não do câncer e do infarto...). (Becker, 1985, p.70)

É possível observar que o consumo na adolescência aumenta, estimulada por programas na televisão, que padronizam os comportamentos dos jovens. De acordo com Levenfus (2002), essa geração, por ela denominada de “geração *zapping*”, por apresentar um comportamento de zapear, ou seja, de vasculhar sem deter-se a nada, é uma geração de adolescentes que tem como actividade principal o consumo.

O que é mais cruel nisso tudo é o fato da projecção massiva, não escolher a quem seduzir, sendo que, muitas vezes, do outro lado da tela estão jovens dotados de desejos e sonhos tais e quais aqueles de classe abastada (os quais podem consumir). Os jovens carentes não podem adquirir tudo isso, então muitas vezes fissurados pela necessidade de “consumir”, o fazem mesmo que seja via o roubo ou o furto.

“Essa sociedade contraditória é a mesma que espera que alguns (a maioria), porque nasceram pobres, não manifestem esses interesses e aceitem usar apenas roupas e objectos de segunda mão, descartados pelos outros, por aqueles que têm valor social”. (Arpini, 2001, p. 63)

Uma infinidade de delitos tem sido cometida por inúmeros jovens brasileiros, inúmeras vezes ao dia e eles são responsabilizados e punidos por tais aptos, porém um raciocínio crítico não tem sido feito por parte da elite e, de seu poder de sedução, vinculado à media estimulando cada vez mais ao consumo desenfreado de produtos mágicos e revolucionários. Como um adolescente pobre faz para não cair na tentação de roubar um celular ou um ténis, que na publicidade está associado, por exemplo, ao poder e à sedução sobre o sexo oposto?

As cidades contemporâneas apresentam-se como o cenário privilegiado para a visibilização das desigualdades sociais, na medida em que a demarcação e

a diferenciação sociais passam a ser ostensiva e intensamente exibidas a partir de signos visuais. Assim, o reconhecimento e a identificação de 'quem sou eu' e 'quem é o outro' se apoiam nos processos dinâmicos de disponibilizar, ostentar e decodificar as particularidades visíveis que permitem localizar cada sujeito anônimo da grande cidade em termos de suas afiliações sociais, culturais e territoriais. (Castro, 2001, p.14-15)

Percebemos, de acordo com as palavras da autora, que se torna quase impossível manter-se imune aos apelos, uma vez que o ser humano, que é extremamente gregário, sente a necessidade de pertencer a um grupo, de sentir-se parte dele.

Temos uma sociedade que se quer globalizada, universalizada e que, com essa intenção, torna acessível aos adolescentes dos grupos populares toda a parafernália de consumo globalizada, mas cujo acesso é, para esses sujeitos, meramente contemplativo, uma vez que não possuem a condição para se tornarem consumidores. (Arpini, 2001, p. 63)

Adentrar nesses questionamentos não desresponsabiliza o indivíduo de seus atos, pois acima de tudo devemos discernir o que é certo e o que é errado, porém alongar tal discussão fugiria do tema proposto.

Sabe-se que esta questão é polêmica, mas pensamos nela apenas como um lembrete de que o ser humano é movido a desejos, sendo que o de consumo é fortemente instigado, e o adolescente tem sido, ao lado do público feminino, um dos maiores alvos das campanhas publicitárias.

Silva (2004) ressalva em seu artigo sobre a presença da televisão no cotidiano das pessoas e o quanto estes atuam como aparelhos de reprodução da ideologia dominante. A referida autora comenta que 90% da propriedade dos meios de comunicação no Brasil pertencem a apenas sete famílias.

Corroborando com o alerta da autora acima, temos a constatação feita por Lorea (2008), em seu artigo ele denuncia um ato inconstitucional por parte dos representantes do povo brasileiro, pois 79 dos congressistas brasileiros são detentores de emissoras de radiodifusão, uma vez que por lei, isso não é permitido.

De posse destas constatações, espantosas, é possível imaginar, que a media faz muito mais do que entretenimento, Silva (2004) optou por averiguar a influência dos meios de comunicação na escolha profissional, e ela aponta que a media contribui para disseminação de estereótipos ligados às profissões e da valorização do ter em detrimento do ser.

Percebemos o indivíduo não está imune às influências que recebe do meio, que muitas vezes ele, mesmo sem saber, contribui para que a situação permaneça a mesma. Uma postura de omissão e de alienação contribui para que as coisas continuem como estão. Portanto, cabe aqui uma ressalva sobre a importância de se trabalhar a existência destes factores na construção do projecto profissional de todos os indivíduos, pois de nada adianta ignorá-los.

Utilizaremos as palavras da autora Lemos (2001, p. 25) para concluir este item, uma vez que elas sintetizam o que foi dito até aqui, a respeito dos factores que interferem na escolha profissional, “os aspectos envolvidos na escolha de uma profissão constituem-se num entrelaçamento de factores externos (momento histórico e social) e internos (processos psíquicos)”.

2.2. O Sistema Educacional Brasileiro e a (falta de) Escolha

Aprofundar-se-á o factor educação no intuito de demonstrar o quanto a disparidade económica gera oportunidades, também, díspares de acesso à educação. A falta de acesso à educação dificulta, consideravelmente, o ingresso no mercado de trabalho, fechando assim um ciclo vicioso: aqueles que não têm acesso à educação também não tem acesso ao mercado de trabalho.

Utilizamos, a seguir, dados que demonstram o quadro da exclusão sócio-educacional – aqueles que detêm o poder são também aqueles que têm acesso contínuo a educação, deste ponto de vista, percebemos que a educação brasileira é um sério problema socioeconómico.

Infelizmente, o Brasil não é referência mundial em educação e, muito menos em equidade social, e o que se observa são dados um tanto quanto desoladores. De acordo com Castro (2001, p. 14), “o Brasil aparece com um dos mais altos índices de desigualdade do mundo, onde, ainda que os direitos políticos estejam assegurados, os direitos civis e sociais não estão garantidos para a maioria da população”.

É perceptível que aqueles que têm maiores condições económicas são aqueles que têm maiores chances de aumentar seus conhecimentos e seus rendimentos. Houve um tempo em que, quem tinha mais dinheiro podia mais; hoje, quem sabe mais, conseqüentemente, domina mais.

De acordo com Barros e Lam (1993) estamos diante de um ciclo vicioso no qual os pais sem acesso à educação têm filhos, também, sem acesso à mesma. Discorrendo dessa forma, parecemos um tanto pessimistas, é como se o país ainda vivesse sob a divisão de castas, sem mobilidade social - aquele que nasceu pobre tem mais probabilidade de manter-se pobre, pois tem grandes dificuldades de acesso à educação, saúde, transporte e até mesmo às condições mínimas de higiene.

Lane (1984) salienta que é necessário pensar a respeito destas incoerências, para que possamos partir para a acção. As pessoas precisam acordar do transe em que se encontram, é preciso ficar chocado com a realidade que se apresenta, para que num segundo momento a paralisia dê lugar à acção.

Ser capaz de pensar e elaborar sobre os mecanismos das desigualdades sociais e expressar opinião sobre suas conseqüências na vida social constitui uma oportunidade de agir *construtivamente*⁴ em relação à ordem estabelecida, no sentido de vislumbrar outras possíveis alternativas a esta ordem. (Castro, 2001, p. 16)

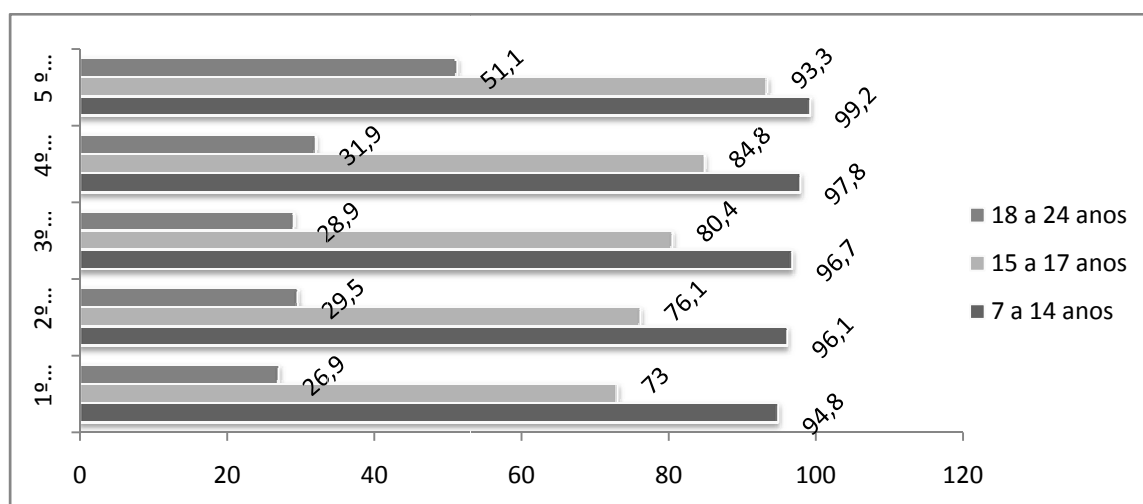
Concordamos com Durkheim (2001) ao afirmar que a educação é fundamental para a construção do social, mas também acrescentamos que cada um de nós é um

⁴ Grifo da autora

agente de transformação social, e se tivermos consciência disso poderemos em conjunto, aproveitar melhor o que nos é oferecido, e buscarmos aquilo que ainda nos falta.

Ilustramos no gráfico 1 as disparidades e abismos que compõem a realidade brasileira, no que se refere à educação. De acordo com dados do IBGE (2003) é possível observar que quanto maior a renda, maior é a taxa de escolaridade.

Gráfico 1: Taxa de escolarização de pessoas de 7 e 24 anos de idade (%) por quinto de rendimento mensal familiar - Brasil, 2002



Fonte: IBGE, 2003

A análise da frequência escolar por quintos de rendimento familiar *per capita* mostrou que dos 7 aos 14 anos não há discrepâncias nos diferentes estratos. Uma das razões que podem justificar esta homogeneidade é o fato do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) prever que o Estado ampare e crie oportunidades para que todas as crianças e os adolescentes tenham acesso ao ensino fundamental.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (ECA, 1990)

Este amparo legal tem feito o governo criar estratégias para oportunizar educação a todos, provavelmente por isso a taxa de escolarização foi semelhante nos diferentes estratos sociais.

Algumas estratégias têm sido aplicadas concomitantes a lei, como por exemplo, o auxílio para o transporte escolar, o aumento do número de bibliotecas e a criação de laboratórios de informática (MEC, 2006). Existe também o Programa Bolsa Família, que de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2007), prevê benefícios às famílias, comprovadamente carentes, que mantiverem seus filhos nas escolas.

A partir dos 15 anos as disparidades ficam mais evidentes, observa-se que nas idades entre 15 e 17 anos, à medida que a renda aumenta, aumenta também a percentagem de indivíduos escolarizados.

Dos 18 aos 24 anos observa-se que a taxa de escolarização daquele que menos recebe (26,6%) representa a metade do número daqueles que mais recebem (51,1%), levando-nos a pensar sobre a necessidade da criação de medidas, que diminuam este abismo, o qual está instituído e mantido ao longo dos séculos.

“O ensino brasileiro caracteriza-se por uma pirâmide em cuja base localiza-se o ensino fundamental e, na parte superior, a universidade”. (Soares, 2002, p. 59)

Andrade e Dachs (2007) em seu artigo que analisa os dados fornecidos pelos diferentes institutos de pesquisa revelam o nível da disparidade no que se refere ao acesso à educação, principalmente, no nível de graduação, corroborando com o que a autora acima descreveu, pois apenas 13% dos jovens na faixa de idade entre 18 e 24 anos estão cursando ou já cursaram o nível superior.

Percebemos que o funil da educação brasileira possui uma entrada razoável com um número significativo de estudantes frequentando à escola, porém a medida que avança, o número começa a reduzir, e começa uma relação inversamente proporcional, quanto maior o grau de estudo, menor o número de estudantes pertencentes aos estratos económicos menos favorecidos. E o Vestibular no Brasil torna a saída do funil ainda menor.

2.2.1. Vestibular: uma corrida de muitos com chegada de poucos

Gostaríamos de fazer uma pequena referência ao subtítulo desta sessão, quando falamos em corrida ou competição, sabemos de antemão que haverá poucos vencedores e inúmeros participantes, portanto é de se esperar que ao fazer uma prova de selecção para ingressar numa faculdade, num emprego ou numa olimpíada, que haverá o primeiro colocado, o segundo e assim por diante. Também sabemos que todos tiveram muito empenho para chegar até o dia da selecção, e que este fato deveria conceder-lhes uma medalha, pois é de se supor que a maioria abdicou de outras coisas importantes na vida, para dedicar-se exclusivamente aquela prova.

O que acontece com a grande maratona chamada vestibular é exactamente o mesmo, alguns precisam de “apenas” um ano para “cruzarem a linha de chegada” e ingressar no ensino superior, outros, porém, levam até treze anos.

Existem aqueles que são barrados numa etapa anterior – os que não conseguiram concluir o ensino médio, os que não podem pagar uma faculdade, ou aqueles que precisam trabalhar durante o dia e não encontram o curso desejado à noite.

Ao nos referimos no subtítulo “uma corrida de muitos com chegada de poucos”, referimo-nos ao fato de que, o que está em jogo não é a capacidade ou falta dela que exclui os candidatos, e sim a possibilidade de um preparo menos díspar. A situação seria ainda pior, se o indivíduo que conquista a vitória (passa no vestibular) não tem condições financeiras de usufruir dela (custear seus estudos).

Todo ano o vestibular faz milhares de vítimas, principalmente, em instituições públicas de ensino superior, a Tabela 1 dá uma ideia do que ocorre no país, em algumas instituições.

Tabela 1: Relação⁵ de oferta e procura de vagas nas principais instituições públicas e gratuitas do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil e do maior concurso do Brasil realizado pela FUVEST.

	UFMS	UFRGS	UFPEL	FURG	FUVEST
	2007	2007	2006	2007	2008
Candidatos	20.747	37.845	13.404	10.854	142.656
Vagas oferecidas	1.983	4.212	1.473	1.352	10.552
Excluídos	18.764 (91%)	33.633 (89%)	11.931 (89%)	9.502 (88%)	132.104 (93%)

Os dados demonstram que, independente da instituição, o número de excluídos é significativo e digno de uma reflexão intensa, por parte não só do governo, mas da sociedade em geral. Todo ano essa estatística se repete 90% dos inscritos no Vestibular não ingressarão no ensino superior público e gratuito.

Soares (2002, p. 68) faz um alerta a respeito da alienação que assola a sociedade em geral a qual é mantida pela ideologia dominante.

Nunca se ouve falar de um movimento dos vestibulandos contra a universidade, uma greve, por exemplo. Eles jamais se organizarão, uma vez que são estimulados a competir entre si. O colega vestibulando *é um concorrente para a mesma vaga, somente um entra na universidade.* (grifo da autora)

No Brasil os alunos, ao concluírem o ensino médio, passam por uma jornada de provas que dura de um a quatro dias, nas universidades públicas ou privadas. Nesta corrida para ingresso ao ensino superior, os “melhores” são seleccionados e classificados, e de acordo com seu desempenho ele ingressa ou não no curso e instituição ao qual se candidatou.

Pinho (2001) refere-se ao Vestibular como um processo igual para todos e ao mesmo tempo desigual. É igual porque as provas são as mesmas para todos os candidatos, porém, a desigualdade reflecte-se na preparação e no nível de exigência que

⁵ A relação ilustrada na Tabela 1 foi construída a partir de pesquisa nos sites das instituições: Universidade Federal de Santa Maria (UFMS, 2007); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2007); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, 2007); Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG, 2007) e Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST, 2007)

alguns cursos possuem em relação aos outros, ou pelo fato da Universidade ser Pública ou Privada.

Para este mesmo autor fazer uma faculdade tem sido uma meta de boa parte dos brasileiros, pois eles vão à busca de reconhecimento, colocação no mercado de trabalho e formação profissional. Alguns cursos, em detrimento de outros, possibilitam um *status* maior, pois são reconhecidos social e economicamente. No vestibular estabelece-se a seguinte relação - quanto maior o reconhecimento, ou seja, à medida que se sobe nesta escalada rumo ao sucesso - maior é a dificuldade encontrada para obter êxito neste concurso.

Lembrando que boa parte do público que obtém êxito nos vestibulares nas instituições públicas, são pessoas pertencentes a uma situação económica favorável, os quais conseguiram preparar-se para esta selecção, pois a maioria são filhos de pais com ensino médio e superior e fizeram pelo menos um ano de cursinho pré-vestibular (ver Anexo 1).

Percebemos que estamos diante de um ciclo vicioso, que repete a exclusão de quem já está excluído, os quais estão envolvidos com a sua sobrevivência. Mesmo desejando ingressar no ensino superior, sem abandonar o trabalho, os jovens empenhados na luta pela sobrevivência encontram mais dificuldade, pois não têm acesso ao preparo para este concurso, ou se têm precisam dividir o tempo entre estudo e trabalho.

Segundo Osório (1992) os jovens, ao terminarem o ensino médio, são direccionados a ingressar numa universidade, mas ele alerta que esta possibilidade não é para todos.

O vestibular é antes de tudo um rito de iniciação, ou seja, um ritual de passagem à condição adulta e com este propósito é ele inconscientemente mantido, apesar de todas as vozes que se levantam contra sua crueldade e inoperância como critério selectivo para o ingresso dos mais aptos ao exercício das profissões a que se destinam. (Osório, 1992, p. 76)

De acordo com o referido autor, para alguns este período luxuoso de preparação para a vida adulta, não é vivenciado da mesma maneira, boa parte dos adolescentes estão empenhados na encarniçada luta por sua subsistência, confinados, portanto, pela geografia da fome e da miséria.

O medo das provas é vivenciado simultaneamente com as expectativas de profissões, que muitas vezes não correspondem às possibilidades socioeconômicas do nosso país, o que transforma o ingresso aos cursos de nível superior num verdadeiro "funil".

Para ilustrar esta metáfora, aproveitamos dados citados por Pinho (2001), que se refere às dificuldades de acesso ao ensino superior, segundo ele, em 1994 eram ofertadas, em média, três vagas no ensino superior (em instituições privadas e públicas) para cada dez alunos, que concluíam o ensino médio. Infelizmente esta realidade não mudou, as instituições privadas multiplicaram-se, porém o número de alunos, que possuem disponibilidade financeira de custeá-la, tem diminuído cada vez mais.

O funil chamado vestibular, na verdade, é um reflexo do que vem acontecendo no Brasil de um modo geral, pois segundo Mattoso, citado por Lisboa (2002) a década de noventa ficou caracterizada da seguinte maneira: de cada cinco trabalhadores, um estava desempregado, dois estavam em trabalhos informais e dois em trabalhos formais (com carteira assinada). Segundo, este mesmo autor, cenário mundial, também estava consoante com esta realidade, pois um terço da população estava desempregada ou em condições precárias de trabalho.

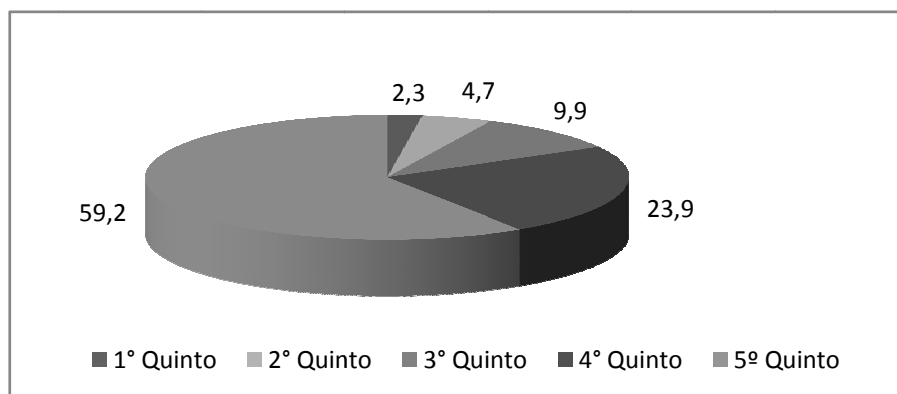
A partir desse cenário é possível perceber que as oportunidades, realmente, são desiguais, apesar de os anseios serem os mesmos, tanto para estudantes oriundos de uma classe popular, quanto para aqueles provindos de uma classe mais abastada.

2.2.2. Renda X Oportunidade de Acesso à Educação

Quando analisamos a renda e o acesso ao ensino superior verificamos que a disparidade é ainda maior. No Gráfico 2 temos uma noção do quão excludente é nosso sistema educacional, pois o ensino público superior é composto por 59,2% de

estudantes com maior renda, enquanto aqueles que têm a menor renda, representam apenas 2,3% dos estudantes universitários.

Gráfico 2: Distribuição dos estudantes do ensino superior frequentadores da rede pública de ensino e quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil, 2002⁶



Fonte: IBGE, 2003

Os dados acima reforçam a ideia de que a educação tem servido à classe dominante. De acordo com Bourdieu (1974) o sistema de ensino mascara-se como neutro, mas contribui para as disparidades e segregações sociais.

A forma de acesso ao ensino superior brasileiro é um exemplo disso, pois o Vestibular tem como *marketing* “o acesso democrático à graduação”, pois independente da cor, classe social ou qualquer outro factor, ele seria igual para todos, pois é uma prova de conhecimentos, que tem como única exigência a conclusão do ensino médio.

Colocando dessa maneira parece um processo justo, porém, se realmente todos tivessem acesso a uma forma igualitária de promoção do conhecimento, realmente poderíamos pensar que o Vestibular seria democrático. Contudo não é isso que acontece, as escolas públicas estão cada vez mais obsoletas, com professores mal-remunerados e com poucos recursos para manter o estudante em sala de aula.

⁶ Utilizamos dados de 2002, porque são estes os, mais atualizados, disponibilizados pelo governo.

As escolas particulares, por sua vez, estão compostas por profissionais bem remunerados, com ambiente propício para o desenvolvimento de um bom trabalho (laboratórios de química, física e informática), porém esse ideal não é para todos, pois a classe popular não consegue frequentar este ambiente.

“Em geral, os barrados pelo Vestibular são também os que apresentam as maiores dificuldades de preparação para ele”. (Soares, 2002, p. 71)

Independente de ter cursado o ensino médio numa escola pública ou privada, todos os indivíduos, se quiserem ingressar no ensino superior, precisarão passar pelo Vestibular, a fim de que seus conhecimentos sejam medidos e com isso receberem o parecer de “apto” ou “não apto” para dar o próximo passo.

Abordamos essa questão do vestibular porque ele está atrelado à escolha por um curso universitário, afinal a concorrência, a oferta de vagas reduzidas e os turnos nos quais os cursos são oferecidos, são factores levados em conta na hora de optar ou não por um curso.

“A desproporção quanto ao número de candidatos disputando uma vaga, sobretudo nas universidades públicas, tem desencadeado acções e reacções, levando à criação de dispositivos legais regulamentando e regulando a entrada na universidade”. (Soares, 2002, p. 64-65)

As instituições de ensino em conjunto com o governo têm lançado procedimentos alternativos ao vestibular, para ingresso ao ensino superior, porém os paradigmas ainda são os mesmos – provas selectivas, nas quais a maioria dos aprovados é oriunda de uma classe mais favorecida economicamente.

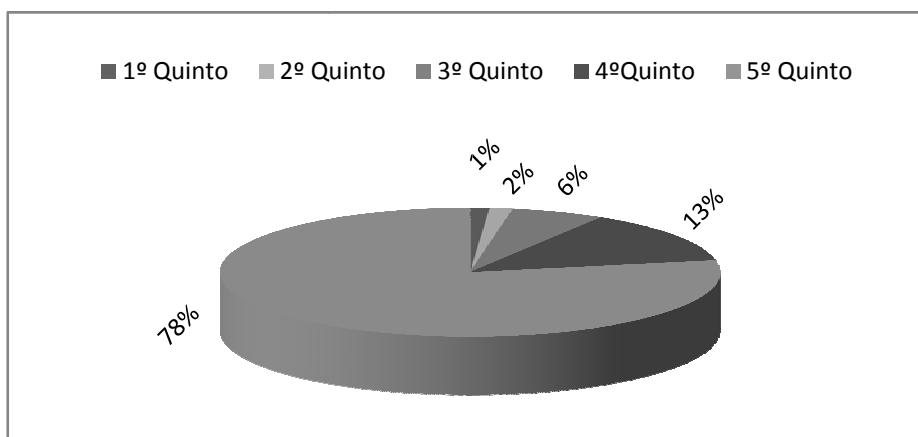
“O ensino superior público, direito fundamental, passa a ser privilégio de uma parcela cada vez mais reduzida da população, notadamente da população jovem, proveniente das camadas economicamente mais favorecidas.” (Soares, 2002, p. 65)

O Gráfico 2 mostrou claramente essa realidade que a autora se refere, pois as instituições públicas de ensino superior são frequentadas por aproximadamente 60% de indivíduos oriundos de classes abastadas, contra 2% dos que menos ganham.

E nas instituições privadas será que o quadro se repete? Ou será que a classe popular frequenta as universidades particulares, enquanto a classe abastada frequenta a universidade pública e gratuita?

Apesar de esta última questão predominar entre o senso comum, pois no Brasil as pessoas tendem a comentar que “os pobres estão nas universidades pagas, enquanto os ricos estão na pública”, não é bem isso que observamos ao analisarmos os dados do IBGE (2003). No Gráfico 3 é possível observar que a maioria, esmagadora, dos estudantes frequentadores das instituições privadas são os de classe mais abastada, a classe popular ainda está longe de ser uma parcela significativa no quadro de acadêmicos.

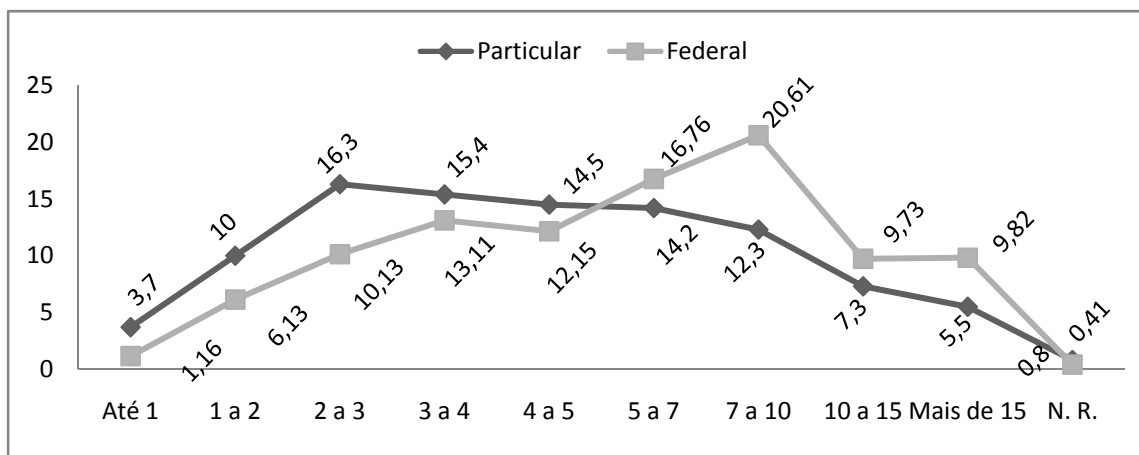
Gráfico 3: Distribuição dos estudantes do ensino superior frequentadores da rede privada de ensino e quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil, 2002



Fonte: IBGE, 2003

De acordo com estes dados nacionais, é possível verificar que nas instituições privadas a disparidade é ainda maior do que nas públicas. Ao observarmos o Gráfico 4, o qual contraria a média nacional, ele faz um comparativo entre dois tipos de Universidades em Santa Maria/RS/Brasil, demonstrando uma realidade bem diferente. Os dados a seguir confirmam o que Silva (1996) detectou em sua pesquisa: as universidades públicas são para classe média e alta, enquanto as privadas estão mais acessíveis para os da classe baixa.

Gráfico 4: Comparativo da quantidade (%) de estudantes aprovados no Vestibular/2005 da Universidade Federal e no Vestibular/2007 da Universidade Particular – Santa Maria/RS/Brasil, por renda familiar (Salário Mínimo Nacional)⁷



Este gráfico representa a realidade da cidade que foi palco desta pesquisa, portanto é importante ilustrar a mesma, com os dados das duas maiores universidades locais, pois os sujeitos que participaram da pesquisa tiveram suas escolhas baseadas nos cursos oferecidos por tais instituições.

Ainda referente ao Gráfico 4, no plano “X” está representado a renda familiar e no plano “Y” a porcentagem de estudantes aprovados nas referidas instituições. Observa-se que nas camadas com menor renda, a instituição privada absorve mais os sujeitos oriundos das classes “C” (famílias que ganham até 3 Salários Mínimos Nacionais), “D” (famílias que ganham até 1SMN) e “E”⁸ (famílias que ganham até meio salário mínimo). A instituição pública tem mais estudantes oriundos de classe média e alta – “A” e “B” (famílias que ganham mais de 10 SMN).

Os dados apresentados até o momento representam o quanto a educação está pendendo para uma parcela da população e deixando de lado a grande maioria, porém

⁷ Optamos por não identificarmos as instituições de ensino, visto que estes dados foram fornecidos diretamente à pesquisadora. Tais dados, sequer, estão disponibilizados nos sites das instituições, portanto achamos prudente não identificá-las.

⁸ Classificação de acordo com a ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) – 2007, maiores informações acessar site: www.abep.org/categorias/ABEP_CCEB.pdf

tal segregação, não termina por aí, pois cursar uma graduação numa universidade federal tem sido sinónimo de *status*.

De acordo com a pesquisa realizada por Silva (1996) os sujeitos atribuíram maior prestígio as universidades públicas, sendo que os indivíduos oriundos de classe popular consideram inviável o seu ingresso nas mesmas, e dirigem-se para as instituições privadas, às quais consideram mais fácil a aprovação.

Além da estratificação por universidade, existe o *status* profissional, ou seja, existem cursos mais *glamourosos* que outros. Silva (1996) ilustra seu livro com dados que retratam esta realidade, e distribui as profissões com alto, médio e baixo prestígio, de acordo com a nota de corte⁹ no Vestibular na FUVEST¹⁰/1988.

De acordo com dados fornecidos pela própria FUVEST referente ao ano de 1988, Silva (1996) demonstra numa tabela a seguinte distribuição: as carreiras consideradas de **baixo prestígio** têm nota de corte de 29 a 39 pontos, e estão incluídos cursos como Enfermagem, Letras, Pedagogia, Matemática, Física, Química, Educação Física e Ciências Contábeis. Os cursos considerados com **médio prestígio** são os que tiveram nota de corte entre 40 e 48 acertos, dentre eles estão Fonoaudiologia (Terapia da Fala), Artes Cénicas, Zootecnia, Artes Plásticas, Psicologia, Agronomia, Artes Plásticas e Ciências Biológicas. Nos cursos considerados de **alto prestígio**, a pontuação ficou entre 49 e 60 pontos, sendo que a Medicina é o que teve a pontuação máxima, e até mesmo por isso ainda é considerado o de maior prestígio, além deste estão Arquitectura, Odontologia, Medicina Veterinária, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Administração e Ciências Económicas.

⁹ A nota de corte é a pontuação mínima que garante a classificação no Vestibular

¹⁰ A FUVEST é uma instituição localizada em São Paulo, que realiza as provas para Vestibular de todo estado de São Paulo, para a Polícia Federal, entre outros concursos.

Considerar tais aspectos nesta pesquisa é de fundamental importância, uma vez que a pontuação obtida nas provas e a relação candidato/vaga têm norteado as escolhas dos vestibulandos¹¹.

Uma vez que as carreiras mais valorizadas socialmente tendem a ser mais atrativas para os candidatos oriundos dos estratos socioeconômicos mais elevados, e que estes estão em melhores condições de se apropriar dos bens educacionais, tem-se para estas carreiras, além de uma competitividade numérica maior (relação candidato/vaga alta), maior competitividade em termos de desempenho. (Silva, 1996, p. 110)

Aproveitamos os dados fornecidos pela instituição federal localizada na cidade que realizamos a pesquisa, e o critério utilizado por Silva (1996) e dividimos os cursos de acordo com o ponto de corte, numa escala de três pontos, no intuito de configurar três categorias de *status* associados aos cursos (ver Anexo 2).

O comentário da referida autora é facilmente comprovado a partir da análise dos dados fornecidos pelas instituições de ensino, os quais revelam que alguns cursos, como Medicina, Direito e Engenharia, são os que permanecem entre os mais concorridos nos vestibulares das diferentes cidades do Brasil, e em Santa Maria/RS não é diferente.

A Tabela 2 representa a proporção de cursos oferecidos nos diferentes turnos, e com isso podemos observar que eles são minoria. Constatamos, também, que a maior parte deles são cursos considerados de baixo prestígio.

¹¹ Denominação comumente utilizada para designar aquele que está se preparando para o concurso Vestibular.

Tabela 2. Cursos oferecidos nas principais instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Sul/2006¹²

Instituição	Nº de cursos	Total de cursos	Cursos Nocturnos
FURG		32	4
UFRGS		65	12
UFSM		59	9
UFPEL		49	13
UERGS		9	6
UNIPAMPA – UFPEL		14	7
UNIPAMPA - UFSM		13	0

A proporção de cursos oferecidos a noite é bem inferior aos cursos diurnos. Na Furg apenas 12% dos cursos são nocturnos, na UFRGS são 18%, na UFSM 15% e, a UFPel oferece um pouco mais 26%. A UERGS e a UNIPAMPA/UFPEL são as que mais oferecem cursos nocturnos, na primeira são 67% e na segunda 50%. Estas duas últimas instituições foram criadas a partir de 2001, portanto, estes números podem reflectir algumas alterações necessárias, que já estão sendo colocadas em prática, e adequadas ao público que precisa trabalhar durante o dia.

Soares (2002) salienta que a expansão de cursos nocturnos seria um primeiro passo para ofertar possibilidades aqueles que precisam trabalhar para prover o sustento pessoal e/ou familiar, porém existem outros factores que precisam ser reconsiderados, como a carga-horária das aulas, que além de elevada, são oscilantes – num semestre as aulas são à noite, noutra durante o dia.

“Essa necessidade de trabalhar para sobreviver dificulta a formação profissional do jovem. A estrutura da universidade também não colabora para resolver essa situação (...).” (Soares, 2002, p. 49)

¹² A tabela foi criada a partir da pesquisa da autora aos sites das referidas instituições. UERGS (www.uergs.rs.gov.br); UFPel (www.ufpel.tche.br); UFRGS (www.ufrgs.br); UFSM (www.ufsm.br); UNIPAMPA/UFPEL (www.ufpel.edu.br/unipampa); UNIPAMPA/UFSM (www.coperves.ufsm.br/unipampa/novo/)

Além de uma proposta à forma como a universidade se estrutura, é necessário que pensemos também em níveis anteriores à mesma. Segundo uma reportagem veiculada à revista *Veja*, escrita por Weinberg (2003), percebemos que as discrepâncias no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho são grandes, para os diferentes estratos socioeconômicos.

De acordo com a referida reportagem o perfil dos profissionais bem-sucedidos, 65% deles tem pai com diploma de ensino superior; 70% estudaram a maior parte do tempo em colégio particular; 80% têm domínio de inglês e 50% falam segundo idioma.

Diante de todos esses factores, encontramos o indivíduo que está diante da escolha, procurando aliar desejo com oportunidade, para muitos é uma questão de tempo e preparo nos melhores cursinhos, enquanto para outros é um sonho distante, pois as instituições de ensino que poderiam colaborar para mudar esse quadro, ainda não se sensibilizaram com a situação. A oferta de cursos nocturnos atractivos e condizentes com as necessidades do mercado de trabalho, por exemplo, seria uma possibilidade para aquele que precisa trabalhar para prover o seu sustento e o de sua família.

Este estudo teve como objectivo principal averiguar a influência da situação socioeconómica na escolha profissional, bem como responder a algumas questões, tais como:

- a) A renda familiar combinada com o nível de graduação dos pais pode interferir na escolha dos filhos?
- b) Sujeitos pertencentes a classe popular têm maior dificuldade de concretizarem seus projectos profissionais?
- c) Sujeitos pertencentes aos estratos económicos mais favoráveis têm maior facilidade de atingirem seus objectivos?
- d) De que maneira o ambiente socioeconómico interfere nas escolhas e realizações dos indivíduos?

3. METODOLOGIA

3.1. Sujeitos:

Os participantes desta pesquisa totalizam oitenta e sete sujeitos, sendo que quarenta deles são oriundos de classe popular (os quais receberam designação de **G1**) e quarenta e sete deles pertencem a uma situação económica mais favorável (os quais receberam a designação de **G2**).

Os sujeitos pertencentes ao **G1** têm idades entre 17 e 44 anos, sendo 15 do sexo masculino e 25 do sexo feminino. E estavam matriculados e frequentando um curso Pré-Vestibular Popular da cidade de Santa Maria/RS/Brasil.

Os sujeitos pertencentes ao **G2** têm idades entre 16 e 30 anos, sendo 25 do sexo masculino e 22 do sexo feminino. E estavam matriculados e frequentando um curso Pré-Vestibular pago¹³ da cidade de Santa Maria/RS/Brasil.

A amostra foi composta independente da faixa etária, pois interessava-nos a situação socioeconómica do público que frequenta os cursos preparatórios para o Vestibular, o qual não tem limite de idade, bem como o seu desejo de ingressar no ensino superior.

O critério utilizado foi que os participantes voluntários da pesquisa estivessem interessados em ingressar no nível superior e que fossem pertencentes a diferentes estratos socioeconómicos. A Tabela 3 representa a renda familiar dos diferentes grupos, sendo que o **G1** foi composto por sujeitos que pertenciam à camada socioeconómica baixa e o **G2** pertenciam às camadas sociais de classe média e média alta¹⁴.

¹³ O referido cursinho foi escolhido pela pesquisadora após pesquisa realizada para levantamento dos valores das mensalidades pagas pelos estudantes, e este foi o de custo mais elevado, pois desejávamos obter duas realidades mais díspares possíveis.

¹⁴ A classificação quanto à situação sócio-econômica foi baseada no questionário preenchido pelos sujeitos e comparada aos critérios da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) – 2007

Tabela 3. Renda Familiar dos diferentes estratos socioeconómicos (G1 e G2)

<i>Renda</i>	<i>G1 (N = 40)</i>	<i>G2 (N = 47)</i>
	%	%
Menos de 1SMN	0	0
De 1 até menos de 3	35	2,1
De 3 até menos de 5	57,5	19,1
De 5 até menos de 7	7,5	23,4
De 7 até menos de 9	0	14,9
De 9 até menos de 11	0	10,6
De 11 até menos de 13	0	12,8
13 ou mais SMN	0	17

É possível visualizar a partir da tabela acima que a escolha dos pré-vestibulares objectivando obter uma amostra com renda familiar díspares foi atingido. No **G1**, aproximadamente, 92% dos estudantes que participaram da pesquisa afirmaram ter renda familiar de até cinco salários mínimos nacionais. No **G2**, o quadro se configura de forma bem diferente, quase 80% dos participantes da pesquisa afirmaram receber mais de cinco salários mínimos, sendo que destes, aproximadamente, 55% recebem mais de 7 salários mínimos nacionais, enquanto os participantes do **G1** ninguém recebe estes valores.

A amostra ficou bem caracterizada no que se refere às condições socioeconómicas, pois o **G2** apresentou renda familiar superior ao **G1**. As Tabelas 4 e 5 representam as médias salariais das amostras.

Tabela 4. Média da renda familiar dos participantes do G1

Variable	Descriptive Statistics (G1)				
	Valid N	Mean	Minimum	Maximum	Std. Dev.
RENDA	40	1 a 3 SMN	Menos de 1SMN	3 a 5 SMN	0,426675

De acordo com a tabela acima, a renda familiar dos sujeitos pertencentes ao **G1**, ficou caracterizada com uma média de 1 a 3 Salários Mínimos Nacionais (SMN), sendo que esta amostra não teve renda superior aos 5 SMN.

Já o **G2** apresentou uma renda familiar média de 7 a 9 SMN, como é possível observar na tabela abaixo.

Tabela 5. Média da renda familiar dos participantes do G2

Variable	Descriptive Statistics (G2)				
	Valid N	Mean	Minimum	Maximum	Std. Dev.
RENDA	47	7 a 9 SMN	1 a 3 SMN	13 ou mais SMN	1,837275

Os principais dados que caracterizam a amostra, além da situação socioeconômica, podem ser observados da Tabelas 6 a 9. Na Tabela 6 podemos verificar como ficou composta a divisão por sexo dos participantes desta pesquisa.

Tabela 6: Caracterização dos participantes em relação ao sexo

	Participantes (N=87)			
	G1 (N = 40)		G2 (N = 47)	
	Frequência	%	Frequência	%
Feminino	25	62,5	22	46,8
Masculino	15	37,5	25	53,2

Em relação ao sexo houve predomínio das mulheres (62,5%) no **G1**, enquanto no **G2** a predominância ficou por conta do sexo masculino (53,2%).

Nas Tabelas 7 e 8 podemos verificar a faixa etária dos participantes da pesquisa, de acordo com o grupo ao qual pertencem.

Tabela 7: Caracterização dos participantes do G1 em função da idade:

IDADE	PARTICIPANTES (N=40)	%	% Acumulada
17 anos	5	12,5	12,5
18 anos	4	10	22,5
19 anos	5	12,5	35
20 anos	3	7,5	42,5
21 anos	3	7,5	50
22 anos	4	10	60
23 anos	2	5	65
24 anos	3	7,5	72,5
28 anos	2	5	77,5
29 anos	1	2,5	80
30 anos	1	2,5	82,5
31 anos	2	5	87,5
33 anos	1	2,5	90
35 anos	1	2,5	92,5
36 anos	1	2,5	95
44 anos	1	2,5	97,5
Não respondeu	1	2,5	100

A tabela a seguir (Tabela 7A) representa de forma sucinta a variável idade do **G1**, na qual é possível observar que a média de idade do grupo ficou entre os 23 anos, com desvio padrão de 6,32 anos. As idades com maior número de representantes foram 17 e 19 anos, com 12,5% cada um. A moda ficou entre os 17 anos, como é possível observar na tabela a seguir.

Tabela 7A: Caracterização da Variável Idade do G1

	<i>N</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Moda</i>
Idade	40	17	44	23,230	6,3264	17

A tabela 8 representa, de forma discriminada, as idades dos participantes pertencentes ao **G2**, bem como a frequência em cada idade e a percentagem de tais frequências. A idade com maior número de representantes foi 18 anos, com 34,05%.

Tabela 8: Caracterização dos participantes do G2 em relação à faixa etária:

PARTICIPANTES (N=47)			
Idade	Frequência	%	% Acumulada
16 anos	3	6,4	6,4
17 anos	4	8,5	14,9
18 anos	16	34	49
19 anos	7	14,9	63,8
20 anos	4	8,5	72,3
21 anos	6	12,8	85,1
22 anos	1	2,1	87,2
24 anos	2	4,3	91,5
25 anos	2	4,3	95,7
30 anos	1	2,1	97,9
Não respondeu	1	2,1	100

A tabela a baixo (Tabela 8A) representa sucintamente a variável idade do **G2**, na qual é possível observar que a média de idade do grupo ficou entre os 19 anos, com desvio padrão de 2,71 anos.

Tabela 8A: Caracterização da Variável Idade do G2

	<i>N</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Moda</i>
Idade	47	16	30	19,413	2,7127	18

É possível verificar que há uma variação ampla das idades entre as amostras, porém no **G1** essa variação foi ainda maior (desvio padrão 6,3), sem predomínio de uma idade em específico. No **G2**, a variação entre as idades foi menor (desvio padrão 2,7), porém houve maior concentração de sujeitos com idade de 18 anos (34%).

O conceito de adolescência vem sofrendo mudanças e adaptações ao longo dos anos e, acredita-se que o mesmo sofrerá novas alterações nas próximas décadas, pois a medida que o conhecimento avança, o entendimento de um fenômeno e/ou de uma fase da vida, também avançam.

De acordo com a bibliografia consultada, em função das mudanças na sociedade, o término da adolescência e o início da fase adulta estão cada vez mais indefinidos. No intuito de estabelecer um parâmetro quantitativo para que pudéssemos compreender os dados coletados nessa pesquisa, optou-se por convencionar, que seriam considerados adolescentes aqueles sujeitos com idades até 18 anos, para tanto utilizamos a lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Utilizou-se como parâmetro o Estatuto da Criança e do Adolescente, por entendermos que se trata de um instrumento de cunho social, corroborando com o aporte teórico desta pesquisa, pois o intuito é alertar sobre as disparidades presentes na hora da escolha profissional.

Entendemos que a realização profissional é promotora de bem-estar individual e social, pois um sujeito, satisfeito com sua escolha, realizará seu trabalho com mais prazer e automaticamente estabelecerá melhores relações no ambiente de trabalho e com a sociedade.

Partindo desse critério, o qual estabelece que adolescente é aquele indivíduo com idade até 18 anos, e a partir dos 19 anos seria considerado adulto jovem, podemos observar, na Tabela 9, que o **G2** é composto por mais do que o dobro de adolescentes, do que o **G1**.

Tabela 9: Comparativo de idades dos grupos G1 e G2

Idade entre 16 e 18 anos	Participantes	%
G1	9	22,5
G2	23	49

A tabela acima reflecte uma situação de os cursinhos populares têm em sua grande maioria de participantes sujeitos adultos, os quais já ingressaram no mercado de trabalho, já têm família constituída, porém, estão empenhados numa luta constante por espaço no mercado de trabalho, e o ensino superior simboliza toda expectativa e esperança de ascensão social.

A tabela abaixo representa o estado civil dos participantes nos dois grupos. Na qual verificamos que a maioria dos sujeitos em ambos os grupos são solteiros.

Tabela 10: Estado Civil dos participantes no G1 e G2

Categoria	G1 (N=40)		G2 (N=47)	
	Frequência	%	Frequência	%
Solteiro(a)	30	75	44	93,6
Casado(a) ou vive com companheiro(a)	9	22,5	1	2,1
Separado(a) ou Divorciado(a)	1	2,5	1	2,1
Não respondeu	0	0	1	2,1

3.2. Local

A pesquisa foi conduzida nas salas de aulas dos cursinhos pré-vestibulares (popular e particular) da cidade de Santa Maria/RS/Brasil, em horário de aula, gentilmente cedido pelas coordenações dos mesmos e pelos professores.

3.3. Instrumento

Utilizou-se, apenas, o questionário elaborado pela pesquisadora (ver Anexo 3) o qual foi desenvolvido especialmente para colher os dados considerados necessários para a pesquisa. Este instrumento foi fruto de questionamentos por parte da pesquisadora,

que há mais de cinco anos desenvolve orientação profissional de adolescentes pertencentes a diferentes estratos sociais.

Nestes anos de trabalhos desenvolvidos com estudantes oriundos de classe popular observou-se que estes, muitas vezes, abandonam o sonho de cursar uma faculdade em função do horário em que os cursos são oferecidos, em função da concorrência, com base nisso, procurou-se criar um instrumento que tivesse a capacidade de demonstrar as restrições, as quais tais indivíduos estão confinados.

Após a confecção do questionário, e posterior análise do orientador, foi feita a pré-testagem, no intuito de fazer ajustes necessários, foram aplicados 20 questionários em estudantes que já haviam concluído o ensino médio, pertencentes ao cursinho popular, não havendo restrições, sucedeu-se aos próximos passos de colecta de dados.

O questionário inicia com um cabeçalho explicativo a respeito do objectivo da pesquisa, dos dados da pesquisadora, ao mesmo tempo em que reforça a manutenção do sigilo¹⁵ até mesmo porque não haveria como identificar os participantes, pois os mesmos não precisavam preencher seus nomes nos questionários. O texto encerra agradecendo pela participação dos sujeitos.

O instrumento contou com questões abertas e fechadas e estava dividido em 5 temas: 1. Identificação; 2. Situação Familiar e Domiciliar; 3. Trajectória Escolar; 4. Projecções x Realizações e 5. Processo de Escolha.

No tema “**Identificação**” havia perguntas fechadas, no qual o sujeito precisou responder seu sexo, idade e identificar se o curso que frequentava era particular ou popular. O objectivo desse tema consiste na elucidação dos dados demográficos dos sujeitos da amostra.

No tema “**Situação Familiar e Domiciliar**” o sujeito deparou-se com quatro questões fechadas e uma aberta. Nas questões fechadas o sujeito informou sobre seu

¹⁵ A dinâmica dos cursinhos pré-vestibulares dificulta até mesmo aos professores a identidade dos estudantes, pois não há lista de presença, e com exceção do cursinho popular onde as turmas são de até 40 estudantes, nos cursinhos pagos a média de estudantes por turma é de 100 estudantes.

estado civil, escolaridade dos pais e renda familiar. A questão aberta o sujeito precisou responder a respeito da ocupação dos pais. Optou-se por deixar essa questão aberta até mesmo para observarmos a denominação que os sujeitos dariam às actividades exercidas pelos seus pais.

O objectivo, das questões elencadas nesse tema, foi averiguar a situação socioeconómica dos sujeitos da pesquisa, bem como de seus familiares, pois como foi possível verificar no referencial teórico desta pesquisa, o sujeito fará suas escolhas em função de suas possibilidades financeiras

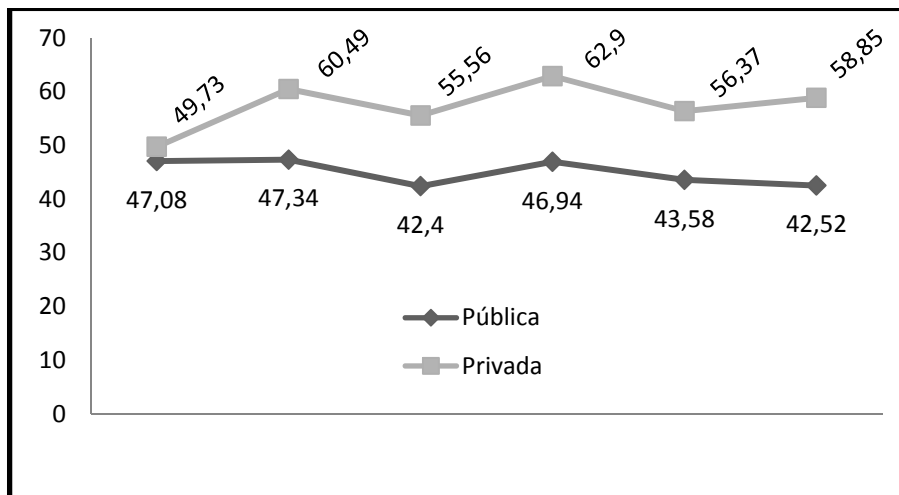
O terceiro tema referia-se a “**Trajectória Académica**” e estava composto por uma questão fechada, a qual tinha por objectivo verificar a passagem do sujeito pela escola, se o mesmo estudou em escola pública e/ou particular.

No Brasil este fato tem grande importância e necessita ser abordado, pois existe uma grande disparidade em termos de qualidade quanto ao ensino provindo de uma escola pública ou de uma escola particular, pelo menos é o que tem mostrado as avaliações anuais do ensino médio.

O Gráfico 5¹⁶ representa um comparativo dos resultados do ENEM, referente ao ano de 2006, de escolas da cidade de Santa Maria/RS/Brasil. O ENEM é o Exame Nacional de Ensino Médio realizado desde 1998 no Brasil com o propósito de avaliar, anualmente, os estudantes finalistas ou que já concluíram o ensino médio. As médias obtidas em tais provas, também, têm oportunizado o acesso ao ensino superior em algumas instituições públicas e privadas.

¹⁶ Baseado nos dados fornecidos pelo MEC/INEP representou-se no gráfico as 6 primeiras escolas estaduais e as 6 primeiras escolas privadas, no intuito de ilustrar as diferenças de médias. Os dados completos estão disponíveis no Anexo 4.

Gráfico 5: Comparativo entre médias do ENEM/2006 de 12 escolas (6 estaduais e 6 privadas) da cidade de Santa Maria/RS/Brasil



Fonte: MEC/INEP (2007)

Estruturou-se o gráfico de maneira que fosse possível visualizar as diferenças existentes, entre as médias obtidas de estudantes provindos de escolas públicas e privadas. É possível observar que as médias diferenciam-se de 2% à 20%, entre uma escola estadual e uma particular, revelando a disparidade entre os estudos realizados num ou outro tipo de instituição . Esta diferença torna-se ainda mais significativa e pode-se dizer que excludente, quando tais médias são utilizadas como “passaporte” de acesso ao ensino superior, portanto considerar o tipo de escola frequentada pelos sujeitos é de fundamental importância para esta pesquisa.

No tema “**Projeções x Realizações**” o sujeito encontrou formas de responder abertas e fechadas numa mesma questão, na questão “4.1.” a resposta de número 5 pedia que o sujeito especificasse sua resposta, caso ele tivesse assinalado “outro” como resposta, pois necessitávamos que ele elucidasse o que faltou contemplar nas alternativas anteriores. Na questão “4.2.” havia 10 possibilidades de respostas, sendo que três delas solicitavam maiores esclarecimentos, caso fossem assinaladas (resposta 2, 3 e 10). Na questão “4.3.” havia 7 alternativas, sendo que apenas a última solicitava que o sujeito esclarecesse sua resposta.

Nessa temática almejou-se averiguar se havia diferença entre passado, presente e futuro em função da situação socioeconómica do sujeito, bem como, detectar como eles justificam o fato de desejarem ou planejarem algo, e isso não acontecer.

O último tema abordou o “**Processo de Escolha**” e envolvia 4 questões, a primeira era uma questão fechada, composta de 3 alternativas, a qual averiguava o tipo de instituição de ensino superior o sujeito pretendia candidatar-se. A segunda questão era aberta, deixando o sujeito livre para responder qual(is) curso(s) lhe interessava(m) naquele momento. A terceira questão oferecia 14 possibilidades de respostas fechadas. Na última questão, das 6 possibilidades de respostas, apenas a última era aberta as demais fechadas.

As duas últimas questões dessa temática tinham o intuito de investigar os factores que levaram os sujeitos a escolher o(s) curso(s) escolhidos (respondidos na questão 5.2), e os factores que os levariam a desistir de tal(is) curso(s).

O objectivo dessa temática foi averiguar se haveriam factores que poderiam interferir positiva ou negativamente nas escolhas dos sujeitos, bem como verificar se estes factores estariam associados à situação económica (renda familiar), ao capital cultural (tipo de escola que frequentavam e escolaridade dos pais) e/ou à dos sujeitos.

3.4. Procedimentos:

O primeiro passo foi contactar com o cursinho pré-vestibular popular (o qual ficou denominado **G1**) da cidade de Santa Maria/RS/Brasil. A pesquisadora já actuou como voluntária no mesmo, durante cinco anos. No ano da colecta de dados, a pesquisadora não actuou no mesmo, sendo assim, entrou em contacto por telefone com a coordenação do cursinho, para esclarecer o objectivo e o procedimento da pesquisa.

O contacto seguinte foi com uma das professoras do cursinho, para que ela cedesse vinte minutos, aproximadamente, de sua aula para que o questionário fosse aplicado, naqueles estudantes que tivessem interesse de participar da pesquisa. Foi

explicado novamente o objectivo e o procedimento da pesquisa, no intuito de averiguar se haveria consentimento ou não por parte da professora.

Sem sofrer resistência nessas duas primeiras instâncias, foi agendada com a professora a data para aplicação do questionário. Neste dia havia matriculados e frequentando o cursinho, sessenta e quatro estudantes, distribuídos em três turmas. Optou-se por aplicar os questionários em duas turmas, pois caso aplicássemos em todos os estudantes, teríamos a representação da população de estudantes frequentadores de cursinho popular, dificultando a ideia primordial de comparar com a amostra dos estudantes, que frequentam os cursinhos pagos.

Ao chegar à sala aula a professora apresentou a pesquisadora à turma. Em seguida a pesquisadora explicou que se tratava de uma pesquisa a qual tinha por objectivo averiguar alguns factores que interferem na escolha profissional. Informou-os que os questionários seriam distribuídos a todos os estudantes (**G1**), porém aquele que não tivesse interesse de participar poderia entregá-lo em branco.

Após a distribuição do questionário, a pesquisadora leu o cabeçalho do mesmo aproveitando para ressaltar sobre o sigilo dos dados dos participantes. Esta pesquisa pode ser considerada de baixo risco de identificação dos sujeitos, pois a dinâmica dos cursinhos pré-vestibulares é diferente das de escola, onde os professores conseguem identificar os estudantes pelo nome. Desta forma acredita-se que as considerações éticas, referente a uma possível identificação do participante, foram obedecidas

Em seguida a pesquisadora leu o questionário e explicou algumas questões, prevendo possíveis dúvidas. Na questão 5.3. e 5.4, por exemplo, comentou-se que poderiam assinalar mais de uma resposta, caso achassem necessário, e foi lido e explicado cada uma das alternativas destas questões, pois elas poderiam causar dúvidas, devido a aparente semelhança das respostas. Em seguida a pesquisadora elucidou que se alguém tivesse alguma dúvida que estaria disponível para explicar individualmente.

Como previsto os estudantes levaram até trinta minutos todas as questões, sendo que alguns concluíram antes deste tempo.

No mesmo dia a pesquisadora aplicou o questionário nas duas turmas de pré-vestibular popular, nos estudantes que estavam presentes em aula.

Em seguida a essa aplicação, a pesquisadora iniciou uma pesquisa de preço de mensalidade nos cursinhos pré-vestibulares pagos na referida cidade (ver Quadro 1), pois o intuito era evidenciar o contraste entre as realidades. Na pesquisa foi possível observar que as aulas oferecidas nos turnos da manhã e tarde são mais onerosas do que aquelas oferecidas durante a noite, portanto o passo seguinte foi entrar em contacto com a direcção do cursinho mais caro, e tentar aplicar o questionário em pré-vestibulandos que frequentam o cursinho pela parte da manhã ou da tarde.

Quadro 1: Quadro comparativo de valores cobrados nas mensalidades de cursinhos pré-vestibulares na cidade de Santa Maria/RS/Brasil, ano de 2007¹⁷.

Cursinho	Mensalidade (R\$)	
A	R\$	321,00
B	R\$	305,00
C	R\$	305,00
D	R\$	298,00
E	R\$	283,00
F	R\$	249,00
G	R\$	230,00

O contacto com a direcção do cursinho foi realizada por telefone, e também após quinze dias aguardando uma resposta, houve uma aceitação da proposta e um agendamento com a professora para que fosse aplicado o questionário numa das turmas da manhã.

É importante salientar, que nenhum dos cursinhos solicitou um documento escrito formalizando o pedido, porém a pesquisadora se comprometeu em dar um retorno da pesquisa assim que concluísse a análise dos dados.

¹⁷ Pesquisa telefônica realizada no mês de outubro, pela pesquisadora, no intuito de averiguar qual dos cursinhos seria freqüentado por estudantes pertencentes à realidade econômica oposta aos do cursinho popular.

No dia combinado com a professora, a pesquisadora se apresentou no local e a mesma foi apresentada à turma. O número de estudantes presentes nessa aula era muito próximo dos presentes nas duas turmas do cursinho popular.

Novamente a pesquisadora se apresentou e explicou a proposta da pesquisa e fez um convite aos pré-vestibulandos (**G2**) para que participassem da mesma, deixando-os livres para preencher ou não os questionários, e a cena se repetiu, todos participaram. As considerações éticas e o sigilo foram novamente reforçados.

Acredita-se que essa adesão tenha ocorrido até mesmo por uma identificação com a pesquisadora, pois é alguém que está no meio acadêmico, no qual todos eles têm por meta nesse ano alcançar, ou seja, ingressar na universidade.

3.5. Tratamento dos Dados:

Assim que os questionários foram preenchidos, passamos à tabulação das respostas fornecidas pelas questões fechadas. Em seguida foi realizada a análise estatística dos dados, na qual se utilizou o programa “Statistica 7.0”.

Parte da análise utilizará o método descritivo, pois entendemos que é necessário conhecermos a realidade dos diferentes grupos, para em seguida averiguar se os factores que interferem num grupo são os mesmos que interferem no outro.

A outra parte tratará os dados a partir de uma análise multivariada, pois pretendemos averiguar se as variáveis a) idade, b) renda familiar, c) escolaridade dos pais e, d) escola que os sujeitos frequentaram interferem nas escolhas profissionais dos mesmos (curso escolhido, instituição de ensino superior, critérios para escolha do curso e factores que lhes fariam desistir do curso). A análise das correlações entre estas variáveis foi feita a partir dos testes *Pearson*, *Qui-Quadrado* e *Spearman*, com a utilização do programa já referido acima.

Havia apenas três questões abertas no questionário, para estas utilizamos os passos propostos pela Análise Qualitativa dos resultados, a qual prevê inicialmente a leitura de

todas as respostas dos sujeitos participantes. Em seguida a leitura criou-se categorias de respostas, na intenção de objectivar aquelas fornecidas pelos sujeitos.

“O dado qualitativo é uma forma de quantificação do evento qualitativo que normatiza e confere um carácter objectivo à sua observação”. (Pereira, 2004, p.21)

Após a categorização das respostas elas foram elencadas na análise descritiva da amostra, pois estas foram importantes para averiguar as diferentes percepções dos indivíduos quanto a categorização das profissões dos pais, para justificar porque seus planos não foram realizados e quais cursos lhes interessavam.

IV. RESULTADOS

Para responder às indagações propostas nesta pesquisa, utilizaram-se análises estatísticas descritivas e multivariadas, as quais serão apresentadas em duas partes. A primeira parte tem por objectivo descrever os dados, que compõem as realidades dos dois grupos participantes da pesquisa.

Na segunda parte apresentar-se-á, as influências da idade, renda, tipo de escola que o sujeito frequentou e escolaridade dos pais, sobre as escolhas profissionais (critérios de escolha e factores que levariam à desistência de uma profissão). Nesta etapa utilizou-se análise de correlação multivariada.

4.1. Compendo as diferentes realidades

Neste item abordaremos os resultados obtidos a partir do questionário aplicado nos sujeitos da pesquisa (**G1** e **G2**). Elencaremos as respostas de acordo com a ordem proposta no instrumento de colecta de dados. No entanto, algumas questões, por exemplo, idade, sexo, estado civil, renda, bem como o curso pré-vestibular frequentado já foram abordados anteriormente, no momento em que descrevemos sobre a caracterização da amostra.

No tema “**Situação Familiar e Domiciliar**” os sujeitos responderam sobre seu estado civil, escolaridade e ocupação dos pais e a renda domiciliar familiar.

Abaixo, nas Tabelas 11 e 12, estão discriminadas, respectivamente, as escolaridades das mães e dos pais dos sujeitos pertencentes aos diferentes estratos socioeconómicos. Observa-se que, no **G1**, os pais (pai e mãe) possuem um nível de escolaridade inferior aos dos pais dos sujeitos pertencentes ao **G2**.

Tabela 11 – Escolaridade Materna no G1 e G2

CATEGORIA	ESCOLARIDADE DA MÃE					
	G1 (N=40)			G2 (N=47)		
	Freq.	%	% Acumulada	Freq.	%	% Acumulada
Não-alfabetizada	1	2,5	2,5	0	0	0
Ens. Fund. Incompleto	21	52,5	55	6	12,8	12,8
Ens. Fund. Completo	4	10	65	1	2,1	14,9
Ens. Médio Incompleto	3	7,5	72,5	2	4,3	19,1
Ens. Médio Completo	7	17,5	90	17	36,2	55,3
Curso Superior	3	7,5	97,5	21	44,7	100
Não respondeu	1	2,5	100	0	0	100

No **G1** 72,5% das mães possuem escolaridade até o ensino médio incompleto, sendo que a maioria possui ensino fundamental incompleto (52,5%). No **G2**, a realidade que se configura é bem diferente, pois, aproximadamente, 80% das mães possuem ensino médio completo ou superior.

Tabela 12 – Escolaridade Paterna no G1 e G2

CATEGORIA	ESCOLARIDADE DO PAI					
	G1 (N=40)			G2 (N=47)		
	Freq.	%	% Acumulada	Freq.	%	% Acumulada
Não-alfabetizado	3	7,5	7,5	0	0	0
Ens. Fund. Incompleto	21	52,5	60	7	14,9	14,9
Ens. Fund. Completo	4	10	70	1	2,1	17
Ens. Médio Incompleto	6	15	85	1	2,1	19,1
Ens. Médio Completo	4	10	95	19	40,4	59,6
Curso Superior	1	2,5	97,5	18	38,3	97,9
Não respondeu	1	2,5	100	1	2,1	100

Com os pais as estatísticas se repetem 85% dos pais do **G1** possuem escolaridade até o ensino médio incompleto, enquanto, no **G2** 80% possuem ensino médio completo ou ensino superior.

A questão que abordou a ocupação dos pais obteve respostas variadas, pois os sujeitos depararam-se com uma questão aberta, portanto eles puderam denominar livremente a profissão dos seus pais. Para visualizarmos com mais objectividades categorizamos as designações a partir da Classificação Brasileira de Ocupações.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, proposta em 2002, existem **10** grandes grupos que abrangem **47** subgrupos principais, **192** subgrupos, **596**

grupos de base ou famílias ocupacionais, onde se agrupam **2.422** ocupações e cerca de **7.258** títulos sinónimos¹⁸.

“A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua actualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, económico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.” (MTD, 2008)

Os Quadros 2 e 3 a seguir demonstram as ocupações dos pais dos sujeitos pertencentes ao **G1** e **G2**, respectivamente, porém elas já estão inseridas nas denominações propostas pelo CBO/2002.

Quadro 2: Ocupações dos pais dos sujeitos pertencentes ao G1

CBO 2002 - Grandes Grupos / Títulos	Mãe		Pai	
	Freq.	%	Freq.	%
0) Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0	0	0
1) Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas gerentes	0	0	0	0
2) Profissionais das ciências e das artes	0	0	0	0
3) Técnicos de nível médio	0	0	0	0
4) Trabalhadores de serviços administrativos	0	0	1	2,5
5) Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	9	22,5	1	2,5
6) Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2	5	3	7,5
7) Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1	2,5	13	32,5
8) Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1	2,5	0	0
9) Trabalhadores de manutenção e reparação	0	0	2	5
Situações que não se enquadram na classificação	Freq.	%	Freq.	%
10) Não foi possível identificar	1	2,5	7	17,5
11) Do lar	16	40	0	0
12) Aposentado	4	10	6	15
13) Falecido	2	5	4	10
14) Desempregado	3	7,5	2	5
15) Não respondeu	1	2,5	1	2,5

Ao observarmos o quadro acima podemos perceber que a maioria das mães, 40% delas, pertencentes à classe popular (**G1**) ainda estão envolvidas com as actividades do lar, ou seja, não exercem nenhuma actividade remunerada. Os pais deste mesmo grupo

¹⁸ Para visualizar a classificação completa das ocupações, basta acessar <http://www.mtecbo.gov.br>

estão distribuídos, na sua maioria (32,5%), como “trabalhadores da produção de bens e serviços industriais”.

Quadro 3: Ocupações dos pais dos sujeitos pertencentes ao G2

CBO 2002 - Grandes Grupos / Títulos	Mãe		Pai	
	Freq.	%	Freq.	%
0) Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0	3	6,4
1) Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas gerentes	5	10,6	8	17
2) Profissionais das ciências e das artes	13	27,7	11	23,4
3) Técnicos de nível médio	3	6,4	0	
4) Trabalhadores de serviços administrativos	1	2,1	1	2,1
5) Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1	2,1	0	
6) Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2	4,3	6	12,8
7) Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0	0	3	6,4
8) Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0	0	0	
9) Trabalhadores de manutenção e reparação	0	0	2	4,3
Situações que não se enquadram na classificação	Freq.	%	Freq.	%
10) Não foi possível identificar	2	4,3	5	10,6
11) Do lar	12	25,5	0	0
12) Aposentado	7	14,9	7	14,9
13) Falecido	1	2,1	1	2,1
14) Desempregado	0	0	0	0
15) Não respondeu	0	0	0	0

O quadro acima representa a realidade dos sujeitos pertencentes à classe abastada, e as ocupações desempenhadas pelos seus pais. A maioria das mães e dos pais ocupa-se de actividades na área das “ciências e artes”, porém uma questão de género pode ter surgido nesta pesquisa, pois no **G1** a maioria das mães era “do lar” e neste grupo, está função vem em segundo lugar, aproximadamente 25% das mães dos sujeitos pertencentes ao **G2**, também estão exercendo uma actividade que não é remunerada.

Em segundo lugar, dentre as ocupações paternas, estavam as actividades ligadas ao poder público (dirigentes de organizações de interesse público e de empresas gerentes).

A temática que averiguou a “**Trajectória Escolar**” obteve as seguintes respostas, representadas na Tabela 13.

Tabela 13: Tipo de escola (Particular ou Pública) frequentada durante ensino fundamental e médio pelos sujeitos que compõem os grupos G1 e G2

TIPO DE ESCOLA	G1			G2		
	Freq.	%	% Acum.	Freq.	%	% Acum.
Ens. Fund. e Médio PÚBLICO	32	80	80	14	29,8	29,8
Ens. Fund. e Médio PARTICULAR	0	0	80	14	29,8	59,6
Ens. Fund. PÚBLICO e Médio PARTICULAR	1	2,5	82,5	4	8,5	68
Ens. Fund. PARTICULAR e Médio PÚBLICO	2	5	87,5	5	10,6	78,7
Ens. Fund. e Médio AMBOS	0	0	87,5	2	4,3	83
Ens. Fund. AMBOS e Médio PÚBLICO	5	12,5	100	3	6,4	89,4
Ens. Fund. AMBOS e Médio PUBLICO	0	0	100	3	6,4	95,7
Ens. Fund. PÚBLICO e Médio AMBOS	0	0	100	1	2,1	97,9
Ens. Fund. PARTICULAR e Médio AMBOS	0	0	100	1	2,1	100

Ao olharmos para a tabela é possível verificar que no **G1**, a grande maioria dos seus representantes (80%) cursou o ensino fundamental e médio em escola pública. No **G2** houve uma maior distribuição dentre as respostas, porém a maior parte dos sujeitos deste grupo dividiu-se entre duas possibilidades, cursou ensino fundamental e médio em escola pública, aproximadamente 30%, ou, com a mesma percentagem, cursou o ensino fundamental na pública e o ensino médio em escola particular.

O item “**Projeções X Realizações**” será abordado a seguir, da Tabela 14 à 16. Sendo que na tabela abaixo é possível verificar as actividades desenvolvidas neste ano pelos participantes da pesquisa.

Quando indagados sobre suas ocupações mais da metade dos sujeitos (55%), que compõem o **G1** responderam que além de cursar o pré-vestibular estão trabalhando, 35% deles estão apenas cursando pré-vestibular e 10% assinalaram a alternativa “outro”. Uma vez que o questionário solicitava que o sujeito especificasse sua resposta, dois deles faziam pré-vestibular e concluíam o ensino médio; os outros dois faziam curso técnico-profissionalizante, além do pré-vestibular.

Tabela 14: Ocupações dos sujeitos pertencentes aos grupos G1 e G2, no ano da pesquisa.

Alternativas	G1			G2		
	Freq.	%	% Acum.	Freq.	%	% Acum.
Apenas Pré-Vestibular	14	35	35	36	76,6	76,6
Pré-Vestibular e Trabalho	22	55	90	3	6,4	83
Pré-Vestibular e Curso de Idiomas	0	0	90	2	4,3	87,2
Pré-Vestibular e Ativ. Cult./Espor.	0	0	90	5	10,6	97,9
Outro	4	10	100	1	2,1	100

Nesta mesma tabela, podemos perceber a diferença marcante entre um grupo e outro, pois no **G1** a maioria respondeu que fazia pré-vestibular e trabalhava, enquanto no **G2**, a grande maioria (quase 80%) apenas cursa pré-vestibular. Os demais sujeitos do **G2** alegaram dividir seu tempo entre o cursinho e actividades culturais (10%), trabalho (6%) e curso de idiomas (4%). Apenas um sujeito deste grupo preencheu a alternativa “outro”, o qual está frequentando o cursinho pré-vestibular, e também cursando uma faculdade.

A tabela 15 revela-nos o que os jovens planejavam no ano anterior ao da pesquisa, para o ano seguinte. Estão representadas, nesta tabela, apenas as respostas assinaladas pelos sujeitos, pois acreditamos que seja dispensável elencar as alternativas que nenhum dos sujeitos, nos dois grupos, tenha marcado.

Tabela 15: Planos do ano anterior a pesquisa, para o próximo ano.

Alternativas	G1			G2		
	Freq.	%	% Acum.	Freq.	%	% Acum.
1. Trabalho	1	2,5	2,5	0	0	0
2. Cursando Faculdade	11	27,5	30	31	66	66
3. Curso Preparatório para concurso	5	12,5	42,5	10	21,3	87,2
5. Trabalho e Faculdade	9	22,5	65	1	2,1	89,4
6. Trabalho e curso preparatório	9	22,5	87,5	1	2,1	91,5
7. Trabalho e curso profissionalizante	2	5	92,5	4	8,5	100
10. Outro	1	2,5	95	0	0	100
Não respondeu	2	5	100	0	0	100

No **G1** verifica-se que os sujeitos distribuíram suas respostas nas seguintes alternativas: 27,5% deles assinalaram que planejavam para este ano, já ter ingressado no ensino superior; e em seguida, 22,5% imaginaram que estariam trabalhando e cursando faculdade, e com esta mesma percentagem, outros 22,5% planejavam trabalhar e frequentar um curso preparatório¹⁹.

¹⁹ Vale salientar que na hora de explicar o questionário a pesquisadora comentou com os sujeitos, que o curso pré-vestibular é um curso preparatório para concurso, pois o Vestibular é um concurso para acesso ao nível superior, no Brasil.

No **G2**, a maioria, aproximadamente 66%, planejou que estaria cursando faculdade no ano da pesquisa. Em seguida, vieram aqueles que aspiravam ao curso preparatório para concurso (21%). Os demais ficaram distribuídos entre as alternativas, porém não ultrapassaram 10% de intenções.

A próxima tabela representa os planejamentos para o ano posterior à pesquisa, ou seja, procurou-se investigar o que os sujeitos almejavam neste ano para o próximo.

A tabela 16 está composta pelas alternativas assinaladas pelos sujeitos, portanto eliminou-se a alternativa “5”, a qual previa que o sujeito teria interesse de frequentar um curso técnico-profissionalizante no próximo ano, pois entendemos que nenhum deles tinha interesse por esta actividade e, sendo assim, eliminamos a mesma da tabela.

Tabela 16: Planos para o ano posterior à pesquisa

Alternativas	G1			G2		
	Freq.	%	%Acum.	Freq.	%	%Acum.
1. Faculdade	3	7,5	7,5	15	32	32
2. Faculdade e Trabalho	32	80	87,5	8	17	49
3. Faculdade e Curso de Idiomas	1	2,5	90	17	36,2	85,1
4. Faculdade e Ativ. Cult./Esportivas	2	5	95	4	8,5	93,6
6. Curso Tec./Profis. e Trabalho	2	5	100	0	0	93,6
7. Outro	0	0	100	1	2,1	95,7
Não respondeu	0	0	100	2	4,3	100

Observa-se na tabela acima as diferenças significativas no planejamento futuro entre indivíduos provindos de classe popular e classe abastada. No **G1**, a grande maioria, almeja ingressar no ensino superior sem desvincular este desejo do trabalho, enquanto no **G2** esta alternativa faz parte dos planos de apenas alguns.

No **G1** as demais alternativas, nenhuma ultrapassou 10% de frequência, enquanto no **G2** os interesses ficaram distribuídos da seguinte maneira: a maioria pretende cursar faculdade e curso de idiomas (36%), no próximo ano, em seguida estão aqueles que pretendem apenas cursar uma faculdade (32%), seguidos daqueles que pretendem cursar uma faculdade trabalhar (17%). As demais alternativas não despertaram interesse num número significativo de sujeitos.

Após a questão 4.3 inserida na temática “Projeções X Realizações” foi solicitado aos sujeitos que respondessem, brevemente, as razões pelas quais o planeamento não deu certo. Isto para aqueles que preencheram diferentemente as questões 4.1 e 4.2.

As respostas fornecidas pelos sujeitos do **G1** e **G2** foram submetidas a uma leitura rigorosa, para que fosse possível elaborar categorias para alocá-las.

No quadro abaixo podemos perceber os tipos de respostas que os sujeitos, pertencentes ao **G1**, forneceram para justificar, com suas palavras, porque não conseguiram realizar seus planos.

Quadro 4: Categorias de respostas que justificam a razão pela qual o sujeito, pertencente ao G1, não realizou suas projeções.

Respostas	Freq.	%	% Acumulada
Não atingiu os objectivos, sem explicar	4	10	10
Não obteve acesso aos cursos preparatórios	3	7,5	17,5
Responsabiliza a si mesmo por não atingir os objectivos	12	30	47,5
Devido à concorrência	1	2,5	50
Não consegue ingressar no mercado de trabalho	3	7,5	57,5
Não respondeu a esta questão, porque realizou o que planejou	12	30	87,5
Anulada	1	2,5	90
Não respondeu, porém não realizou o que planejou	4	10	100

Ao observar as razões elencadas pelos sujeitos, percebemos que a maioria deles (30%) conseguiu realizar seus projectos para o ano seguinte²⁰, e na mesma proporção, estão aqueles que responsabilizam a si mesmo por não atingir suas metas (30%). Um número significativo de indivíduos (15%), deste grupo, não conseguiu sequer ter acesso a um curso preparatório (7,5%) ou estão desempregados (7,5%); outros 10% apenas informaram que não obtiveram êxito nos seus planos. Com esta mesma percentagem estão aqueles que não responderam esta questão. Apenas um indivíduo respondeu que não aprovou devido a concorrência no vestibular. E uma questão foi anulada

²⁰ Esta afirmativa é possível, porque as questões 4.1 e 4.2 do questionário permitem fazê-la, uma vez que os sujeitos responderam na questão 4.1 quais eram suas atividades, no ano da pesquisa, e na questão 4.2 eles eram questionados, sobre o que haviam planejado no ano anterior, para o ano da pesquisa.

No próximo quadro vislumbraremos as categorias de respostas elencadas pelos sujeitos pertencentes ao **G2**. É possível verificar que algumas categorias de respostas, que apareceram no **G1**, também estão presentes neste grupo, como por exemplo, o fato de responsabilizarem a si pelos “fracassos” de seus projectos. Apenas um sujeito no **G2**, considerou que o curso preparatório ou até mesmo a escola, por exemplo, poderiam ter responsabilidade pelo seu desempenho negativo, no concurso anterior.

Quadro 5: Categorias de respostas que justificam a razão pela qual o sujeito, pertencente ao G2, não realizou suas projecções.

Respostas	Freq.	%	% Acumulada
Não atingiu os objectivos, sem explicar	5	10,6	10,6
Aprovou numa faculdade particular, mas não pôde custear	1	2,1	12,7
Responsabiliza a si mesmo por não atingir os objectivos	18	38,3	51
Devido à concorrência	2	4,3	55,3
Não aprovou e responsabiliza o ensino médio	1	2,1	57,4
Não respondeu a esta questão, porque realizou o que planejou	11	23,4	80,8
Anulada	2	4,3	85,1
Concluiu o ensino médio antes do tempo previsto	3	6,4	91,5
Não respondeu, porém não realizou o que planejou	4	8,5	100

A maioria dos sujeitos (38,3%), pertencentes ao **G2**, responsabiliza-se por não conseguir realizar seus projectos. Em seguida estão os indivíduos que não preencheram esta questão, totalizando 23,4%, porque realizaram o que projectaram para o ano de 2007. Aproximadamente 10% dos sujeitos responderam que não conseguiram atingir seus objectivos, porém não explicaram a(s) razão(ões) de tal fato. Por exemplo, um sujeito respondeu: “- Não obtive êxito no vestibular.”

Os demais sujeitos apresentaram outras respostas à referida questão, porém numa frequência menor a dez por cento, como foi o caso daqueles que não responderam esta questão, (10%) deixou em branco, porém constatamos que eles não haviam realizado o que planejaram. Três indivíduos (6,4%) planejavam, que durante o ano da pesquisa estariam cursando o ensino médio e o cursinho pré-vestibular, porém a escola que frequentam possibilitou que eles concluíssem o ensino médio antes do tempo previsto, portanto eles estavam apenas cursando pré-vestibular. Ao fato de não ter realizado o que planejou, 4,3% dos indivíduos atribuíram à concorrência do vestibular. Um dos

indivíduos precisou mudar seus planos, porque não teve condições de custear a faculdade particular e uma questão foi anulada.

A última temática abordada no questionário foi o “**Processo de Escolha**”, e a primeira questão fazia referência ao tipo de instituição que os pré-vestibulandos candidatar-se-iam, para respondê-la eles encontraram as alternativas “pública”, “privada” ou “ambas”.

A Tabela 17 ilustra a frequência das respostas dos sujeitos pertencentes ao **G1** e **G2**. Verifica-se que, independentemente da situação financeira, nenhum dos sujeitos assinalou que faria vestibular apenas na instituição privada.

Tabela 17: Tipo de Instituição de Ensino Superior

Tipo	G1 (N = 40)			G2 (N = 47)		
	Freq.	%	% Acum.	Freq.	%	% Acum.
Pública	35	87,5	87,5	35	74,5	74,5
Ambas	5	12,5	100	12	25,5	100

Ao analisar a tabela acima percebemos que o interesse predominou pelo vestibular na instituição pública. No **G1** 87,5% e **G2** 74,5% dos sujeitos assinalaram esta alternativa.

Em seguida os sujeitos foram solicitados para responder qual (ou quais) curso lhe interessava naquele momento. Obteve-se um número variado de cursos, alguns estavam indecisos e outros não tinham ideia de qual curso se inscrever. A tabela abaixo lista as opções de cursos dos sujeitos pertencentes ao **G1**.

Tabela 18: Opções de cursos listados pelos sujeitos do G1

Curso	Freq.	%	Curso	Freq.	%
Dúvida entre 2 cursos	5	12,5	Arquivologia	1	2,5
Pedagogia	4	10	Artes Visuais	1	2,5
Psicologia	3	7,5	Ciências Contábeis	1	2,5
Em dúvida	3	7,5	Letras-Espanhol	1	2,5
Administração	2	5	Jornalismo	1	2,5
Educação Física - Licenciatura	2	5	Publicidade e Propaganda	1	2,5
Enfermagem	2	5	Educação Especial	1	2,5
Fisioterapia	2	5	História	1	2,5
Engenharia Civil	2	5	Matemática	1	2,5
Medicina Veterinária	2	5	Direito	1	2,5
Letras-Português	1	2,5	Artes Cénicas	1	2,5
			Não respondeu	1	2,5

Os participantes do **G1** citaram 20 opções de cursos, porém o mais curioso, foi que a opção com maior frequência de sujeitos, foi daqueles com dúvidas entre dois cursos, estes representaram 12,5% do total. Com 10% de intenções ficou o curso de Pedagogia. Com 7,5% estão os cursos Psicologia e aqueles sujeitos que responderam que “estavam em dúvida” e sequer conseguiram listar um ou mais cursos. Com 5% estão Administração, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Engenharia Civil e Medicina Veterinária. Os demais cursos citados tiveram apenas um sujeito interessado em cada um deles.

A tabela abaixo representa os cursos elencados pelos sujeitos pertencentes ao **G2**, neste grupo também a dúvida entre dois ou mais cursos esteve presente de forma significativa entre os participantes.

Tabela 19: Opções de cursos listados pelos sujeitos do G2

Curso	Freq.	%	Curso	Freq.	%
Medicina	11	23,4	Engenharia Mecânica	1	2,1
Dúvida entre 2 cursos*	5	10,6	Engenharia Química	1	2,1
Direito	5	10,6	Agronomia	1	2,1
Odontologia	4	8,5	Fisioterapia	1	2,1
Arquitetura	3	6,4	Relações Públicas	1	2,1
Farmácia	2	4,3	Ciências Económicas	1	2,1
Engenharia Eléctrica	2	4,3	Zootecnia	1	2,1
Desenho Industrial	2	4,3	Educação Física	1	2,1
Medicina Veterinária	2	4,3	Em dúvida**	1	2,1
Química - Licenciatura	1	2,1	Não respondeu	1	2,1

Os sujeitos do **G2** apresentaram preferência pelo curso de Medicina (23,4%), a seguir foi a opção pelo Direito em conjunto com a dúvida entre dois cursos, cada um com 10,6% de representantes. Com 8,5% de interessados estava o curso de Odontologia. Os demais cursos, assim como aqueles sujeitos que estavam em dúvida, tiveram um ou apenas dois interessados.

As duas últimas questões do questionário faziam referência aos critérios, que levaram os participantes a escolher os cursos citados por eles, na questão anterior, bem como o que lhes fariam desistir do mesmo.

As tabelas 20 e 21 representam os **critérios**, utilizados pelos sujeitos, para escolher um curso universitário. É válido salientar que eles puderam assinalar mais de uma alternativa, nesta questão, caso achassem necessário.

* Os sujeitos elencaram dois cursos que demonstraram interesse.

** Os sujeitos não conseguiram elencar nenhum curso e responderam que estavam em dúvida.

Tabela 20: Critérios assinalados pelos sujeitos do G1

CRITÉRIOS	Freq.	%	% Acum.
O único critério utilizado foi gostar muito do curso	11	27,5	27,5
Gosto muito do curso e ele é oferecido à noite	1	2,5	30
Gosto muito do curso e ele é oferecido em Universidade Pública	7	17,5	47,5
Gosto muito do curso que é oferecido em Un. Pública e o merc. de trab. é bom*	6	15	62,5
Gosto muito do curso, ele é nocturno, oferecido em un. pública e o merc. de trab. está bom**	2	5	67,5
Gosto muito do curso que escolhi, ele é oferecido à noite e em Un. Pública*	1	2,5	70
Gosto do curso que escolhi, mas ele é oferecido à noite	1	2,5	72,5
Gosto do curso, mas ele é oferecido em Universidade Pública	3	7,5	80
Gosto do curso que escolhi, mas o mercado de trabalho está bom	1	2,5	82,5
Gosto do curso que escolhi, ele é oferecido à noite e o merc. de trab. está bom*	1	2,5	85
Gosto um pouco do curso que escolhi, mas ele é oferecido em Un. Pública	1	2,5	87,5
Gosto um pouco do curso que escolhi, mas a concorrência é baixa	1	2,5	90
Anuladas	4	10	100

É possível observar na tabela acima, que a maioria dos sujeitos pertencentes ao **G1** (27,5%) assinalou que o único critério de escolha utilizado foi “gostar muito do curso”. As demais alternativas variavam o interesse pelo curso (gosto muito, gosto e gosto um pouco), associando a este alguns fatos reais (curso oferecido à noite, em universidade pública, concorrência e perspectiva de mercado de trabalho).

Aqueles que demonstraram forte interesse por sua escolha profissional (único critério “gostar muito do curso” e gosto muito do curso associado a outro factor) representam 70% dos sujeitos. Outros 20% “gostam” ou “gostam um pouco” do curso, porém como eles são oferecidos à noite, em instituição pública, com pouca concorrência e com bom mercado de trabalho, suas escolhas foram norteadas pelo conjunto destes factores. E, 10% tiveram suas respostas anuladas.

* Respostas assinaladas pelos sujeitos que abarcam dois critérios

** Resposta assinada pelos sujeitos que abarcam três critérios

A Tabela abaixo representa os **critérios** utilizados pelos sujeitos pertencentes ao **G2**, para escolha de um curso universitário. Verifica-se que os critérios levados em consideração para a maioria (27,7%) foi gostar muito do curso, sendo este oferecido numa instituição pública e com bom mercado de trabalho.

Tabela 21: Critérios assinalados pelos sujeitos do G2

CRITÉRIOS	Freq.	%	% Acum.
O único critério utilizado foi gostar muito do curso	4	8,5	8,5
Gosto muito do curso e ele é oferecido em Universidade Pública	12	25,5	34
Gosto muito do curso e o mercado de trabalho está bom	3	6,4	40,4
Gosto muito do curso que é oferecido em Un. Pública e o merc. de trab. é bom*	13	27,7	68,1
Gosto do curso, mas ele é oferecido em Universidade Pública	8	17	85,1
Gosto do curso que escolhi, mas o mercado de trabalho está bom	2	4,3	89,4
Gosto do curso que escolhi, mas ele agradaria meus familiares	1	2,1	91,5
Gosto do curso que escolhi, é oferecido em Un. Pública, o merc. de trab. é bom e agradaria meus familiares**	2	4,3	95,8
Anuladas	2	4,3	100

Para 25,5% dos sujeitos além de gostar muito do curso, é importante que ele seja oferecido em instituição pública. Para 17% o interesse pelo curso foi menor (gosto do curso), porém como ele é oferecido em instituição pública, esta combinação de factores influenciou sua escolha. Apenas 8,5% utilizaram como único critério o interesse pelo curso.

Após conhecermos os critérios que levaram os sujeitos de ambos os grupos, **G1** e **G2**, a optarem por um curso ou outro, indagamos-lhes a respeito de quais factores poderiam levá-los a desistir de suas escolhas profissionais. As tabelas 22 e 23 representam os factores elencados pelos sujeitos do **G1** e **G2**, respectivamente.

* Respostas assinaladas pelos sujeitos que abarcam dois critérios

** Resposta assinada pelos sujeitos que abarcam três critérios

Tabela 22: Factores assinalados pelos sujeitos do G1

FATORES	Freq.	%	% Acum.
Concorrência no Vestibular	6	15	15
Não ser oferecido em Universidade Pública	6	15	30
Não ser oferecido à noite	3	7,5	37,5
Não ser oferecido nesta cidade	5	12,5	50
Outro motivo	7	17,5	67,5
Concorrência no Vestibular e não ter bom mercado de trabalho*	3	7,5	75
Não ser oferecido em Universidade Pública e nesta cidade*	3	7,5	82,5
Concorrência no Vestibular e Não ser oferecido à noite*	2	5	87,5
Não ser oferecido à noite associado a outro motivo*	1	2,5	90
Não ser oferecido à noite, nesta cidade e não ter bom merc. de trab.*	1	2,5	92,5
Concorrência no Vestibular e não ser oferecido em Univ. Pública*	1	2,5	95
Não ser oferecido em Un. Pública, à noite, nesta cidade e não ter bom merc. de trab.**	1	2,5	97,5
Não ser oferecido nesta cidade e não ter bom mercado de trabalho*	1	2,5	100

A tabela acima reflecte os factores que levariam os sujeitos do **G1** a desistir do curso escolhido, a maioria (17,5%) apontou que seria “outro motivo”, além dos elencados no questionário. Dentre estes, cinco deles afirmaram que “nada lhes faria desistir”. Um deles desistiria do curso se ele “não fosse oferecido mais nas universidades” e, o último sujeito desistiria do curso que preencheu na questão “5.2.”, no caso Letras/Português, para preparar-se melhor para o curso que, realmente seria sua primeira opção (Jornalismo).

Dois factores ficaram empatados quanto às opções dos sujeitos: a “concorrência no vestibular” e o “curso não ser oferecido em universidade pública”, ambos com 15%; para 12,5% dos sujeitos se o curso não fosse oferecido nesta cidade, este seria um motivo para fazer-lhes desistir do curso escolhido. Os demais sujeitos assinalaram os outros factores elencados na tabela, porém todos com percentagem inferior a 10%.

A tabela 23 discrimina os factores assinalados pelos sujeitos pertencentes ao **G2**. A maioria (27,7%) afirmou que o que lhes fariam desistir do curso desejado, seria se este não garantisse ingresso no mercado de trabalho.

* Respostas assinaladas pelos sujeitos que abarcam dois factores

** Resposta assinada pelos sujeitos que abarcam quatro factores

Tabela 23: Factores assinalados pelos sujeitos do G2

Factores	Freq.	%	% Acum.
Concorrência no Vestibular	4	8,5	8,5
Não ser oferecido em Universidade Pública	12	25,5	34
Não ser oferecido nesta cidade	3	6,4	40,4
Não ter um bom mercado de trabalho	13	27,7	68,1
Outro motivo	8	17	85,1
Concorrência no Vestibular e não ter bom mercado de trabalho*	2	4,3	89,4
Não ser oferecido em Universidade Pública e nesta cidade*	1	2,1	91,5
Não ser oferecido em Universidade Pública e não ter bom merc. de trab.*	2	4,3	95,8
Não respondeu	2	4,3	100,1

Para 25,5% outro factor que lhes fariam desistir de suas escolhas seria o curso não ser ofertado em Universidade Pública. Já 17%, deste grupo, apontaram “outro motivo”, dentre estes, cinco sujeitos responderam que “nada os faria desistir”; para outros dois “não se identificar com o curso” seria um factor que o levaria à desistência; e, um dos sujeitos abandonaria sua escolha, caso precisasse “trabalhar para ajudar a família”.

4.2. Analisando as diferentes realidades

A partir de uma análise de correlação multivariada, tentamos estabelecer relações entre as variáveis propostas no questionário. Procuramos averiguar se existe relação entre idade e escolha profissional; renda e escolha; tipo de escola que o sujeito frequentou e escolha do curso; escolaridade dos pais e escolha profissional dos filhos. Também, procuramos observar se haveria alguma influência das ocupações dos sujeitos, durante o ano da pesquisa, com suas respectivas escolhas profissionais.

Submeteu-se as variáveis “idade”, “escolaridade dos pais”, “renda domiciliar”, “trajectória escolar” e “processo de escolha” (tipo de universidade, curso escolhido, critérios para escolha do curso e factores que levariam à desistência do mesmo) a uma análise multivariada, utilizando os testes de correlação de *Spearman*, *Pearson* e *Qui-Quadrado*, com índice de significância $<,05$.

* Respostas assinaladas pelos sujeitos que abarcam dois factores

A partir das análises elencada acima, observamos que algumas relações foram significativas e outras não. Dentre as que não apresentaram significância estão as relações que se tentou estabelecer entre idade e escolha profissional. Nos dois grupos ficou evidente que a idade do sujeito não interferiu na escolha do tipo de universidade (particular ou pública), no curso escolhido, nos critérios para escolha do curso e nos factores que levariam a desistência do mesmo.

No **G1** as correlações foram significativas ($p < ,05$) nos seguintes casos: **a)** escolaridade dos pais e critérios para escolha do curso. O teste de Pearson revelou um valor de significância de $p = ,01648$, para a correlação estabelecida entre escolaridade da mãe e critério utilizado pelo filho, e de $p = ,03726$ para a correlação escolaridade do pai e critério de escolha. **b)** a renda domiciliar familiar e critério para escolha do curso teve um índice altamente significativo com $p = ,00055$, a partir do teste de Pearson. As demais correlações realizadas não apresentaram valores significativos.

No **G2** as correlações foram significativas ($p < ,05$) nos seguintes casos: **a)** escolaridade dos pais (questão 2.2) e escolha do curso (questão 5,2). O teste de Pearson revelou um valor de significância de $p = ,02496$, para a correlação estabelecida entre escolaridade da mãe e o curso escolhido pelo filho, e de $p = ,02444$ para a correlação escolaridade do pai e escolha do curso. **b)** a renda domiciliar familiar e o tipo de universidade escolhida pelos sujeitos obteve índices significativos nos três testes utilizados (*Pearson* $p = ,02430$; *Qui-Quadrado* $p = ,01373$ e *Spearman* $p = ,00686$). **c)** a trajetória escolar (questão 3.1), de acordo com o teste de Spearman, exerce influência significativa $p = ,02696$ na escolha do curso pelos sujeitos. **d)** as ocupações dos sujeitos, pertencentes a este grupo, tiveram influência significativa, de acordo com o teste de Pearson $p = ,00110$, nos critérios que os mesmos utilizaram para escolher os cursos universitários. As demais correlações realizadas não apresentaram valores significativos.

V. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

A discussão dos resultados pretende responder às questões previamente formuladas neste estudo. Elencaremos a análise das respostas de acordo com a ordem em que as perguntas foram dispostas. Este item será abordado em duas partes, na primeira analisaremos e discutiremos apenas aqueles dados que descrevem a realidade dos sujeitos pertencentes ao **G1** e ao **G2**, na segunda parte descreveremos e faremos inferências a respeito das correlações entre as variáveis.

Esta pesquisa buscou descrever e explorar a realidade da escolha profissional em diferentes estratos socioeconômicos, para que isso fosse possível distribuíram-se, no questionário aplicado, temas que procuraram responder algumas inquietações.

Em função da pesquisadora, não ter delimitado a idade dos indivíduos que se propuseram participar da investigação, levantou-se uma questão: adolescentes e jovens adultos teriam suas escolhas permeadas pela idade?

A renda familiar poderia interferir na escolha profissional do sujeito, ou na escolha da instituição de ensino superior? Procuramos, também, averiguar se a escolaridade dos pais interfere nas escolhas dos sujeitos.

As condições de acesso à educação associadas à situação econômica dos indivíduos foram, também, motivo de averiguação, pois se a inserção no mercado de trabalho exige cada vez mais conhecimento, é preciso que os sujeitos possuam condições para custear seus estudos.

Para que fosse possível responder a tais indagações, utilizou-se uma análise de correlação multivariada a qual indicou que algumas variáveis tinham relação significativa com outras, porém nem todas. Abordaremos e discutiremos aquelas que foram consideradas significativas.

5.1. Analisando as diferentes realidades

O nível de escolaridade dos pais dos sujeitos, dos diferentes estratos socioeconômicos, permitiu perceber que existe uma delimitação bem nítida que caracteriza a realidade daqueles pertencentes à classe abastada e dos que compõem a classe popular.

A maioria dos pais, 52,5% dos pais e das mães, dos sujeitos de classe popular, possui ensino fundamental incompleto. Enquanto na classe abastada a maioria das mães (44,7%) possui curso superior e a maioria dos pais (38,3%) possui ensino médio completo.

Esta realidade foi constatada, também, por Audi (2006), que investigou a respeito das expectativas, dos adolescentes em ingressar no mercado de trabalho sua amostra foi composta por sujeitos oriundos de escolas públicas e privadas, e a grande maioria dos pais dos adolescentes pertencentes a classe popular, possuíam o ensino fundamental, enquanto os pais de classe média possuíam ensino superior.

A situação dos pais (escolaridade e ocupação) tem consequências nas escolhas dos filhos, ou seja, aqueles adolescentes que têm pais com ensino superior possuem uma visão das profissões diferente daqueles adolescentes de classe popular. Audi (2006) verificou em sua pesquisa que os adolescentes de classe popular não possuíam os pais como modelo de identificação, uma vez que eles já ultrapassaram os mesmos, no que se refere à escolaridade. Os adolescentes de escola particular ponderavam sobre as perspectivas dos pais em relação a eles.

Já Silva (1996) vai um pouco mais além, e afirma que até mesmo a aprovação no vestibular está ligada à escolaridade dos pais, uma vez que ela cita em seu livro dados da FUVEST os quais revelam que a maioria dos aprovados no vestibular, realizado por esta instituição, tem pais com ensino superior.

Nossa pesquisa não acompanhou o desempenho dos sujeitos no vestibular, porém os dados fornecidos por duas instituições de ensino, da mesma cidade, em que a pesquisa foi realizada, revelam que a maioria dos aprovados no vestibular, também tinha pais com ensino médio completo ou superior.

Com base em tais dados, poderíamos inferir que provavelmente os sujeitos pertencentes ao **G2** tiveram mais êxito, no Vestibular/2008, do que os pertencentes ao **G1**, porém afirmar tal suposição seria prematuro de nossa parte, uma vez que a pesquisa não previa uma averiguação a respeito do desempenho dos mesmos.

Um item que chamou atenção, apesar de não ser o foco da pesquisa, foi uma questão de gênero, pois se constatou no **G1** a maioria das mães é “do lar” e, no **G2** está foi a segunda ocupação mais praticada pelas mães dos sujeitos pertencentes a este grupo.

Uma pesquisa realizada por Ávila, Lemos, Tonin e Dias (2004), na mesma cidade em que aplicamos o questionário, revelou que dos 400 domicílios visitados pelos autores em 65% deles as mulheres eram “do lar”. Reafirmando que, na cidade de Santa Maria/RS/Brasil, ainda existe uma tendência da mulher cuidar dos proventos domésticos, enquanto o marido exerce a actividade remunerada.

A importância de comentar este fato ocorre pela sua dimensão social, e por ser este o tema desta pesquisa, seria displicente deixá-lo passar sem ressaltá-lo. Lane (1994) ressalva que os papéis realizados cristalizam-se e tornam natural o que é social.

O estabelecimento de papéis a serem desempenhados leva à sua cristalização, como por exemplo, o papel da mulher enquanto formas de ser e agir. Essa cristalização faz com que os papéis sejam vistos como tendo uma realidade própria, exterior aos indivíduos que têm de se submeter a eles, incorporando-os. (Lane, 1994, p. 83)

Um breve comentário a respeito desta cristalização de papéis faz-se necessária, uma vez que estes pais são modelos para seus filhos, bem como representam numa microestrutura – denominada família – as ideologias que ditam as normas da sociedade em geral. Lembrando que a maioria dos sujeitos desta pesquisa é adolescente e que estão construindo sua identidade (pessoal, sexual e profissional).

O grupo familiar constitui o grupo de participação e referência fundamental, e é por isso que os valores desse grupo, constituem bases significativas na orientação do adolescente, quer a família actue como grupo positivo de

referência, quer opere como grupo negativo de referência. (Bohoslavsky, 2007, p. 33)

As questões de gênero perpassam pela dinâmica familiar e insere-se no meio profissional, distribuindo e remunerando diferentemente homens e mulheres.

Se é certo que nossa sociedade se desenvolve em direção à igualdade de oportunidades ocupacionais para homens e mulheres, não é menos certo que as ocupações não são consideradas como sexualmente neutras. Há ocupações mais ou menos ‘masculinas’ ou ‘femininas’ e o adolescente integra esta valoração em sua identidade ocupacional. (Bohoslavsky, 2007, p. 36)

Adentrar nestas questões de gênero, não é o objectivo desta pesquisa, porém é válido reflectirmos sobre elas, pois ela esteve presente nos dados colhidos, e de acordo com o autor citado acima, a forma de organização e distribuição de papéis dos adultos, interfere na construção da identidade do adolescente.

No item que se refere às “Projeções X Realizações” constatou-se que os indivíduos pertencentes ao **G1**, na sua maioria trabalha e faz curso pré-vestibular. No ano anterior ao da pesquisa, a maioria dos sujeitos do **G1** (27,5%), bem como a maioria dos indivíduos do **G2** (66%) planejava apenas cursar uma faculdade. Entretanto a diferença mais significativa ocorreu, nas demais alternativas, pois boa parte dos indivíduos do **G1**, 22,5% assinalou que planejou trabalhar e cursar faculdade, e outros 22,5% almejam trabalhar e fazer curso pré-vestibular. Enquanto os indivíduos do **G2** apenas 2,1% assinalaram cada uma destas alternativas.

Sparta e Gomes (2005), numa pesquisa realizada com estudantes que concluíam o ensino médio, verificaram que aqueles estudantes pertencentes a escola particular assinalaram com maior frequência a alternativa pré-vestibular, quando indagados sobre o que gostariam de fazer ao concluírem o ensino médio. Enquanto os indivíduos pertencentes as escolas públicas responderam a esta mesma questão, informando que gostariam de fazer curso pré-vestibular, curso profissionalizante e ingresso no mercado de trabalho.

Os referidos autores comentam a respeito das opções feitas pelos indivíduos pertencentes às escolas públicas.

Esses resultados podem estar associados à situação socioeconómica dos participantes, já que a entrada imediata no mercado de trabalho subentende o aumento da renda familiar. Por outro lado, a importância atribuída pelos estudantes das escolas públicas à alternativa curso pré-vestibular pode ter relação com uma preocupação com a qualidade de formação escolar. (Sparta e Gomes, 2005, p. 50)

Com relação as projecções para o próximo ano, 80% dos sujeitos pertencentes ao **G1** afirmaram que gostariam de frequentar uma faculdade e também trabalhar. Verificamos a importância do trabalho para estes sujeitos, provavelmente, porque eles dependem deste para sustentar os gastos com os estudos.

Mesmo a universidade sendo pública e gratuita, existe despesas com transporte, alimentação e material didáctico, por exemplo. “Eles têm consciência de que, da possibilidade de estar empregado depende a concretização do sonho de cursar uma faculdade”. (Audi, 2006, p. 54)

Numa pesquisa realizada por Bardagi, Lassance, Paradiso e Menezes (2006) com estudantes formandos, a respeito das suas percepções sobre escolha profissional e inserção no mercado de trabalho, os participantes revelaram, que o envolvimento maior com as actividades académicas (monitorias ou projectos de pesquisas) aumenta a satisfação da escolha profissional. Todavia, constataram que muitos dos participantes estavam envolvidos com actividades remuneradas fora de seus cursos. O que, segundo os autores, interfere negativamente na formação dos indivíduos.

“O aluno que necessita contribuir para a renda familiar, por exemplo, provavelmente irá priorizar a obtenção de um emprego e se envolverá menos com as actividades do curso.” (Bardagi et al, 2006, p.76)

Esta realidade é vivenciada pelos participantes do **G1**, uma vez que estes adolescentes e adultos jovens vislumbram ingressar no ensino superior, sem abrir mão do trabalho. No entanto, de acordo com os autores citados acima, não há como negar,

que há uma desvantagem evidente, entre eles e aqueles que terão o tempo livre para dedicar-se apenas aos estudos e/ou actividades extracurriculares associadas ao curso.

Os participantes do **G2**, quando indagados sobre seus planos futuros, a maioria deles (36,2%) afirmou, que pretende cursar faculdade e curso de idiomas.

O mercado de trabalho, hoje, exige profissionais polivalentes e que saibam mais de uma língua, portanto poderíamos prever, qual dos dois grupos teria mais chances de ingressar com maior facilidade no mercado de trabalho, uma vez que têm maior disponibilidade de se aprimorar e, portanto tornar-se mais competitivo.

“Ser habilitado nas novas tecnologias (uso de computador, domínio de língua estrangeira, capacidade actualização profissional permanente) significa ampliar as possibilidades individuais de obtenção de um bom emprego – em qualquer sector”. (Schwartz, 2000, p. 14)

Ivatiuk (2004) compartilha desta mesma ressalva e acrescenta que além do avanço tecnológico ditar as exigências para os trabalhadores, a educação não tem feito a sua parte e todo ano lança no mercado, profissionais obsoletos que precisam lidar com o inovador.

Sendo assim, gostaríamos de levantar alguns questionamentos, como o indivíduo de classe popular fará para custear todos estes requisitos, pois nenhum deles obtém-se de forma gratuita em nosso país? Sendo assim, há possibilidade dos indivíduos pertencentes a classe popular, concorrer de forma igualitária com indivíduos oriundos uma situação económica mais favorável?

Responder a tais questões seria simples, caso utilizássemos um pensamento linear e matemático. A probabilidade apontaria que os indivíduos de classe abastada saíram com grande vantagem na corrida ao ingresso no mercado de trabalho. No entanto, quando pensamos a partir de possibilidades percebemos que não há nada que impeça o sucesso profissional, daqueles que, aparentemente, estariam em desvantagem.

Referente às justificativas, dos jovens, a respeito dos seus objectivos que não foram alcançados de um ano para o outro (de 2006 para 2007), percebemos que no **G1**,

10% dos participantes afirmaram que não obtiveram acesso aos cursos preparatórios para o vestibular. Isto reflecte uma dinâmica social que há anos vem sendo configurada, pois indivíduos de classe popular têm grande dificuldade de acessar os níveis de estudos mais elevados.

A definição dos fins sociais da educação implicam, pois, a proposição dos interesses de uma determinada classe social. O acesso à escola e a qualidade de ensino têm sido reivindicações das classes populares. Contudo, a escola tem respondido a estas aspirações com a experiência do fracasso e da marginalidade, cuja responsabilidade é atribuída à própria criança ou ao seu meio social. (Miranda, 1994, p. 133)

De acordo com a ideia da autora citada acima, evidencia-se que por mais que os indivíduos oriundos de classe popular almejem ingressar na faculdade, eles precisam batalhar muito para alcançar tal objectivo e, se ele não consegue, cabe a ele toda responsabilidade por tal fracasso.

Corroborando com esta constatação, os sujeitos desta pesquisa, ao serem questionados sobre a que eles atribuíam a não realização dos projectos feitos no ano anterior, a maioria dos sujeitos do **G2** (38,3%) respondeu que “eles são os responsáveis por não atingir seu objectivo”. Apenas um sujeito, cogitou que a forma de acesso à universidade é algoz, ou que o ensino médio não lhe preparou da forma necessária para enfrentar o concurso.

Os sujeitos pertencentes ao **G1** também tiveram um número significativo de indivíduos (27,5%), que se responsabilizou por não realizar o que havia projetado. “(...) o sofrimento social não tem visibilidade: ele se inscreve no interior das subjectividades sem, no entanto, ser compartilhado colectivamente”. (Carretero, 2003, p. 57)

Bastos (2005) deparou-se com respostas semelhantes de um grupo de adolescentes de classe popular, ao serem indagados sobre as causas das reprovações no vestibular, um número significativo deles, assim como os sujeitos da presente pesquisa, apontou que foi por falta de dedicação pessoal.

(...) os jovens têm atribuído a si próprios a culpa pelo fracasso, apesar de estarem inseridos num modelo capitalista excludente que faz com que os membros de suas classes tenham poucas oportunidades de alcançarem o sucesso. Em nenhum momento eles questionaram esse modelo e sua perversidade na selecção dos ‘mais aptos’, ‘mais bem preparados’, ‘mais adequados’. (Bastos, 2005, p. 37)

Tendo em vista que estes jovens estão em busca de ampliar seus conhecimentos e, conseqüentemente, melhorar suas condições de vida, através do ingresso no mercado de trabalho, percebemos que estes encontram a primeira barreira. Esta barreira sinaliza que não há lugar para todos, e que há espaço apenas para os “melhores”. Implicitamente, poderíamos ler a seguinte mensagem - se você não passou pelo vestibular, você não tem capacidade para ingressar no meio profissional qualificado.

(...) considero que o que há de mais perverso na sociedade é o fato de a própria estrutura que exclui dispor de mecanismos para levar todos, inclusive e principalmente os excluídos, a acreditarem numa suposta ‘força própria de vontade’ e a se verem desprovidos de tal ‘força’ e demais atributos que pretensamente os tornariam ‘incluídos’ (...) sua não-posse retorna ao indivíduo de modo a culpabilizá-lo por seu fracasso pessoal. (Violante, 1997, p. 60)

Situação semelhante ocorre com indivíduo que se encontra em situação de desemprego. O trabalhador tende a descrever (...) “o desemprego como decorrência de deficiências pessoais, ele passa a procurar em sua história de vida as causas que o levaram ao desemprego.” (Barbara, 1999, p. 47)

As palavras da autora, citada acima, poderiam facilmente ser transportadas para a realidade destes sujeitos, que estão vivendo uma corrida desenfreada, na qual uma minoria ínfima alcançará a repta final.

O vestibular na Universidade Pública, da cidade em que a pesquisa foi realizada, tem todo ano de 15 a 20.000 inscritos, sendo que os aprovados não chegam a 2.000. Os vestibulandos e a comunidade em geral, não questionam este método de selecção dos

“mais aptos” e condena aqueles que reprovaram, ao comentarem que ele deveria ter estudado mais (inclusive nos finais de semana), ou que ele é muito nervoso e precisa tomar alguma medicação no próximo ano. Quem não ficaria ansioso ao ter que passar por um funil destes?

A selecção pela qual passam todos os candidatos que aspiram ingressar no ensino superior é desumana e cruel. O vestibular é “vendido” como justo e democrático, pois todos passam pelo mesmo processo, todavia, o que questionamos e criticamos são as condições de preparo desiguais, pois como já foi exposto anteriormente, estudantes oriundo de escolas públicas, principalmente as de periferia, não têm o mesmo nível de ensino do que as particulares.

O comentário de Arpini e Quintana (2003, p. 34) reflecte sobre esta situação “a mesma sociedade que os generaliza, quando trata de estabelecer um diagnóstico e compará-los com o ideal definidor, é a que estabelece uma forma de tratamento diferenciada ao considerar seus espaços e oportunidades em relação ao emprego, estudo, formação e tratamento”.

Em outras palavras a sociedade se diz justa ao disponibilizar um meio igualitário de selecção ao nível superior – o vestibular, porém não é justa ao oferecer formas de ensino adequadas para que todos possam se preparar e enfrentar a maratona de provas com o mínimo de disparidade possível. Sabemos que as diferenças sempre existirão e não se trata de padronizar saberes, pois cada indivíduo construirá o seu conhecimento, porém a oferta dele precisa ser menos díspar.

Na questão que se referia à escolha dos cursos, verificamos diferenças significativas, nos interesses dos sujeitos pertencentes a um grupo ou outro. Um fato interessante nos chamou atenção, pois dentre os sujeitos pertencentes ao **G1**, verificamos que a maioria deles (12,5%) estava em dúvida entre dois cursos. Se somarmos, a esta percentagem, o número de sujeitos que estava em dúvida, ou seja, aqueles que sequer conseguiram apontar um ou mais cursos que lhes interessavam naquele momento (7,5%), temos um total de 20% de sujeitos que não estavam aptos a escolher.

Estas estatísticas fazem-nos questionar o que acontece com tais sujeitos? Será que eles não têm informações suficientes sobre os cursos? Será que para eles importa é frequentar o ensino superior, independente de qual curso? Ou será que eles sabem o que querem, porém, dentro das limitações, como por exemplo, optar por um curso noturno ou menos concorrido, suas escolhas ficam restritas.

Responder a estas questões seria mais prudente se fizéssemos uma nova pesquisa, entretanto outros pesquisadores adentraram nestes factores, portanto gostaríamos de acrescentar aqui suas constatações, para que possamos reflectir, sem concluir sobre o que pode ter acontecido com os sujeitos desta pesquisa.

Sparta, Bardagi e Andrade (2005) ao averiguarem sobre o nível de exploração e informação profissional entre estudantes de baixa renda, concluíram sobre a necessidade de maiores pesquisas, desenvolvimento de métodos e técnicas mais adequadas a esta população.

“(…) confirmou-se a importância do comportamento exploratório para a construção do projecto profissional, e a necessidade de intervenções que contemplem o fornecimento e a discussão de informações profissionais, principalmente com alunos de baixa renda”. (Sparta, Bardagi e Andrade, 2005, p. 86)

No **G1** predominou os cursos oferecidos à noite e com menor concorrência. Já no **G2** apareceram cursos mais concorridos, como por exemplo, Medicina e Engenharia e, também cursos onerosos, como Arquitectura e Odontologia.

Silva (1996) abordou esta questão da escolha dos cursos pelos sujeitos, pertencentes a estratos socioeconómicos diferentes. Ela convencionou que o *status* dos cursos seria maior ou menor, de acordo com o ponto de corte²¹ e com o número de candidatos por vaga.

²¹ Número de acertos mínimos que o indivíduo precisa obter, durante o vestibular, para ingressar no curso desejado. Este número varia de um curso para outro, de uma universidade para outra, e até mesmo de um vestibular para outro, porém geralmente aqueles que têm alto ponto de corte num ano, tendem a

O *status* ou prestígio social associado a um curso, a uma profissão ou a um produto qualquer, de acordo com Fantino (1983), é o resultado de uma valoração que os próprios indivíduos atribuem a algo ou alguém, pode ocorrer que o objecto em si tenha mais ou menos valor do que aquele atribuído por aquelas pessoas, naquela sociedade naquela época.

Utilizaremos os mesmos critérios utilizados pela autora, referida acima, para comentarmos a respeito das escolhas feitas pelos sujeitos do **G1** e do **G2**, pois entendemos que a corrida demasiada por alguns cursos e o desinteresse por outros, estão associados ao *status* que os sujeitos atribuem a determinados cursos e profissões.

Elencamos o *status* dos cursos, citados pelos sujeitos desta pesquisa, em função do ponto de corte e da relação candidato/vaga. A partir dele podemos verificar a distribuição dos sujeitos pertencentes tanto à classe popular quanto à classe abastada (Ver anexo 4).

Ao observarmos as respostas dos sujeitos à questão que indagava-lhes a respeito de sua escolha profissional, percebemos que o **G2** concentrou suas opções nos cursos considerados de alto *status*, pois são aqueles mais concorridos na Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil. À medida que a escala de prestígio reduz, reduz também o interesse destes sujeitos.

Dos 17 cursos de alto *status*, os participantes do **G2** demonstraram interesse por 12 deles. Dos 11 cursos classificados como médio *status*, apenas 4 deles despertaram interesse nos participantes deste mesmo grupo. E, dos 6 cursos classificados como baixo *status*, apenas 1 indivíduo demonstrou interesse por um dos cursos. Os sujeitos pertencentes ao **G1** assinalaram interesse em 7 dos cursos de alto *status*, 8 nos de médio e 5 nos de baixo *status*.

A partir dos interesses dos sujeitos verificamos interesse opostos, no que se refere ao *glamour* dos cursos. Os indivíduos de classe abastada inclinaram-se com maior

permanecer entre os cursos com maior pontuação nos próximos anos, assim como aqueles que têm pontuação baixa.

frequência pelos cursos de alto *status*, enquanto os indivíduos de classe popular demonstraram interesse pelos cursos de menor *status*.

Inferimos, também, que os cursos escolhidos pelos sujeitos do **G1** são considerados menos onerosos, pois sabemos que o curso de Arquitetura e Odontologia, por exemplo, exigem que o estudante adquira equipamentos necessários ao seu aprendizado, os quais não estão acessíveis àqueles que precisam custear a faculdade, e muitas vezes a própria família.

Fantino (1983) salienta que a sociedade tende a atribuir valores às profissões, sendo que as de maior prestígio são aquelas ligadas ao processo de desenvolvimento do país. Portanto, cada país terá demandas próprias e assim atribuirá maior ou menor valor às profissões, de acordo com suas demandas. No Brasil, hoje, as profissões mais valorizadas ainda são Medicina, Direito e Engenharia.

“Essas profissões têm uma imagem de *status* social que nenhuma outra ainda alcançou (...)”. (Soares, 2002, p. 53)

A questão seguinte àquela que os sujeitos apenas elencaram os cursos de seus interesses, foi a que lhes questionava a respeito dos critérios que utilizaram para basear suas escolhas.

Ao traçar um paralelo entre os dois grupos, percebemos que um maior número de sujeitos (27,5%) do **G1** afirmou que o único critério utilizado, foi “gostar muito do curso”, independente do ponto de corte ou concorrência, enquanto no **G2**, este factor apareceu, apenas, para 8,5% dos sujeitos.

Diante deste factor é possível que levantemos algumas hipóteses: para sujeitos oriundos de classe popular, cujos pais, na maioria, possuem ensino fundamental incompleto, o fato de ingressar no ensino superior, poderia, por si só, representar uma ascensão.

(...) “estes jovens da escola pública vêm no curso superior uma possibilidade de ascender socialmente e aspiram melhores posições na sociedade do trabalho do que as que lhes são oferecidas”. (Audi, 2006, p. 52)

Os sujeitos pertencentes à classe abastada, por sua vez, têm uma situação económica estável, seus pais têm, na maioria, ensino médio e superior completo, isso poderia justificar a preocupação dos mesmos com o mercado de trabalho, uma vez que eles precisam manter o *status* da família.

(...) “os jovens da escola particular parecem muito comprometidos com a manutenção de um *status* social conquistado pelos pais.” (Audi, 2006, p. 53)

Audi (2006, p. 51), em sua pesquisa, constatou um quadro semelhante a este, e afirmou

(...) o que mais chama nossa atenção é o fato dos jovens entrevistados da escola pública terem como projecto cursar uma faculdade, e basearem a escolha do curso superior em suas preferências e no gosto pessoal, ou seja, uma escolha na qual predominam os desejos. (...) os jovens da escola particular incluem na escolha da profissão a ideia de segurança de entrada no mercado de trabalho.

Referente ao que a autora comentou a respeito da escolha profissional baseada nos desejos, das doze categorias de respostas elencadas pelos sujeitos, pertencentes ao **G1**, verificou-se que em cinco delas estava presente o “gosto muito”, associado a outro factor. Para estes sujeitos o interesse dividiu, com igual importância, o turno no qual o curso é oferecido, neste caso à noite, e o fato da instituição ser pública e gratuita²².

Para os sujeitos pertencentes ao **G2**, os critérios foram outros, com excepção da instituição pública, que para eles é um factor com bastante peso, os demais critérios foram diferentes dos elencados pelo **G1**. O mercado de trabalho, comentado acima, teve tanta importância quanto o fato da instituição ser pública.

²² No Brasil, todas as instituições públicas são totalmente gratuitas, os estudantes pagam apenas pelo seu deslocamento, custos com material didático e alimentação, sendo que a alimentação pode ser efetuada a baixíssimo custo, se o sujeito comprovar que necessita de tal benefício.

“No momento da escolha, o jovem tende a idealizar o seu futuro, o que não ruim, mas, sem perceber, idealiza a sociedade e o mercado de trabalho como algo isolado, cristalizado e sem movimento”. (Andrade, Jesus, Meira e Vasconcelos, 2002, p. 51)

A preocupação com o mercado de trabalho, mais presente entre os sujeitos do **G2**, pode ser em função de inúmeros factores, desde a necessidade de responder à família ou à sociedade, uma vez que o trabalho, da forma como é visto hoje, é crucial na vida dos sujeitos.

(...) “o trabalho passa a se constituir como uma via de subjectivação. Afinal a disciplina social pauta o mesmo como um valor essencial para a inserção social. Quem não trabalha, não produz, então, é dispensável ao sistema.” (Wickert, 1999, p.68)

De acordo com a autora acima, a sociedade hoje é norteadada pela produção, ou seja, o indivíduo vale o tanto que produz, portanto podemos imaginar o quanto isto representa para estes sujeitos, uma vez que eles estarão ingressando no mercado de trabalho pela primeira vez, pois até então e durante a faculdade seus pais custearão seus estudos.

Para os sujeitos do **G1**, esta preocupação não esteve tão evidente, talvez, porque eles já estão inseridos no mercado, já estão produzindo algo, mesmo que não seja baseado nos seus desejos.

“Actualmente, por estarmos inseridos em uma sociedade predominantemente capitalista, o trabalho ocupa um lugar central na vida dos indivíduos”. (Carlotto e Kalil, 2002, p. 86)

Se o trabalho é tão importante assim na vida dos indivíduos, não há como não sê-lo para aqueles que irão investir alguns anos de suas vidas se preparando para desempenhar tal função.

Verificamos que o interesse pelo curso, não teve muito peso, para os sujeitos do **G2**, uma vez que das oito categorias, por eles citadas, em cinco delas apareceu “gosto do curso” associado à outro factor, ou seja, a intensidade do interesse, ficou bem menor

do que os sujeitos do **G1**, que consideraram necessário “gostar muito” do curso, para optar por ele.

Outra situação interessante, e presente apenas nas respostas dos sujeitos do **G2**, foi o fato de agradar seus familiares, evidente que não foi um valor significativo, em termos de percentagem de respostas, porém, qualitativamente, podemos reflectir um pouco sobre esta questão.

Se, os sujeitos pertencentes à classe abasta, apontaram sobre a importância da aprovação dos pais, poderíamos levantar algumas hipóteses, a respeito do porquê isto acontece. Eles poderiam estar preocupados com a manutenção do *status* adquirido por seus familiares, e também, sentirem-se compelidos a dar um retorno aos investimentos, financeiros e emocionais, que seus pais depositaram, durante o último ano.

O quadro 2 mostrou que os valores cobrados pelos cursinhos preparatórios para o vestibular são bem significativos, portanto, mesmo que implicitamente, os sujeitos sentem a necessidade de dar um retorno satisfatório – a aprovação.

Fantino (1983) comenta a respeito do dilema que pode envolver os indivíduos, numa situação em que estes se sentem compelidos a responder às aspirações familiares, muitas vezes deixando de lado algumas opções “incertas”, as quais não lhes garantiriam estabilidade e segurança.

Nossa pesquisa não investigou a respeito do problema vocacional, porém poderíamos inferir que a família tem alguma parcela significativa de influência nas escolhas dos sujeitos do **G2**, pois caso contrário este critério não teria sido assinalado pelos mesmos. Acreditamos que alertar para tal factor se faz necessário, uma vez que os desejos (implícitos ou explícitos) dos pais sobre os filhos vão além da escolha profissional.

(...) “se os pais não conseguirem lida com seu narcisismo, não possibilitarão aos seus filhos também lidarem, pois esses filhos continuarão sendo a extensão deles próprios como filhos idealizados e não como seres individualizados, diferentes dos pais.” (Filho, 2006, p. 35)

Logicamente, não adentraremos nestas questões inconscientes ou nas influências familiares, pois estamos contextualizando socialmente a questão da escolha profissional. No entanto, o indivíduo e sua família estão permeados pelo sistema ao qual se inserem, e tais idealizações e demandas dos pais, muitas vezes, são oriundas de um sistema com características próprias, afinal toda comunidade, seja ela capitalista, comunista, socialista ou indígena, tem suas regras “latentes” e “manifestas”.

No nosso caso, vivemos uma relação social muito bem estabelecida, uma definição das formas de produção muito clara, que estabelece o papel do homem, as relações que ele deve ou não manter com seus semelhantes. Trata-se do modo de produção capitalista. Esse modo de produção permeia literalmente toda a actividade do homem: ‘com quem você se relacionará’, ‘o que você produz’, ‘o que consome’, ‘de que maneira você produz’, ‘de que maneira você consome’. (Codo, 1994, p. 140)

Percebe-se que ambos os grupos (**G1** e **G2**) recebem influências do meio ao qual estão inseridos, reforçando mais uma vez a ideia de que a escolha profissional, e tantas outras escolhas, estão permeadas pelo contexto social, económico e histórico. É importante salientar que as escolhas são permeadas e não determinadas, pois caso contrário estaríamos afirmando que os indivíduos não são sujeitos e sim objectos da sociedade a qual estão inseridos.

Audi (2006, p. 51) interpreta o mesmo resultado de uma forma mais crítica ao afirmar que

(...) eles estão submetidos às determinações do campo social de sua classe, e muitas vezes não tem um leque muito grande de opções pela frente, o que acaba levando estes jovens a aspirarem nada mais e nada menos do que o que lhes foi designado pelo seu campo social.

Acreditamos que nenhum sujeito está imune às influências do seu meio, porém entendemos que todos os indivíduos são dotados de conhecimentos (independente do grau de escolaridade) e desejos e a partir disso fazem seus projectos, suas escolhas, e optam por acatar ou modificar o meio ao qual se inserem.

Quando indagados sobre o lhes fariam desistir do curso desejado, os sujeitos do **G1** apontaram 13 factores, uma vez que lhes foi permitido assinalar mais de uma alternativa, portanto eles poderiam marcar uma das seis alternativas que lhes foram apresentadas ou uma combinação entre duas ou mais opções.

Dentre os 13 factores, dois deles apresentaram certa frequência entre as respostas – a concorrência no vestibular e o curso não ser ofertado à noite. Estas respostas corroboram com as questões que lhes antecederam no tema “Escolha Profissional”, pois nas três foi possível perceber a influências destes factores nas suas escolhas.

A questão 5.1. complementa esta verificação, pois ao escolher o curso, observou-se que a tendência deste grupo foi assinalar cursos que na sua maioria eram oferecidos à noite e com menor concorrência (menor ponto de corte e menor relação candidato/vaga).

“(…) a necessidade de trabalhar, a falta de recursos para pagar um cursinho pré-vestibular ou uma faculdade, a impossibilidade de concorrer com igualdade com alunos oriundos de classes economicamente favorecidas, podem ter um peso decisivo na concretização de suas escolhas”. (Bastos, 2005, p. 32)

Os factores elencados pela autora acima, realmente foram citados pelos indivíduos pertencentes ao **G1**, apesar de eles terem noção do quanto estas barreiras estão presentes, eles dedicam-se e sacrificam-se, no mínimo, durante um ano, preparando-se para a grande competição chamada vestibular.

(…) ”o vestibular, hoje é uma barreira bastante rígida que serve para distribuir os privilegiados, já seleccionados pelas escolas de ensino fundamental e médio”. (Bastos, 2005, p. 37)

Acima a autora refere-se o quanto aqueles sujeitos, que tiveram a possibilidade de cursar o ensino fundamental e médio em escolas particulares, além de cursar um pré-vestibular, têm suas chances aumentadas, no que se refere a aprovação no vestibular, quando comparados àqueles indivíduos que precisam trabalhar e fazer um ensino médio numa escola pública.

Cabe aqui uma ressalva a respeito da qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, uma vez que não se trata de depreciar o ensino público sem embasamento algum. Utilizamos anteriormente os dados do Exame Nacional de Ensino Médio, realizado em 2007 no Brasil (ver anexo 5), eles foram representados no gráfico 5, e foram usados como parâmetro para basear nossa afirmativa de que existe diferença no desempenho de um estudante oriundo de uma escola pública e de uma privada.

Retomando os factores que levariam os sujeitos do **G1** desistir do curso escolhido, verificou-se que a maioria deles assinalou a alternativa que dizia “outro motivo”. Destes, quatro apontaram que “nada lhes faria desistir do curso escolhido”, demonstrando certa onnipotência, ou que lhes custaria muito deixar sua escolha para trás, uma vez que eles, na sua maioria, apontaram que fizeram uma escolha baseada no interesse/desejo.

Para os sujeitos do **G2**, os factores que lhes fariam desistir de suas escolhas, ficaram distribuídos entre 8 alternativas, porém a que teve maior evidência foi a de que o curso não fosse oferecido em universidade pública.

Algumas hipóteses podem ser levantadas quanto a estas respostas, uma delas seria o fato de que uma parcela significativa (12,7%) destes indivíduos estão incertos sobre suas escolhas, portanto se fosse necessário desistir do curso em função de uma escolha errônea, o investimento dos pais seria menor do que se ele tivesse cursado um semestre, por exemplo, numa particular.

Outra hipótese seria que a maioria dos indivíduos deste grupo, 23,4% deles, optou por um curso (Medicina) que só é oferecido em instituição pública na referida cidade.

Poderíamos elencar inúmeras hipóteses, porém elas não teriam grande validade, uma vez que não questionamos os sujeitos a respeito disso, portanto não nos prolongaremos em cima de possibilidades. No entanto é válido afirmar que as diferenças são significativas, no que se refere às possibilidades de escolhas para um grupo ou outro.

Os sujeitos que compuseram os grupos **G1** e **G2** sofreram influências de seu meio, uns ficaram restritos à oferta de cursos à noite e outros de cursos oferecidos em

universidade pública. O **G1** apontou que a concorrência poderia fazer-lhe desistir da sua escolha, o **G2** afirmou que desistiria do curso, caso ele não fosse oferecido em Universidade Pública.

Os critérios para escolher um curso também divergiram nos dois grupos, de um lado estavam aqueles que necessitavam ter interesse (gostar do curso), enquanto para os outros o mercado de trabalho foi factor decisivo para escolher ou abandonar um curso ou profissão.

5.2. Discutindo a análise das diferentes realidades

Ao relacionarmos as variáveis entre si, para averiguar o quanto uma interferiria na outra, verificamos que algumas possuíam relação significativa, enquanto outras foram descartadas.

Dentre as correlações significativas, está a influência da escolaridade dos pais e a renda familiar nas escolhas dos sujeitos pertencentes ao **G1**. No que se refere à escolaridade dos pais, inferimos que estes indivíduos almejam superá-los, provavelmente porque acompanharam seus pais no desempenho de actividades, das quais não gostavam ou que eram mal remuneradas e desvalorizadas socialmente.

“As representações relativas às profissões estão vinculadas à posição social que os indivíduos efectivamente ocupam”. (Silva, 1996, p. 68)

As representações a respeito das profissões, dos indivíduos de classe popular podem ser construídas a partir de uma visão distorcida das mesmas, pois muitas vezes o que ele conhece da realidade de um advogado, por exemplo, é aquela caricatura de profissional que aparece nos filmes. Há, também, a possibilidade do desconhecimento de um cabedal de profissões, aquelas que não têm tanto *glamour*, quanto as tradicionais Medicina, Direito e Engenharia.

“As informações tendem a ser assimiladas de modos diferentes segundo *habitus* de classe e a distância em que o indivíduo se situa em relação ao lugar que o profissional ocupa na escala social.” (Silva, 1996, p. 70)

Os indivíduos pertencentes ao **G1** não puderam contar com os conhecimentos e contactos dos pais para ingressarem no mercado de trabalho ou no ensino superior, pois estes mal terminaram o ensino fundamental. Enquanto os indivíduos pertencentes ao **G2** possuem um conhecimento, mesmo que informal, a respeito da rotina de trabalho de um médico, por exemplo.

A renda familiar, por sua vez, influi em todo aparato que o indivíduo precisa ter ao se deparar com o vestibular, um indivíduo oriundo de classe popular que precisa trabalhar e ainda achar tempo e disposição para frequentar o cursinho pré-vestibular e ainda estudar e rever o conteúdo. Esta realidade se repetirá no ensino superior, caso ele seja aprovado no concurso.

“Como poderá estar atento à aula no período da noite, até as 23 horas, quando passou todo o dia trabalhando e no dia seguinte também deverá acordar cedo e começar tudo de novo?” (Soares, 2002, p. 49)

O cursinho tornou-se uma ferramenta indispensável aos pré-vestibulandos, eles necessitam deste instrumento para sentirem-se aptos a enfrentar uma maratona de provas. Não discutiremos aqui a validade desta ferramenta, que os vestibulandos insistem em não abrir mão, pois nosso intuito foi o de apenas salientar a importância deste aos indivíduos.

Os cursinhos são, na maioria, empresas especialistas na *arte de fazer passar* (grifos da autora), atingindo uma grande população de classe média. Por se tratar de um acontecimento muito significativo na vida dos jovens, na dos seus familiares e também para a sociedade, as pessoas envolvidas em geral encontram-se susceptíveis a fazer qualquer investimento pelo ‘bem do filho’. (Soares, 2002, p. 68)

Os dados fornecidos pelos sujeitos pertencentes ao **G2** apresentaram correlação significativa entre as variáveis **escolaridade** dos pais e **escolha** do curso dos filhos,

corroborando mais uma vez com as constatações anteriores. É bem provável que estes indivíduos tenham a incumbência (mesmo que velada) de manter o *status* familiar. Há casos em que os pais prometem, claramente, que se o filho passar em medicina, por exemplo, têm a vantagem de ter o consultório e os clientes do pai.

Cada filho recebe uma carga de expectativa dos pais, devendo cumpri-la ao longo de sua vida. A necessidade de cumprir ou não os desejos dos pais varia de uma pessoa para outra e também de acordo com o grupo social do qual faz parte. (Soares, 2002, p.74)

A **renda** familiar e a **escolha** pela instituição de ensino também tiveram uma correlação significativa, o que nos permite inferir que isso ocorreu em função dos cursos almejados por estes indivíduos serem ofertados apenas na universidade pública. Por outro lado, pode estar implícito um pré(conceito) presente entre os brasileiros, que afirmam que a instituição pública é superior à instituição privada.

Silva (1996, p. 109) comenta a respeito deste fato em sua pesquisa, de acordo com ela os indivíduos inscrevem-se na instituição pública, não só pela gratuidade dos cursos, mas também pelos cursos ser considerados de “maior prestígio do que os oferecidos pelas faculdades particulares”.

Na cidade onde aplicamos os questionários a relação candidato/vaga na universidade pública é muito superior aos da particular. Acreditamos que os indivíduos baseiam suas avaliações a respeito da qualidade de ensino em função da concorrência da instituição, uma vez que eles deixam dezenas de concorrentes para traz, na maratona chamada vestibular, significa que ele é muito bom. Nesta mesma lógica de raciocínio uma instituição composta por acadêmicos brilhantes, só pode ser brilhante.

Acreditamos que essa é uma teoria que norteia as escolhas dos indivíduos nesta cidade, entretanto afirmar que isso ocorre, seria prematuro de nossa parte, uma vez que não averiguamos a razão pela qual cada indivíduo escolheu uma universidade ou outra.

A trajetória escolar também tem relação significativa com a escolha dos cursos, dos indivíduos pertencentes ao **G2**, reforçando a ideia desenvolvida anteriormente, de

que aqueles que estão mais bem preparados poderão arriscar se inscrever para um curso mais concorrido.

As ocupações dos indivíduos pertencentes ao **G2**, no ano da pesquisa, tiveram relação significativa com os critérios considerados por eles importantes na hora de optar um curso. Podemos inferir que o fato destes indivíduos dedicarem-se exclusivamente à preparação para o vestibular, lhes permite certa vantagem para escolher um curso concorrido. Um dos critérios que teve mais peso na escolha destes indivíduos foi o mercado de trabalho, pois como já discurremos anteriormente, isto reflecte a preocupação com manutenção do *status* familiar já adquirido pelos pais.

Diante de todas as informações colhidas nesta pesquisa verificamos que a escolha profissional não pode ser entendida como um fato isolado ou como um recorte na vida do sujeito. Optar ou não por uma profissão é algo complexo, e não se restringe a um momento na vida do sujeito, visto que é um processo que se desenvolve com o indivíduo e com o ambiente ao qual ele está inserido, portanto a decisão profissional não pertence apenas aos conhecimentos da psicologia apenas.

(...) se orientação vocacional significa o processo pelo qual se ajuda uma pessoa a escolher uma ocupação, a preparar-se para ela, ingressar e progredir nela, ela não se reduz á psicologia, pois que, ajudar uma pessoa não se reduz a ajudá-la psicologicamente (identificar aptidões, interesses, autoconceitos etc.). Esta ajuda é parcial e fragmentária, pois que a pessoa não é a soma de constructos psicológicos; e também não é parte de psicologia (como não é de sociologia, de economia, etc.). (Pimenta, 1979, p. 42)

A ideia do autor citado acima, apesar de ser da década de setenta, é vanguarda até mesmo para os dias actuais, visto que ainda existe a tendência de fragmentarmos o ser humano. Cada ciência estuda uma parte do indivíduo, enquanto outras estudam o meio, porém estudar a relação entre um e outro, e perceber que o todo é muito mais do que a soma das partes, ainda é uma teoria pouco explorada.

Ao explorarmos como é ser um adolescente ou um adulto que escolhe uma profissão nos dias de hoje, tentamos ressaltar sobre a importância de uma visão sistêmica deste processo. O processo de escolha profissional é único e não pode ser generalizado, pois se ele for feito por um adolescente ou um adulto, por um menino ou uma menina, por um indivíduo de classe abastada ou popular, por exemplo, em cada situação destas haverá fatores que interferirão nuns casos e noutros não.

VI. CONCLUSÃO

Ao discorrermos a respeito dos conceitos de adolescência e adulto jovem, percebemos que estes sofreram alterações com o passar dos anos. A adolescência sequer existia, da forma como a conhecemos hoje, antes do período industrial. Antes, o indivíduo deixava de ser criança para tornar-se adulto e com isso adquiria mais responsabilidades.

Hoje, a adolescência começa mais cedo e termina mais tarde, mas os teóricos já não conseguem mais precisar, com rigidez, a idade que limita uma fase ou outra. A fase adulta está subdividida – adulto jovem, adulto médio e adulto maduro, cada etapa destas implica em comportamentos esperados, porém sabe-se da variabilidade que estas sofrem, de acordo com a cultura, época ou situação socioeconômica.

O mesmo ocorreu com a escolha profissional e conseqüentemente com a orientação profissional. O período industrial foi o divisor de águas, até ele os sujeitos recebiam dos pais as profissões que exerceriam, não havia dúvidas, porque o caminho estava trilhado. Após este período e com a disseminação dos testes psicotécnicos, passou-se a colocar o homem certo no lugar certo. Bohoslavsky (2007) chamou de psicologia actuarial a ciência que promovia trabalhos voltados a Orientação Profissional, baseado apenas na aplicação de testes.

Ao passar dos anos, os conhecimentos a respeito do ser humano foram evoluindo conforme às descobertas tanto científicas, quanto antropológicas ou sociais. Ora, se durante um período havia a certeza de que um indivíduo não era mais considerado adolescente e já era adulto, também deveria haver certezas a respeito das escolhas profissionais, e os testes vocacionais proporcionavam tais certezas.

Hoje, os cientistas sociais têm cuidado ao firmar uma teoria como verdade absoluta, pois a relativização faz com que exista a compreensão, por parte dos estudiosos, que um fenômeno, um fato ou um comportamento considerado normal numa sociedade, para outra pode ser abominável. Portanto, os papéis atribuídos ao gênero, ao

adolescente ou ao adulto, entre outros, são norteados pelo contexto ao qual o sujeito está inserido.

De início, nesta pesquisa, imaginamos que os sujeitos pertencentes à classe mais abastada teriam maior facilidade para escolher o curso pretendido, para preparar-se para ingressar no mercado de trabalho.

Os índices apresentados nesta pesquisa mostraram que, realmente, o indivíduo com boas condições financeiras têm suas chances aumentadas para conseguir um trabalho, uma vez que eles permanecem mais tempo na escola, e ainda acedem a outros conhecimentos fornecidos pelo convívio com os pais, que já têm ensino superior e podem pagar por cursos de idiomas, por exemplo. Por outro lado, destes sujeitos é esperado que eles sigam ou superem seus pais via a escolha de cursos com alto *status* social.

Os indivíduos pertencentes à classe popular conseguem ou almejam superar seus pais, uma vez que eles têm apenas ensino fundamental incompleto. Porém, estes enfrentam outras barreiras para atingir seus objetivos, tais como a dificuldade de manter-se na escola, preparar-se, adequadamente, para prestar um concurso, para fazer vestibular. Quando o caminho que eles almejam é a faculdade, como é o caso da amostra desta pesquisa, verificamos que eles precisam encontrar tempo para trabalhar e estudar, e ainda achar um curso que lhes interessam, dentre uma minoria oferecida à noite, nas instituições públicas.

Esta pesquisa não tem a intenção de generalizar conclusões a respeito da determinação do meio sobre os indivíduos, porém pretendemos sim reafirmar que tanto os processos de orientação profissional, quanto às políticas de governo (brasileiro) precisam ser repensados.

Constatamos, através desta pesquisa, que a escolaridade dos pais pode ter influências tanto positivas quanto negativas, elas podem incidir directa ou indirectamente nas escolhas dos indivíduos. A influência é positiva quando serve de orientação e de aquisição de conhecimentos a respeito do mercado de trabalho e das

profissões. Aqueles pais com maior escolaridade, também são os que mais recebem, portanto, podem oferecer melhores condições de estudos aos filhos.

A influência é negativa, quando os sujeitos ficam alienados às condições paternas, aqueles pertencentes aos estratos económicos mais favorecidos, têm suas escolhas baseadas no mercado de trabalho, provavelmente, porque pretendem manter o *status* familiar.

Os indivíduos oriundos de classe popular, em função das restrições económicas, precisam trabalhar e estudar, pois as actividades dos pais não são suficientes para cobrir todas as despesas. Os pais destes sujeitos, possuem baixa escolaridade, levando-os a exercer profissões de menor *status*, portanto, menor remunerada. Resta a estes sujeitos que precisam trabalhar durante o dia uma quantidade menor de alternativas, pois os cursos nocturnos ainda são minoria nas instituições públicas.

Esta pesquisa contribuiu para que reflectíssemos a respeito da importância de um trabalho voltado à orientação profissional, ao mesmo tempo em que ratifica, o que outros pesquisadores já afirmaram sobre a necessidade de adequar os métodos conforme a situação socioeconómica dos indivíduos.

Ao afirmarmos isto, não queremos passar a ideia da criação de guetos, e de reservar aos que detém o poder as possibilidades de escolhas voltadas ao ensino superior, e manter o sujeito de classe popular como empregado, exercendo actividades rotineiras e de nível inferior.

Acreditamos, porém, que se realizarmos uma orientação profissional padronizada, desconsiderando a realidade dos sujeitos, estaremos gerando ainda mais sofrimento, pois ao trazemos à tona, via os testes e inventários de interesses, todos os seus desejos e habilidades, se ele não poderá realizá-lo, pois não tem condições financeiras necessárias, para preparar-se para o concurso e tão pouco para custear o curso.

Alguns pesquisadores já comentaram e gostaríamos de reforçar que os instrumentos utilizados em orientação profissional, ainda são transportados de pesquisas norte-americanas e padronizados para um tipo único de classe social.

Em orientação profissional, ainda, trabalha-se enfocando os cursos universitários. São raros os trabalhos que norteiam suas actividades e técnicas conforme a classe social do sujeito. São raros os trabalhos realizados com populações carentes, e quando realizados, muitas vezes, não são adequados a realidade dos mesmos, gerando mais angústia e sensação de impotência.

Entendemos a partir desta pesquisa, que a situação socioeconómica do indivíduo tem grande influência sobre suas possibilidades de acesso ao conhecimento, tanto básico, quanto superior. Se a comunidade, os cientistas sociais e o governo deixar de lado esta realidade, terão cada vez mais um contingente de pessoas exercendo actividades de forma automatizada, sem desejo, sem satisfação e sem sentido, apenas esperando a aposentadoria chegar.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABEP (2007). Acessado 15 Dezembro, 2007, de www.abep.org/categorias/ABEP_CCEB.pdf.
- Almeida, A. M. de O. & Cunha, G. G. (2003). Representações sociais do desenvolvimento humano. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16, (1), 147-155.
- Andrade, C. Y. de & Dachs, J. N. W. (2007). Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de Pesquisa*, 37, (131), 399-422.
- Andrade, J. M. de, Meira, G. R. de J. M. & Vasconcelos, Z. B. de. (2002). O processo de orientação profissional frente ao século XXI: perspectivas e desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22, (3), 46-53.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Arpini, D. M. (2001). *Sonhar a gente sonha: representações de sofrimento e exclusão em adolescentes em situação de risco*. São Paulo. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo.
- Arpini, D. M. & Quintana, A. M. (2003). Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. *Revista Estudos de Psicologia*, 20, (1), 27-36.
- Audi, D. A. (2006). *A adolescência e suas expectativas quanto à inserção no mundo do trabalho*. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Ávila, J. de, Lemos, A.C.F.V de, Tonin, G.A & Dias, R.R. (2004). Perfil socioeconômico da população urbana de Santa Maria. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*, 17, (1), 35-44

- Barbara, M.M. (1999). Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19, (1), 30-49.
- Bardagi, M., Lassance, M.C.P., Paradiso, A.C. & Menezes, I.A. de. (2006). Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. *Psicologia Escola e Educação*, 10, (1), 69-82.
- Barros, R. & Lam, D. (1993). Income Inequality, Inequality in Education, and childrens schooling attainment in Brazil. Recuperado em 20 Outubro, 2007, de <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>. Texto para discussão n. 294.
- Bastos, J. C. (2005). Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6, (2), 31-43.
- Becker, D. (1985). *O que é adolescência*. São Paulo: Brasiliense
- Bee, H. (1997). *O ciclo vital*. Trad. Regina Garcez. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bock, S. D. (2001). *Orientação profissional: avaliação de uma proposta de trabalho na abordagem sócio-histórica*. Campinas. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- Bock, S. D. (2002). *Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Bohoslavsky, R. (2007). *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1974). Reprodução cultural e reprodução social. In: Miceli, S. (org.). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: *Perspectiva*, p. 295-336.

- Bourdieu, P. (2005). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bridges, W. (1995). *Um mundo sem emprego*. Trad. José Carlos Barbosa dos Santos. São Paulo: Makron Books.
- Carlotto, M.S & Kalil, K. (2002). O desemprego e suas repercussões na vida psíquica do trabalhador. *Revista Alethéia*, 15, (1), 85-91.
- Carretero, T.C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14, (3), 57-72.
- Castro, L.R. de. (2001). Todos são iguais, mas uns são mais iguais do que os outros: a construção da desigualdade social por jovens e crianças. *Revista Psicologia Clínica*, 12, (2), 13-29.
- Chiappin, A. (1974). *Realização humana emocional e profissional*. Porto Alegre: Sulina.
- Codo, W. (1994). O fazer e a consciência. In.: S.T.M.Lane & W.Codo (orgs.). (13ªed) *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp.48-57). São Paulo: Brasiliense.
- Coelho, E.C. (1999). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record.
- CRP (2007). Acessado em 27 dezembro, 2007, de <http://www.crp07.org.br/>.
- Durkheim, Émile (2001). *Educação e sociologia*. Trad. Nuno Garcia Lopes. Lisboa. Edições 70.
- ECA (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Acessado em 20/11/2007. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm
- Erikson, E. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar

- Fantino, A.M.C. de. (1983). Um aspecto social da orientação vocacional: prestígio e escolha de cursos. In. R. Bohoslavsky. *Vocacional: teoria, técnica e ideologia* (pp. 19-27). São Paulo: Cortez.
- Filho, A.G. de A. (2006). *Escolha profissional: consciente ou inconsciente?* São Paulo: Vetor.
- FURG (2007). Acessado em 20 outubro, 2007, de <http://www.coperve.furg.br/>.
- FUVEST (2008). Acessado em 10 janeiro, 2008, de <http://www.fuvest.br/>
- Guareschi, N.M. de F., Oliveira, F.P. de, Gianechini, L. G., Comunello, L.N., Nardini, M. & Pacheco, M.L. (2003). Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos de Psicologia*, 8, (1), 45-53.
- Guareschi, P. (1990). *Sociologia crítica: alternativas de mudanças*. Porto Alegre: Mundo Jovem.
- Ivatiuk, A.L. (2004). *Orientação profissional para profissões não universitárias: perspectiva da análise do comportamento*. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- IBGE (2003). Acessado em 20 outubro, 2007, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2003/indic_sociais2003.pdf.
- Lane, S.T.M. (1994). Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In.: S.T.M.Lane & W.Codo (orgs.). (13ªed) *Psicologia social: o homem em movimento* (pp.40-47). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S.T.M. (1994). O Processo grupal. In.: S.T.M.Lane & W.Codo (orgs.). (13ªed) *Psicologia social: o homem em movimento* (pp.78-98). São Paulo: Brasiliense.

- Lemos, C. G. de. (2001). *Adolescência, identidade e escolha da profissão no mundo do trabalho actual*. São Paulo: Vetor.
- Levenfus, R. S. (2002). Geração *zapping* e o sujeito da orientação vocacional. In: R. S. Levenfus, & D. H. P. Soares. *Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa* (pp. 51-60). Porto Alegre: ArtMed.
- Lima, J.C.C. (2001). Solidão e contemporaneidade no contexto das classes trabalhadoras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21, (4), 52-65.
- Lisboa, Marilu D. (2002). Orientação profissional e o mundo do trabalho: Reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In: R. S. Levenfus, & D. H. P. Soares. *Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa* (pp. 33-49). Porto Alegre: ArtMed.
- Lorea, E. (2008). Congresso tem 79 donos de media. *Fazendo Média*. Acessado em 22 janeiro, 2008, de <http://www.fazendomedia.com/novas/politica100106.htm>.
- Martins, A. L de. (2006). *Casamento e trabalho: reflexões sob a óptica de gênero e do ciclo vital*. Brasília. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de Brasília.
- MDS (2007). Acessado em 20 outubro, 2007, de www.mds.gov.br.
- MEC (2007). Acessado em 20 novembro, 2007 de <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/>.
- MEC/INEP (2007). Acessado em 20 novembro, 2007 de <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/>.

- MEC (2006). Acessado em 20 outubro, 2007 de <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=715&Itemid=864>
- Meneghel (2007, Outubro 7). Marque com um X. *Diário de Santa Maria*, 16.
- Miranda, M. G, de. (1994). O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In. Lane, S.T.M, Codo, W. (org) (13ªed) *Psicologia social: o homem em movimento* (pp.125-135). São Paulo: Brasiliense.
- MTD, 2008. Acessado em 10 janeiro, de <http://www.mteco.gov.br>.
- MTE, 2007. Acessado em 27 dezembro, de <http://www.mte.gov.br/>.
- Neiva, K. M. C. (2007). *Processo de escolha e orientação profissional*. São Paulo: Vetor.
- Nora, F. S. (2007, Setembro 5). Procuram-se exemplos. *Zero Hora*.(44), p.17
- Osório, L.C. (1992). *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pereira, J.C.R. (2004). *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. São Paulo: EDUSP.
- Pimenta, M. de M. (2007). “*Ser Jovem*” e “*Ser Adulto*”: *identidades, representações e trajetórias*. São Paulo. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- Pimenta, S. G. (1979). *Orientação vocacional e decisão: estudo crítico da situação no Brasil*. São Paulo: Loyola.

- Pinho, Alceu G. de. (2001). Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas. *Estudos Avançados*.15, (42), 353-362. Acessado em 11 outubro, 2005, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000200019&lng=pt&nrm=iso[consultado].
- Rappaport, C.R., Fiori, W.R. & Davis, C. (1982). *Psicologia do desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência*. São Paulo: EPU.
- Rosa, V.P. & Lapointe, J. (2004). *Psicologia e comportamento transcultural: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Alínea.
- Schaff, A. (1995). *A Sociedade informática*. Trad. C.E.J. Machado e L.A. Obojes. São Paulo: Brasiliense.
- Schwartz, G. (2000). *As profissões do futuro*. São Paulo: Publifolha.
- Silva, J. dos S. (2004). A influência dos meios de comunicação social na problemática da escolha profissional: o que isso suscita à Psicologia no campo da orientação vocacional/profissional? *Psicologia Ciência e Profissão*, 24, (4), 60-67.
- Silva, L. B. de C. (1996). *A escolha da profissão: uma abordagem psicossocial*. São Paulo: Unimarco.
- Siqueira, H.S.G. e Pereira, M.A. (s.d.) Educação: um serviço comercializado? *A Reforma Universitária*, 1-8.
- Soares, D.H.P. (2002). *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- Sparta, M. & Gomes, W.B. (2005). Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6, (2), 45-53.

Sparta, M., Bardagi, M.P. & Andrade, A.M.J. de. (2005). Exploração vocacional e informação profissional percebida em estudantes carentes. *Alethéia*, 22, (2), 79-88.

StatSoft, Inc. (2004). STATISTICA (data analysis software system), version 7. www.statsoft.com.

UERGS (2007). Acessado em 20 outubro, 2007, de www.uergs.rs.gov.br.

UNIPAMPA/UFPel. (2007). Acessado em 20 outubro, 2007, de www.ufpel.edu.br/unipampa.

UNIPAMPA/UFSM. (2007). Acessado em 20 outubro, 2007, de www.coperves.ufsm.br/unipampa/novo/.

UFPel (2007). Acessado em 20 outubro, 2007, de <http://vestibular.ufpel.edu.br/listoes.php>.

UFRGS (2007). Acessado em 20 outubro, 2007, de <http://www.ufrgs.br/coperse/cv2007/densidade2007.htm>

UFSM (2005). Acessado em 20 outubro, 2007, de http://w3.ufsm.br/coperves/not.php?id_noticia=113.

Violante, M. L. V. (1997). A perversidade da exclusão social. In: D.L. Levisky e cols. *Adolescência e violência: consequência da realidade brasileira* (pp 53-62). Porto Alegre: Artes Médicas.

Weinberg, M. (2003, 4 de junho). Ficou mais difícil. *Revista Veja*, pp.66-68.

Wickert, L. F. (1999). O adoecer psíquico do desempregado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19, (1), 66-75.

VIII. ANEXOS

ANEXO I

Comparativo Universidade Pública (2005) e Universidade Particular (2007), a partir do questionário socioeconômico preenchido pelos aprovados nos respectivos vestibulares.

ESCOLA DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO:

PÚBLICA	PRIVADA
PÚBLICA: 482 = 24,4%	PÚBLICA: 268 = 26,7%
PRIVADA: 278 = 14,08%	PRIVADA: 212 = 21,1%
Supletivo: 16 = 0,81%	Supletivo: 26 = 2,6%
Não concluiu em SM: 890 = 45,06%	Não concluiu em SM: 282 = 28,09%
Outra situação: 299 = 15,14%	Outra situação: 214 = 21,31%
Não respondeu: 10 = 0,51%	Não respondeu: 2 = 0,2%

FREQUENCIA EM CURSO PRÉ-VESTIBULAR

PÚBLICA	PRIVADA
Não frequentou: 20,15%	Não frequentou: 35,3%
Menos de 1 semestre: 14,78%	Menos de 1 semestre: 17,5%
1 semestre: 22,68%	1 semestre: 23,8%
Mais de 1 semestre: 42,08%	2 semestres: 12,7%
Não respondeu: 0,30%	Mais de 2 semestres: 10,5%
	Não respondeu: 0,2%

ESCOLARIDADE DO PAI:

PÚBLICA	PRIVADA
Não-alfabetizado: 0,30%	Não-alfabetizado: 0,7%
Primário:	Primário: 6,4%
Ensino Fundamental Incompleto: 22,38%	Ensino Fundamental Incompleto: 19,8%
Ensino Fundamental Completo: 9,27%	Ensino Fundamental Completo: 6,4%
Ensino Médio Incompleto:	Ensino Médio Incompleto: 5,3%
Ensino Médio Completo: 28,51%	Ensino Médio Completo: 27,5%
Curso Superior: 22,63%	Curso Superior: 23,3 %
Pós-Graduação: 8,20%	Pós-Graduação: 7,4%
Outra Situação: 4,46%	Outra Situação: 3,9%
Sem resposta: 0,41%	

ESCOLARIDADE DA MÃE:

PÚBLICA	PRIVADA
Não-alfabetizada:	Não-alfabetizada: 0,3%
Primário:	Primário: 4,7%
Ensino Fundamental Incompleto: 17,47%	Ensino Fundamental Incompleto: 12,7 %
Ensino Fundamental Completo: 3,19%	Ensino Fundamental Completo: 6,9 %
Ensino Médio Incompleto: 8,05%	Ensino Médio Incompleto: 6,6%
Ensino Médio Completo: 28,56 %	Ensino Médio Completo: 26,7%
Curso Superior: 26,48%	Curso Superior: 27,5%
Pós-Graduação: 12,61 %	Pós-Graduação: 12,1 %
Outra Situação: 3,09%	Outra Situação: 2,4%
Sem resposta: 0,25%	Sem resposta: 0,2%

ANEXO II

PONTO DE CORTE E PRESTÍGIO – UFSM/2005

PRESTÍGIO	CURSO	PONTO DE CORTE
ALTO	MEDICINA	115
	DIREITO (Diurno)	92
	ODONTOLOGIA	92
	ARQUITETURA E URBANISMO	90
	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - Bacharelado	90
	COMUNICAÇÃO SOCIAL - Hab.: Jornalismo	90
	DIREITO (Noturno)	90
	DESENHO INDUSTRIAL - Programação Visual	89
	PSICOLOGIA	87
	FARMÁCIA	86
	FISIOTERAPIA	86
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - Licenciatura Plena - Bacharelado	84
	COMUNICAÇÃO SOCIAL - Hab.: Publicidade e Propaganda	84
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Mecânica	84
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Química	81
	QUÍMICA INDUSTRIAL	81
	ENFERMAGEM	79
	ADMINISTRAÇÃO - Bacharelado (noturno)	77
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Elétrica	77
	COMUNICAÇÃO SOCIAL - Hab.: Relações Públicas	76
DESENHO INDUSTRIAL - Projeto de Produto	75	
MEDICINA VETERINÁRIA	75	
MÉDIO	FONOAUDIOLOGIA	74
	ADMINISTRAÇÃO - Bacharelado (diurno)	73
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Civil	71
	METEOROLOGIA - Bacharelado	71
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (diurno)	70
	HISTÓRIA - Licenciatura Plena e Bacharelado	70
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (noturno)	69
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (diurno)	69
	AGRONOMIA	68
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (noturno)	68
	ENGENHARIA FLORESTAL	66
	FÍSICA - Bacharelado	66
	LETRAS- Inglês e Literaturas da Língua Inglesa (diurno)	65
	CIÊNCIAS SOCIAIS - Bacharelado (noturno)	64
	ARTES CÊNICAS - Bacharelado	63
	EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura Plena	63
	FÍSICA - Licenciatura Plena (noturno)	62
	ZOOTECNIA	62
LETRAS- Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola (noturno)	61	
LETRAS- Português e Literaturas da Língua Portuguesa (diurno)	61	
BAIXO	MATEMÁTICA - Licenciatura Plena e Bacharelado (diurno)	59
	ARTES VISUAIS - Bacharelado em Desenho e Plástica	58
	ARTES VISUAIS - Licenciatura Plena em Desenho e Plástica	58
	MATEMÁTICA - Licenciatura Plena (noturno)	57
	ARQUIVOLOGIA - Hab.: Arquivista	56
	EDUCAÇÃO ESPECIAL - Licenciatura Plena	56
	QUÍMICA - Licenciatura Plena	56
	MÚSICA - Licenciatura Plena	55
	PEDAGOGIA - Anos Iniciais do Ens. Fund. - Licenc. (noturno)	54
	GEOGRAFIA - Bacharelado (Geógrafo)	53
	PEDAGOGIA - Anos Iniciais do Ens. Fund. - Licenc. (diurno)	53
	FÍSICA - Licenciatura Plena (diurno)	52
	FILOSOFIA - Licenciatura Plena	51
	PEDAGOGIA - Educação Infantil - Licenc. (diurno)	49
	GEOGRAFIA - Licenciatura Plena	45
MÚSICA - Bacharelado - Opções: Instrumento ou Canto	31	

ANEXO III

QUESTIONÁRIO ELABORADO PELA AUTORA DA PESQUISA

Estamos iniciando um estudo²³, o qual objetiva conhecer os factores que interferem na Escolha Vocacional/Profissional portanto, ninguém melhor que você para fornecer tais informações. Para isso solicitamos que você responda o questionário que segue.

Gostaríamos de deixar bem claro que as informações serão mantidas sob **sigilo**, portanto **VOCÊ NÃO SERÁ IDENTIFICADO**, afinal nosso interesse está, exclusivamente, no conteúdo de suas respostas.

Sabemos que seu tempo é precioso, porém, contamos com você nesta tarefa. A sua participação é de **extrema importância** para nós. Agradecemos sua colaboração.

I. IDENTIFICAÇÃO:

1.1. SEXO: 1. () M 2. () F 1.2. IDADE: _____
1.3. CURSO PRÉ-VESTIBULAR QUE FREQUENTA: 1. () Particular 2. () Popular

Data: ___/___/____

II. SITUAÇÃO FAMILIAR E DOMICILIAR:

2.1. ESTADO CIVIL:

1. () Solteiro/a 2. () Casado/a ou Vive com companheiro/a 3. () separado/a ou divorciado/a

2.2. ESCOLARIDADE DOS PAIS:

2.2.1. Nível de escolaridade da MÃE:

- 1. () não alfabetizada
- 2. () primário ou ensino fundamental incompleto
- 3. () ensino fundamental completo
- 4. () ensino médio incompleto
- 5. () ensino médio
- 6. () curso superior

2.2.2. Nível de escolaridade do PAI:

- 1. () não alfabetizado
- 2. () primário ou ensino fundamental incompleto
- 3. () ensino fundamental completo
- 4. () ensino médio incompleto
- 5. () ensino médio
- 6. () curso superior

2.3. OCUPAÇÃO DOS PAIS:

Preencha abaixo, a ocupação de sua mãe e de seu pai, mesmo que você não resida mais com eles:

Mãe: _____

Pai: _____

2.4. RENDA DOMICILIAR MENSAL INCLUINDO A PESSOAL:

- 01. () menos de 01 salário mínimo
- 02. () de 01 até menos de 03 salários mínimos
- 03. () de 03 até menos de 05 salários mínimos
- 04. () de 05 até menos de 07 salários mínimos
- 05. () de 07 até menos de 09 salários mínimos
- 06. () de 09 até menos de 11 salários mínimos
- 07. () de 11 até menos de 13 salários mínimos
- 08. () 13 ou mais salários mínimos

III. TRAJETÓRIA ESCOLAR:

3.1. No quadro abaixo, assinale a rede de escola que cursou o ensino fundamental e médio.

NÍVEL DE ENSINO	REDE DE ESCOLA
3.1.1. Ensino fundamental (1ª. à 8ª. série)	1. () pública 2. () particular 3. () ambas
3.1.2. Ensino médio (1º. ao 3º. ano)	1. () pública 2. () particular 3. () ambas

IV. PROIEÇÕES X REALIZAÇÕES:

4.1. NESSE ANO VOCÊ ESTÁ:

- 1. () Apenas cursando Pré-Vestibular
- 2. () Cursando Pré-Vestibular e Trabalhando
- 3. () Cursando Pré-Vestibular e Curso de Idiomas
- 4. () Cursando Pré-Vestibular Atividades culturais/esportivas
- 5. () Outro. Especifique: _____

²³ Esta pesquisa é para uma dissertação de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações da Universidade Fernando Pessoa/Portugal, da Psicóloga Alexandra Machado Maffei, CRP07/10550

4.2. NO ANO PASSANDO, VOCÊ PLANEJOU QUE EM 2007 ESTARIA:

1. () Trabalhando
2. () Cursando Faculdade. Por favor, especifique o curso _____ e a Faculdade _____
3. () Fazendo curso preparatório para concurso. Por favor, especifique o concurso _____
4. () Fazendo curso técnico/profissionalizante
5. () Trabalhando e cursando faculdade
6. () Trabalhando e fazendo curso preparatório
7. () Trabalhando e fazendo curso técnico/profissionalizante
8. () Nem trabalhando, nem estudando
9. () Fazendo intercâmbio, aprimorando conhecimento de língua e cultura de outros países
10. () Outro. Especifique: _____

4.3. NO PRÓXIMO ANO, VOCÊ PLANEJA ESTAR:

1. () Apenas cursando faculdade
2. () Cursando faculdade e trabalhando
3. () Cursando faculdade e curso de idiomas
4. () Cursando faculdade e actividades culturais/esportivas
5. () Fazendo curso técnico-profissionalizante
6. () Fazendo curso técnico/profissionalizante e trabalhando
7. () Outro. Especifique: _____

Se, ao responder as questões acima, você percebeu que o que planejava para 2007, não foi o que aconteceu, você poderia explicar, rapidamente, as razões pelas quais isso não aconteceu? _____

V. PROCESSO DE ESCOLHA:

5.1. Você prestará Vestibular em Universidade: 1. () Pública 2. () Privada 3. () Ambas

5.2. Nesse momento, você optou pelo curso: _____

5.3. A sua escolha pelo curso, que você preencheu acima, foi baseada em qual(is) factor(es)? Por favor, preencha aquela ou aquelas alternativa(s) que interferem na sua decisão:

01. () O único critério que utilizei foi o fato de GOSTAR MUITO do curso, independente do turno, Universidade que é oferecido, relação candidato/vaga e mercado de trabalho.
02. () Gosto MUITO do curso que escolhi e é oferecido à noite
03. () Gosto MUITO do curso que escolhi e é oferecido em Universidade Pública
04. () Gosto MUITO do curso que escolhi e o mercado de trabalho está bom
05. () Gosto do curso que escolhi, mas ele é oferecido à noite
06. () Gosto do curso que escolhi, mas ele é oferecido em Universidade Pública
07. () Gosto do curso que escolhi, mas a relação candidato/vaga e ponto de corte são baixos
08. () Gosto do curso que escolhi, mas o mercado de trabalho está bom
09. () Gosto do curso que escolhi, mas sinto que este é o que mais agradaria meus familiares.
10. () Gosto UM POUCO do curso que escolhi, mas ele é oferecido à noite
11. () Gosto UM POUCO do curso que escolhi, mas ele é oferecido em Universidade Pública
12. () Gosto UM POUCO do curso que escolhi, mas a relação candidato/vaga e ponto de corte são baixos
13. () Gosto UM POUCO do curso que escolhi, mas o mercado de trabalho está bom
14. () Gosto UM POUCO do curso que escolhi, mas sinto que este é o que mais agradaria meus familiares.

5.4. O QUE LHE FARIA DESISTIR DO CURSO DESEJADO:

1. () A concorrência no Vestibular
2. () Não ser oferecido em Universidade Pública
3. () Não ser oferecido à noite
4. () Não ser oferecido nesta cidade
5. () Não ter um bom mercado de trabalho
6. () Outro motivo. Por favor, especifique: _____

ANEXO IV

Desempenho das escolas públicas e privadas de Santa Maria/RS/Brasil, no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM/2007)

Localização	Dep. Administrativa	Modalidade de Ensino*	Código da Escola	Nome da Escola	Número de Matrículas	Número de Participantes	MÉDIAS**		MÉDIAS COM CORREÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**	
							Prova Objetiva (média)	Redação e Prova Objetiva (média)	Prova Objetiva	Redação e Prova Objetiva
Urbana	Privada	EMR	43121888	COLEGIO CENTENARIO	64	9	SC	SC	SC	SC
Urbana	Privada	EMR	43123090	COLEGIO CORACAO DE MARIA	22	8	SC	SC	SC	SC
Urbana	Estadual	EMR	43124143	COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA EDNA MAY CARDOSO	29	12	48.68	52.57	48.08	52.14
Urbana	Privada	EMR	43121896	COLEGIO FRANCISCANO SANT ANNA	161	13	68.99	67.38	67.67	66.52
Urbana	Privada	EMR	43209882	COLEGIO G10	39	10	74.76	68.01	73.6	67.3
Urbana	Privada	EMR	43121900	COLEGIO MARISTA SANTA MARIA	81	6	SC	SC	SC	SC
Urbana	Federal	EMR	43184790	COLEGIO MILITAR DE SANTA MARIA	76	60	79.71	74	79.35	73.78
Urbana	Privada	EMP	43123643	COLEGIO NOSSA SENHORA DE FATIMA	69	8	SC	SC	SC	SC
Urbana	Federal	EMP	43121926	COLEGIO POLITECNICO DA UNIV. FED. DE STA.	48	43	72.79	70.55	72.07	70.09

				MARIA						
Urbana	Privada	EMR	43123988	COLEGIO RIACHUELO	148	42	76.87	73.91	75.72	73.17
Urbana	Privada	EJA	43176020	COLEGIO SANTA-MARIENSE ENS.MED. E FUND. EJA	318	1	SC	SC	SC	SC
Urbana	Federal	EMP	43121918	COLEGIO TECNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA	69	45	78.24	72.79	77.66	72.43
Urbana	Estadual	EMR	43123872	COL ESTADUAL CORONEL PILAR	133	68	55.44	57.06	54.87	56.66
Urbana	Estadual	EMR e EJA	43121934	COL ESTADUAL MANOEL RIBAS	777	180	59.05	60.32	58.1	59.67
Urbana	Estadual	EMR e EJA	43123848	COL ESTADUAL PADRE ROMULO ZANCHI	231	21	47.77	50.85	46.87	50.21
Urbana	Estadual	EMR e EJA	43124135	COL EST TANCREDO NEVES	224	48	47.19	51.65	46.42	51.09
Urbana	Privada	EMR	43176801	COL SANTA - MARIENSE ENS. FUND. E MEDIO	36	11	73.02	67.87	71.96	67.21
Urbana	Estadual	EMR	43171141	ESC BASICA EST DR. PAULO DEVANIER LAUDA - CIEP	83	34	51.03	54.04	50.39	53.59
Urbana	Estadual	EMR	43123813	ESC BASICA EST ERICO VERISSIMO	68	39	48.15	51.22	47.71	50.91
Urbana	Estadual	EMR e EJA	43123899	ESC. EST. DE ED. BAS. IR. JOSE OTÃO	199	38	48.54	50.82	47.72	50.24
Urbana	Estadual	EMR	43124003	ESC EST ED BAS AUGUSTO RUSCHI	106	58	47.78	51.91	47.33	51.58
Urbana	Estadual	EMR e EJA	43123880	ESC EST ED BAS PROFESSORA MARGARIDA LOPES	271	80	54.82	57.07	54.01	56.5
Urbana	Estadual	EMR	43121950	ESC EST ENS MED CILON ROSA	482	321	60.16	60.36	59.74	60.07
Urbana	Estadual	EMR	43122043	ESC EST ENS	31	18	53.97	57.61	53.49	57.27

				MED.DR WALTER JOBIM						
Urbana	Estadual	EMP	43121942	ESC EST ENS MED PROFESSORA MARIA ROCHA	524	123	62.55	61.86	61.55	61.2
Urbana	Estadual	EMR e EJA	43123260	ESCOLA BASICA ESTADUAL CICERO BARRETO	315	38	52.63	54.38	51.67	53.71
Urbana	Estadual	EJA	43123686	INST EST EDUC OLAVO BILAC	432	99	47.51	51.68	46.74	51.12
Urbana	Estadual	EMR	43202683	INST EST LUIZ GUILHERME DO PRADO VEPPPO	33	3	SC	SC	SC	SC
Urbana	Estadual	EMR	43123805	INSTITUTO ESTADUAL PADRE CAETANO	12	12	55.16	56.75	55.16	56.75
Urbana	Estadual	EJA	43170803	NUCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DE CULTURA POPULAR MARIO QUINTANA	658	11	58.01	59	56.83	58.2

ENEM (2007)

Nota: * **'EMR'**: Ensino Médio Regular

* **'EJA'**: Educação de Jovens e Adultos

* **'EMP'**: Ensino Médio Profissionalizante

** **'SC'**: Sem Conceito (menos de 10 alunos concluintes, participantes do ENEM em 2007 ou menos de 10 alunos matriculados na escola segundo a declaração no Censo Escolar de 2007)

ANEXO V

Status dos cursos citados pelos sujeitos da pesquisa

STATUS	CURSO	PONTO DE CORTE	SUJEITOS	CANDIDATO/VAGA
ALTO	MEDICINA	115	G2	38,30
	DIREITO (Diurno)	92	G2	17,66
	ODONTOLOGIA	92	G2	15,91
	ARQUITETURA E URBANISMO	90	G2	16,67
	COMUNICAÇÃO SOCIAL - Hab.: Jornalismo	90	G1	16,15
	DIREITO (Noturno)	90	G1	15,88
	DESENHO INDUSTRIAL - Programação Visual	89	G2	15,94
	PSICOLOGIA	87	G1	19,4
	FARMÁCIA	86	G2	12,49
	FISIOTERAPIA	86	G1/G2	21,41
	COMUNICAÇÃO SOCIAL - Hab.: Publicidade e Propaganda	84	G1	13,25
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Mecânica	84	G2	13,93
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Química	81	G2	6,88
	ENFERMAGEM	79	G1	16,53
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Elétrica	77	G2	7,44
	COMUNICAÇÃO SOCIAL - Hab.: Relações Públicas	76	G2	9,70
MEDICINA VETERINÁRIA	75	G1/G2	13,23	
MÉDIO	ADMINISTRAÇÃO - Bacharelado	73	G1	13,38
	ENGENHARIA - Hab.: Engenharia Civil	71	G1	6,52
	HISTÓRIA - Licenciatura Plena e Bacharelado	70	G1	8,19
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	69	G1	10,69
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	69	G2	7,91
	AGRONOMIA	68	G2	11,02
	ARTES CÊNICAS - Bacharelado	63	G1	7,13
	EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura Plena	63	G1/G2	9,56
	ZOOTECNIA	62	G2	7,02
	LETRAS - Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola (noturno)	61	G1	6,25
	LETRAS-Português e Literaturas da Língua Portuguesa (diurno)	61	G1	5,71
BAIXO	ARTES VISUAIS - Bacharelado em Desenho e Plástica	58	G1	5,65
	MATEMÁTICA - Licenciatura Plena (noturno)	57	G1	6,39
	ARQUIVOLOGIA - Hab.: Arquivista	56	G1	8
	EDUCAÇÃO ESPECIAL - Licenciatura Plena	56	G1	6,81
	QUÍMICA - Licenciatura Plena	56	G2	3,17
	PEDAGOGIA - Anos Iniciais do Ens. Fund. - Licenciatura (noturno)	54	G1	8,59